

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**JULIMAR TRAJANO LOPES**

**SEGURANÇA PÚBLICA NO TERRITÓRIO UNILAB: uma análise  
triangulada em Acarape/CE e Redenção/CE**

**REDENÇÃO-CE**

**2018**

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA  
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**JULIMAR TRAJANO LOPES**

**SEGURANÇA PÚBLICA NO TERRITÓRIO UNILAB:** uma análise triangulada em Acarape/CE  
e Redenção/CE

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial  
para obtenção do título de Bacharel em Administração  
Pública pela Universidade da Integração Internacional da  
Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

**ORIENTADORA: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> RAFAELLA DA SILVA NOGUEIRA**  
**COORIENTADOR: Prof. Dr. FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS**

**REDENÇÃO-CE**

**2018**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Sistema de Bibliotecas da UNILAB  
Catalogação de Publicação na Fonte.

---

Lopes, Julimar Trajano.

L85s

Segurança pública no território Unilab: uma análise triangulada em Acarape/CE e Redenção/CE / Julimar Trajano Lopes. - Redenção, 2018.

144f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto De Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Rafaella da Silva Nogueira.

Coorientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos.

1. Gestão municipal. 2. Política municipal de segurança pública. 3. Índice de sensação de insegurança. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 354

---

**JULIMAR TRAJANO LOPES**

**SEGURANÇA PÚBLICA NO TERRITÓRIO UNILAB:** uma análise triangulada em Acarape/CE  
e Redenção/CE

Monografia julgada e aprovada para obtenção do diploma de Bacharel em Administração Pública  
pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nota: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. RAFAELLA DA SILVA NOGUEIRA**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

---

**Prof. Dr. FRANCISCO THIAGO ROCHA VASCONCELOS**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

---

**Prof. Dr. JAKSON ALVES DE AQUINO**

Universidade Federal do Ceará - UFC

Aos espíritos de luz,  
e a tod@s que de alguma forma  
contribuíram para a conclusão desta pesquisa.

# AGRADECIMENTOS

Aos espíritos de luz que me ajudaram nessa trajetória de formação intelectual e que me iluminam na busca da compreensão de complexos fenômenos sociais, especialmente, a segurança pública - tema desta monografia.

Dada as devidas reverências aquilo que se põe acima da compreensão natural das coisas, organizo os demais agradecimentos tomando por critério a ordem de capítulos desta monografia.

O capítulo 1 (um) só foi possível de ser desenvolvido porque contei com uma sólida parceria com o Major Ferreira, Sargento Henrique e Sargento Edson do 3º Pelotão de Polícia Militar do Ceará. Esses profissionais se mostraram homens íntegros e solícitos a ajudar na transparência dos dados policiais e por isso eles se tornaram para mim uma referência dentro dos quadros da polícia militar cearense. Não posso esquecer de amigos militares e funcionários do Correios que me auxiliaram com a localização de endereços de registros criminais, peço que eles se sintam parte do êxito desta pesquisa.

O capítulo 2 (dois) foi construído através da colaboração de muita gente. Foram 770 pessoas que aceitaram participar da aplicação do questionário que daria origem ao Índice de Sensação de Insegurança (ISI). Para além dos entrevistados, tive amigos como Osvaldo Furtado, Cleovania Silveira e Mickael Pontes que me auxiliaram com a aplicação dos questionários em Redenção. Não devo esquecer de amigos professores e por isso meus agradecimentos ao Carlos Tavares, pelas conversas que me ajudaram a clarear o caminho metodológico na estatística, e ao Jakson Aquino, sem o qual não teria conseguido analisar os dados do capítulo dois usando linguagem R.

Encerro, dedicando meus agradecimentos pela colaboração dos colegas vereadores que prestaram entrevistas e abriram as portas da Câmara municipal para coleta de dados necessária à realização do terceiro capítulo. Também devo dizer que sem a colaboração do secretário de segurança de Acarape e do Procurador Adjunto de Redenção não seria possível a realização desse capítulo. Logo, todos estes, ao seu jeito e dentro de suas condições, contribuíram para a realização do objetivo 3.

Estou quase no fim dos agradecimentos e não posso deixar de falar dos amig@s professor@s que não estiveram presentes diretamente nesta pesquisa, mas que os tomei como referência moral e intelectual para minha perseverança no tema árido que busquei desenvolver nessa investigação. Com essas pessoas construí uma amizade que espero levar para vida inteira para que nunca me falte exemplo de dedicação e abnegação. Esses amigos são as professoras e professores Ana Cristina Cunha, Andrea Kanikadan, Basilele Malomalo, Clébia Mardones, Eduardo Machado, Eliane Barbosa, Flavio Pimenta e Pedro Magrini.

Este último parágrafo de agradecimento eu dedico aos meus parceiros de caminhada monográfica que não me tolheram a ambição de sonhar grande e sonharam comigo sempre aceitando voluntariamente o desafio do “Vamos fazer?” respondendo “Sim, vamos fazer”. Com uma determinação que lhes fazia desconhecer o impossível, ousaram comigo fazer esta monografia hercúlea, um trabalho ousado e pioneiro no contexto das cidades de Acarape e Redenção, eu estou falando dos meus orientadores, a professora Dr<sup>a</sup>. Rafaella Nogueira e o professor Dr. Thiago Vasconcelos. A eles, o meu sincero desejo que nunca lhes falte luz espiritual em suas caminhadas. Muito Obrigado!

Esforcei-me pelo caráter sucinto nos agradecimentos por que tenho a firme convicção que se eu quisesse ser descritivo esta seção renderia um livro. Todavia, espero ter atingido mentes e corações com minhas palavras que reconhecem que **a construção do conhecimento é um processo de iniciativa individual realizado coletivamente, mesmo que aparentemente solitário.**

E que agora todos e todas fiquem com o resultado deste processo laborioso e com a certeza que as limitações encontradas nele são de minha exclusiva responsabilidade. Boa leitura!

“Nós não somos nada, e não seríamos ninguém se a gente não contar com o olhar generoso do outro” (“Balanço e violência social”, palestra de Luiz Eduardo Soares).

## RESUMO

Realizo essa investigação em duas cidades cearenses periféricas, Acarape e Redenção, ambas localizadas a aproximadamente 60km de Fortaleza, que sediam a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira (Unilab). A questão-problema perseguida é “Qual o estado da segurança pública nessas cidades após a instalação da Unilab?” e assumo 3 (três) pressupostos, a saber, de que houve: i) crescente aumento dos registros criminais contra a vida e contra o patrimônio no período de 2014 a 2016 nessas cidades; ii) elevada sensação de insegurança na população e iii) pouca ou nenhuma intervenção da gestão municipal sob justificativa de a política em segurança pública ser competência do governo estadual. Metodologicamente, essa é uma pesquisa aplicada quanto à natureza, porque espera contribuir para a resolução do problema da insegurança pública nos municípios ao gerar conhecimento sobre esse fenômeno ainda pouco estudado no interior do estado. Para tanto, adoto o método indutivo para interpretação dos dados verificando-se os pressupostos assumidos na pesquisa através do uso da triangulação metodológica que demanda uma abordagem mista combinando instrumentos de coleta e técnicas de análise de dados. Este estudo estrutura-se em três capítulos, cada um ocupando-se de discutir um dos pressupostos assumidos. Espero que a discussão produzida e os procedimentos de análise que originaram os resultados sejam uma contribuição pragmática para gestão municipal produzir futuras análises diagnósticas necessárias para formulação de políticas municipais de segurança pública, especialmente, em cidades periféricas.

**Palavras-chaves:** gestão municipal, política municipal de segurança pública, índice de sensação de insegurança.

## ABSTRACT

I carry out this research in two peripheral cities of Ceará, Acarape and Redenção, both located approximately 60 km from Fortaleza. The problem question is "What is the state of public security in these cities after the installation of UNILAB?" And I assume 3 (three) assumptions (hypotheses), namely: (i) increasing criminal records against life and against the equity in the period from 2014 to 2016 in these cities; ii) a high sense of insecurity in the population and iii) little or no intervention by municipal management on the grounds that public security policy is the responsibility of the state government. Methodologically, this is an applied research on nature, because it hopes to contribute to solve the problem of public insecurity in the municipalities by generating knowledge about this phenomenon still little studied in the interior of the state. To do so, I adopt the inductive method for interpreting the data by checking the assumptions (hypotheses) assumed in the research through the use of methodological triangulation that requires a mixed approach combining collection and techniques of data analysis. This study is structured in three chapters, each one dealing with discussing one of the assumed assumptions. I hope that the discussion produced and the analysis procedures that gave rise to the results are a pragmatic contribution to municipal management to produce future diagnostic analyzes necessary for the formulation of municipal public safety policies, especially in outlying cities.

**Keywords:** municipal management, municipal public safety policy, insecurity sensation index, geoprocessing.

## Lista de Figuras

Figura 01:	Mapa de localização dos municípios de Acarape e Redenção, Ceará.....	6
Figura 02:	Organização da Tipologia Criminal.....	8
Figura 03:	Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados no capítulo 1.....	9
Figura 04:	Demarcação territorial do crime organizado no Território Unilab.....	13
Figura 05:	Sensação de insegurança arquitetura.....	14
Figura 06:	Mapas de calor dos registros de CCP em Acarape e Redenção, no triênio 2014 a 2016.....	24
Figura 07:	Mapa temático de registros de CCP em Acarape, triênio 2014 a 2016.....	25
Figura 08:	Mapa temático de registros de CCP em Redenção (sede), triênio 2014 a 2016.....	28
Figura 09:	Mapa temático de registros de CCP em Redenção (AD), triênio 2014 a 2016.....	30
Figura 10:	Mapas de calor dos registros de CCV em Acarape e Redenção, no triênio 2014 a 2016.....	32
Figura 11:	Mapa temático de registros de CCV em Acarape, triênio 2014 a 2016.....	33
Figura 12:	Mapa temático de registros de CCV em Redenção (sede), triênio 2014 a 2016.....	35
Figura 13:	Mapa temático de registros de CCV em Redenção (Boa Fé), triênio 2014 a 2016.....	36
Figura 14:	Mapa temático de registros de CCV em Redenção (Antônio Diogo), triênio 2014 a 2016.....	38
Figura 15:	Cartograma de localidades com registros de CCV em Redenção(CE), triênio 2014 a 2016.....	40
Figura 16:	Gráfico de distribuição geográfica da amostra em Redenção-CE	48
Figura 17:	Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados no capítulo 2.....	51
Figura 18:	Etapas para Construção de um Índice.....	55
Figura 19:	Esquema básico de representação de um indicador.....	57
Figura 20:	Representação gráfica da distribuição amostral por sexo, cor e religião das amostras de Acarape e Redenção (CE). Ano 2017...	59
Figura 21:	Representação gráfica da distribuição amostral por idade, escolaridade e renda da amostra de Acarape (CE). Ano 2017....	61

Figura 22:	Representação gráfica da distribuição amostral por idade, escolaridade e renda da amostra de Redenção (CE). Ano 2017...	62
Figura 23:	Representação gráfica do Índice de Sensação de Insegurança - ISI, para Acarape (CE).....	65
Figura 24:	Representação gráfica do Índice de Sensação de Insegurança - ISI, para Redenção (CE).....	69
Figura 25:	Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados no capítulo 3.....	75
Figura 26:	Quadro-resumo das contribuições teóricas dos manuais.....	85
Figura 27:	Orçamento para segurança pública em Acarape, período 2010 a 2016.....	87
Figura 28:	Representação da frequência de falas por categoria analítica para entrevistas em Acarape (CE).....	90
Figura 29:	Representação da frequência de falas por categoria analítica para entrevistas em Redenção (CE).....	93

### **Lista de Quadros**

Quadro 01:	Caracterização da expansão de registros de CCP no Território Unilab.....	41
Quadro 02:	Caracterização da expansão de registros de CCV no Território Unilab.....	41
Quadro 03:	Perfil numérico do Índice de Sensação de Insegurança - ISI para Acarape(CE).....	63
Quadro 04:	Perfil numérico do Índice de Sensação de Insegurança - ISI para Redenção(CE).....	66

## Lista de Tabelas

Tabela 01:	Registros de crimes ocorridos em Redenção e Acarape, no triênio 2014-2016.....	20
Tabela 02:	Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCP em Acarape, triênio 2014 a 2016.....	26
Tabela 03:	Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCP em Redenção, triênio 2014 a 2016.....	28
Tabela 04:	Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCP em Redenção (AD), triênio 2014 a 2016.....	30
Tabela 05:	Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Acarape, triênio 2014 a 2016.....	34
Tabela 06:	Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Redenção (sede), triênio 2014 a 2016.....	35
Tabela 07:	Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Redenção (Boa Fé), triênio 2014 a 2016....	37
Tabela 08:	Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Redenção (Antônio Diogo), triênio 2014 a 2016.....	38
Tabela 09:	Procedimentos de formulação do ISI.....	51
Tabela 10:	Orçamento para segurança pública em Acarape, período 2010 a 2016.....	86

## Lista de Siglas

ANC - Assembléia Nacional Constituinte

BID - Banco interamericano de desenvolvimento

CCP - Crimes contra patrimônio

CCV - Crimes contra vida

CF - Constituição federal

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONAE - Conferência Nacional de Educação

CONSEG - Conferência Nacional de Segurança

COVIO - Laboratório de estudos da conflitualidade e da violência

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CRISP - Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

CV - Comando vermelho

CVCP - Crimes violentos contra pessoas

CVCPr - Crimes violentos contra a propriedade

CVLI - Crimes violentos letais e intencionais

DAAP - Diretoria de análise de políticas públicas

EPSP - European Petroleum Survey Group

FA - Forças Armadas

FBSP - Fórum brasileiro de segurança pública

FGV - Fundação getúlio vargas

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

GDE - Guardiões do estado

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística

ICJBrasil - Índice de confiança na justiça no Brasil

IDE - Índice de Desenvolvimento Econômico

IDESE - Índice de desenvolvimento socioeconômico

IDH - Índice de desenvolvimento humano

IDM - Índice de desenvolvimento municipal

IDS - Índice de Desenvolvimento Social

IFDM - Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal

IMP - Índice de medidas protetivas

IPDM - Índice Iparades de Desempenho Municipal

IPEA - Instituto de pesquisa econômica aplicada

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IPRS - Índice paulista de responsabilidade social

IRIS - Índice de representatividade das instituições públicas

IRS - Índice de responsabilidade social do mato grosso do sul

ISI - Índice de sensação de insegurança

ISP - Instituto de segurança pública

IUEP - Índice de uso do espaço público

Labvida - Laboratório de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética

LEV - Laboratório de estudos da violência

M.A. - Média aritmética

NEV - Núcleo de estudos da violência

NGP - Nova gestão pública

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

ODM - Objetivos de desenvolvimento do milênio

OSP - Observatório de segurança pública

OSPC - Observatório de segurança pública com cidadania

OSPC - Observatório de segurança pública de Canoas

OSV - Observatório de Segurança Viária

PCC - Primeiro comando da capital

PIB - Produto interno bruto

PNUD - Programa das nações unidas para o desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM - Pelotão de polícia militar

Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SEJUDH - Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos

SENASP - Secretaria nacional de segurança pública

SRC - Sistema de referência de coordenadas

SSPDS - Secretaria de segurança pública de defesa social

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

Unifor - Universidade de Fortaleza

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

UTM - Universal transversa de mercator

# SUMÁRIO

I - Introdução a uma análise triangulada da segurança pública em municípios cearenses.....	1
II - Método.....	3
III - Capítulo 1.....	4
1. Uma análise espacial exploratória e espacial de registros criminais: minha rua está segura?.....	4
2. Procedimentos metodológicos.....	5
2.1 Caracterização da área de estudo.....	5
2.2 Levantamento de dados.....	6
2.4 Análise numérica e espacial dos dados.....	8
3. A espacialização do crime num contexto periférico de transformações urbanas.....	9
4. Registros criminais em números e em territórios.....	16
4.1 O que dizem os números - CCP e CCV?.....	17
4.2 O que dizem os territórios - CCP?.....	22
4.3 O que dizem os territórios - CCV?.....	30
5. Discussão dos resultados.....	39
6. Considerações.....	41
IV - Capítulo 2.....	43
1. Sensação de insegurança na construção da realidade urbana: vivemos com medo?.....	43
2. Procedimentos metodológicos.....	44
2.1 Do levantamento de dados.....	44
2.1.1 Elaboração do questionário.....	44
2.1.2 Definição do tamanho da amostra.....	46
2.1.3 Aplicação do questionário.....	46
2.2 Do armazenamento e organização dos dados.....	48
2.3 Da elaboração do ISI.....	48
3. A instrumentalização da gestão municipal para mensuração da sensação de (in)segurança pública.....	51
4. A proposta de representação do Índice de Sensação de Insegurança - ISI.....	56
4.1 Conhecendo o perfil socioeconômico da amostra.....	57
4.2 O que dizem os resultados do ISI para Acarape?.....	62
4.3 O que dizem os resultados do ISI para Redenção?.....	64
5. Discussão de resultados.....	68
6. Considerações.....	69
V – Capítulo 3.....	71
1. Segurança Pública: qual papel da gestão municipal?.....	71
2. Procedimentos metodológicos.....	72
2.1 Coleta de dados.....	72
2.1.1 Do instrumento de coleta.....	73
2.2 Organização e análise de dados.....	73
3. Da formulação do atual modelo institucional de segurança pública brasileiro à construção do papel do município em segurança pública.....	74
4. O Território Unilab e a agenda municipal em segurança pública.....	84
4.1 O que dizem os dados institucionais para Acarape?.....	85
4.2 O que dizem os dados institucionais para Redenção?.....	90
5. Discussão dos resultados.....	93
6. Considerações.....	94
VI - O RESUMO DA ARTE: considerações finais.....	96
VII - REFERÊNCIAS.....	97
VIII - APÊNDICES.....	111

# **I - Introdução a uma análise triangulada da segurança pública em municípios cearenses**

Após sucessivas crises na segurança pública e a intensificação do debate desse tema ao longo dos anos 1980 e 1990, pode-se dizer que na primeira década dos anos 2000 as narrativas de agentes políticos estatais e não estatais convergiram em admitir a premência da segurança pública para manutenção da vida social democrática. Entretanto, o conteúdo da intervenção em segurança pública pensada pelas distintas coalizões desses agentes seja discutível devido a percepção diversa entre eles do *modus operandi* de se garantir segurança em ambiente democrático (SCALON, 2007; SOUZA, 2015).

Quando falo agentes estatais, refiro-me aos gestores públicos, políticos, profissionais da segurança pública e operadores do direito incumbidos das políticas de segurança pública; noutras palavras, o corpo estatal incumbido das políticas de segurança pública. E quando me dirijo aos agentes não estatais, refiro-me aos cidadãos que, através de modalidades de ação individual ou coletiva apoiadas em diversas formas de organização jurídica, encontraram espaços de influência na formulação de políticas públicas de segurança (GONÇALVES, 2005; LIMA, 2012).

A concordância dos agentes estatais e não estatais sobre a premência da segurança pública para manutenção da vida social democrática lhes atribui distintos papéis de complementaridade na garantia desse direito. Todavia, é evidente que está para os atores estatais a incumbência legal de ofertar esse serviço de forma a garantir ao indivíduo o seu direito natural à segurança.

Dentre esses atores estatais, destaco aqueles que compõem a gestão municipal donde se espera instituições próximas dos cidadãos e abertas à participação destes. Em razão desta complementaridade, é possível assumir a premissa de que um elemento para sensação de segurança pública existir num lugar é a confiança social depositada nas instituições públicas presentes nele (SOARES, 2003; BENGOCHEA, 2004; MADEIRA; RODRIGUES, 2015).

Entretanto, para não deixar a discussão sobre segurança pública num plano abstrato conceitual, tomo por evidência empírica as mudanças no campo da segurança pública ocorridas em 2011, nos municípios cearenses de Acarape e Redenção, após a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. Logo, enfatizando o protagonismo institucional que pode ter a gestão municipal em

matéria de segurança pública, busco responder a seguinte questão-problema “Qual o estado da segurança pública nessas cidades após a instalação da UNILAB?”.

Para discussão desse problema parto dos pressupostos de que 1) houve um crescente aumento do registro de ocorrências de crimes contra a propriedade e contra a vida no território de Acarape/CE e Redenção/CE; 2) ocasionando uma ampla sensação de insegurança; 3) e justificando ser a segurança pública uma atribuição do governo estadual, as gestões municipais pouco ou nada fizeram para garantia da sensação de segurança.

A fim de contestar tais pressupostos, atento ao objetivo geral de discutir o estado da segurança pública nas cidades de Redenção e Acarape após a instalação da UNILAB. E para tanto, tomo três objetivos específicos:

(i) demonstrar por estatísticas descritivas e através de mapas de calor e mapas temáticos os registros de crimes contra a vida e contra a propriedade relatados nessas cidades entre os anos de 2014 a 2016.

(ii) construir um Índice da Sensação de Insegurança (ISI) estudando três dimensões (expressas em subíndices): uso e ocupação do espaço público (Iuep), medidas protetivas (Imp) e representatividade das instituições públicas (Iris). E, por fim,

(iii) identificar as institucionalidades relativas ao campo da segurança pública desenvolvidas pela gestão municipal de ambas cidades.

A estruturação desses objetivos passa pelo raciocínio de que, para uma intervenção qualificada da gestão pública, ênfase no município, no campo da segurança pública, é preciso que se conheça peculiaridades do comportamento criminoso no território; além de se ter acesso a um instrumento de avaliação da sensação de insegurança da população como estratégia organizacional de verificar quão eficiente estão sendo as ações públicas em segurança. Essas ações devem agir sobre o problema da insegurança se guiando pelo prisma humanitário que orienta a produção dos manuais nacional e internacional que abordam medidas que a gestão local pode adotar para garantir espaços urbanos seguros.

## II - Método

Essa é uma pesquisa aplicada quanto à natureza, (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009) porque espera contribuir para a resolução do problema da insegurança pública nos municípios ao gerar conhecimento sobre esse fenômeno ainda pouco estudado no interior do estado. Para tanto, adota-se o método indutivo (LAKATOS; MARCONI, 2003) para interpretação dos dados verificando-se os pressupostos assumidos na pesquisa através do uso da triangulação metodológica (DENZIN, 1978) que demanda uma abordagem que combine instrumentos de coleta e técnicas de análise de dados.

Para coleta do conjunto longitudinal de dados (PETTIGREW, 1988) foram usados procedimentos distintos a depender da natureza dos dados (LAKATOS; MARCONI, 2003). Os dados primários foram obtidos por registros de campo, entrevistas, questionários. Enquanto, os secundários tais como: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca em serviços online (Google EarthPro, outros).

Na análise, os dados receberam um tratamento distinto caracterizando a triangulação. A (i) análise da distribuição espacial e longitudinal (BATELLA et al., 2008) foi aplicada ao primeiro objetivo “*Elaborar mapa dos crimes nas cidades de Acarape e Redenção de 2014 a 2016*” porque foi georreferenciado os registros de ocorrência de crimes contra a vida e contra a propriedade nos municípios estudados com auxílio dos softwares Google Earth Pro e QGis 2.14.14 (LTR); A (ii) estatística descritiva (DANCEY, 2006; TAVARES, 2007; CERVI, 2012) foi empregada no segundo “*construir um índice que reflita o estado da sensação de (in)segurança*”, uma vez que, o instrumento de coleta utilizado foi o questionário com perguntas estimuladas. Por fim, a (iii) técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) foi adotada no terceiro objetivo “*Identificar as institucionalidades municipais em segurança*” dado que o instrumento de coleta de dados aplicado nesta etapa foi entrevista, pesquisa bibliográfica e documental.

O uso da triangulação metodológica acrescenta rigor e credibilidade à pesquisa (DENZIN, 1978) e justifica-se nesse estudo pela insuficiência de uma única técnica para analisar dados de fontes distintas: territorial: visualizar territorial e longitudinalmente as ocorrências criminosas; - populacional: identificar a sensação de segurança percebida pela população; e, - institucional: conhecer as ações institucionais da gestão municipal em segurança.

### **III - Capítulo 1**

**Resumo:** Essa investigação caracteriza-se como um estudo exploratório da realidade criminal de duas cidades cearenses, Acarape e Redenção, ambas localizadas na região administrativa do Maciço do Baturité. Assumindo o pressuposto do crescente aumento dos registros criminais contra a vida e contra o patrimônio no período de 2014 a 2016 nessas cidades, verifico a incidência de registros criminais a partir de dados primários coletados junto ao 3º Pelotão de Polícia Militar que me permitiram a elaboração de estatísticas e de mapas de calor e mapas temáticos. Os resultados apontam para justificação do pressuposto assumido o que pode justificar a sensação de insegurança percebida pela população. Os procedimentos de análise que deram origem aos resultados são uma contribuição pragmática para futuras análises diagnósticas podendo ser replicada por formuladores de políticas públicas de segurança.

**Palavras-chave:** Acarape, Redenção, registros criminais, políticas públicas de segurança

## **1. Uma análise espacial exploratória e espacial de registros criminais: minha rua está segura?**

Neste capítulo, apresento descritivamente as estatísticas de crimes contra propriedade e contra a vida registradas nas cidades cearenses de Acarape e Redenção entre os anos de 2014 a 2016 e produzo uma visualização georreferenciada desses registros testando o pressuposto lançado na introdução que afirma ter havido um crescente aumento do registro de ocorrências de crimes contra a propriedade e contra a vida no território dessas cidades.

Para descortinar a proposta deste capítulo, divido-o em quatro partes para além desta introdução. A segunda parte apresenta os recentes eventos que impactaram a dinâmica urbana das cidades de Acarape e Redenção. A terceira apresenta uma análise espacial dos registros criminais identificando as suas concentrações no território e, por fim, as considerações que aponta para as contribuições deste estudo.

Espero com os resultados obtidos oferecer uma visão longitudinal e comparada

do fenômeno da violência nessas cidades periféricas para além de contribuir para uma nova produção de estudos sobre violência e segurança pública que explora dinâmicas sociais periféricas marcadas por investimentos públicos de alto impacto social, fenômenos migratórios, segregação urbana e favelização como são os casos das cidades estudadas, além de complementar a compreensão do fenômeno da violência que tem sido estudado no Ceará, principalmente, em cidades de elevado Produto Interno Bruto (PIB) como Maracanaú (VASCONCELOS, 2015), Fortaleza (QUEIROZ, 2001; SULIANO, 2013), Juazeiro do Norte (NASCIMENTO, 2012; FERREIRA, 2015) e Sobral (FREITAS, 2017a; FREITAS, 2017b; FREITAS, 2017c).

## **2. Procedimentos metodológicos**

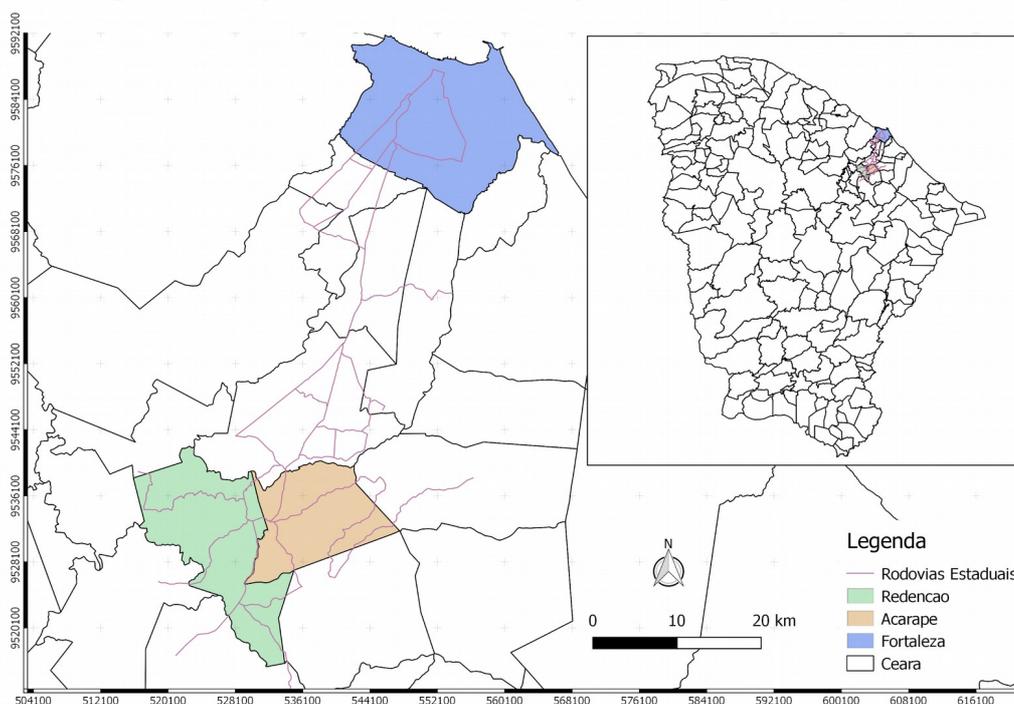
### **2.1 Caracterização da área de estudo**

Ambos os municípios compartilham muitas características em seu perfil seja socioeconômico ou geográfico. Quanto às características socioeconômicas, ambos têm no comércio e na agricultura suas principais atividades produtivas (IPECE, 2016) e são integrados a Fortaleza exclusivamente por rodovias estaduais que criam o corredor Maciço do Baturité - Fortaleza. (IBGE, 2017)

Em relação ao perfil geográfico, o município de Acarape, fundado em 1987, possui 16.418 habitantes ocupando uma área de 115,19 km<sup>2</sup>, distando 56 km da capital do estado, Fortaleza, localizado ao Nordeste nas coordenadas geográficas de latitude (S) 4°13'27" e longitude (WGr) 38°42'30" numa altitude de 95 metros acima do nível do mar e com clima tropical quente sub-úmido.

Enquanto Redenção, fundada em 1868, possui 27.358 habitantes ocupando área absoluta de 225,63 km<sup>2</sup>, distando 61 km de Fortaleza, localizado ao Norte nas coordenadas geográficas de latitude (S) 4°13'33" e longitude (WGr) 38°43'50" numa altitude de 88,8 metros acima do nível do mar apresentando clima tropical quente úmido, tropical quente sub-úmido, tropical quente semiárido brando. Ambos os municípios pertencentes à região administrativa do Maciço do baturité. (Figura 01)

Figura 01 - Mapa de localização dos municípios de Acarape e Redenção, Ceará.



Fonte: O Autor (2018)

## 2.2 Levantamento de dados

A partir da observação direta realizada na minha vivência no Centro Comunitário e São Benedito, bairros periféricos de Redenção e Acarape, respectivamente, e da consequente aproximação com o tema objeto deste estudo dentro do *lócus* do cidadão comum construí um conjunto de reflexões que foram ganhando substância quando cruzadas com dados de outras fontes como a entrevista junto ao comandante do 3º Pelotão de Polícia Militar, realizada em 07 de julho de 2017, e dados secundários.

A coleta por pesquisa documental<sup>1</sup> foi realizada nos registros de ocorrências do 3º Pelotão de Polícia Militar, na cidade de Redenção/Ce, durante o ano de 2017. Os dados coletados correspondem somente ao período de 2014 a 2016, por indisponibilidade dos dados de 2010 a 2013 que não estavam mais naquele pelotão. Segundo Batitucci (2007, p. 16), o levantamento desses dados de base local “permitem a confecção de estudos bastante específicos, situacionais (ruas, bairros ou regiões da cidade), o que permitirá razoável confiabilidade”.

Os dados coletados na pesquisa documental foram organizados em tabelas e armazenados em banco de dados criado em planilhas do Apache OpenOffice Calc, versão 4.1.5. Os dados levantados foram tabulados em um banco de dados identificado com: “Id”, correspondendo a identidade numérica dos dados coletados distribuídos em linhas;

<sup>1</sup> O banco de dados está disponível em link no Apêndice

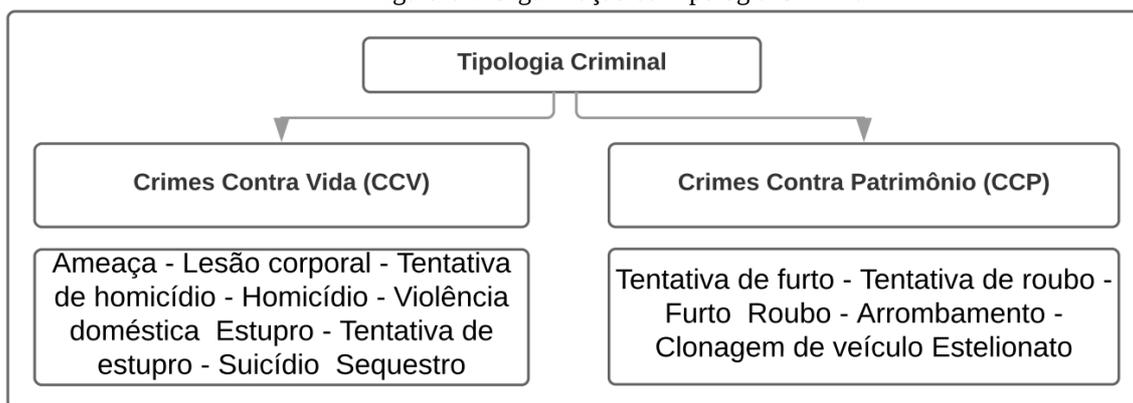
“X”: significando longitude; “Y”: latitude; “ENDEREÇO”: local de ocorrência do registro criminal; “CIDADE”: homônimo; “TIPOLOGIA DO CRIME”: identificação do crime cometido; “H”: hora do crime; “MIN”: minuto do crime; “ANO”: homônimo; “MÊS”: homônimo; “Nº DE REGISTROS POR MÊS”: número mensal de registros criminais.

Para obtenção dos valores de latitude e longitude foram coletadas as coordenadas geográficas por meio do Google Earth Pro a fim de georreferenciar os registros de ocorrência de crimes no Quantum GIS versão 2.14.19 utilizando o sistema de referência de coordenadas SIRGAS 2000.

Para classificar os crimes, adotei a metodologia usada pelo Instituto de Segurança Pública (ISP)<sup>2</sup>, que os organiza em duas categorias os “Crimes Contra Patrimônio ou Propriedade- CCP” e os “Crime Contra Vida - CCV”. Todavia, diferente do ISP, não foi realizada uma visão pormenorizada dos crimes sub categorizando-os por sua letalidade de modo que os registros de violência doméstica e de homicídio estão junto na categoria CCV. Contudo, ressalto que essa é uma limitação deste estudo que poderá ser tratada à medida que se somarem pesquisas sobre criminalidade, segurança pública e violência no território estudado.

Os registros criminais identificados no período estudado apresentam-se por ordem alfabética a seguir: ameaça, arrombamento, clonagem de veículo, estelionato, furto, estupro, homicídio, lesão corporal, roubo, sequestro, suicídio, tentativa de estupro, tentativa de furto, tentativa de homicídio, tentativa de roubo, violência doméstica. A distribuição dos registros criminais foram distribuídos de acordo com a classificação CCV e CCP conforme observado na Figura 2.

Figura 02: Organização da Tipologia Criminal



Fonte: O Autor (2018)

<sup>2</sup>O Instituto de Segurança Pública – ISP, criado pela Lei nº 3.329, de 28 de Dezembro 1999 – é uma autarquia vinculada diretamente à Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG). Com 18 anos de existência, o ISP conta com grande conhecimento acumulado no desenvolvimento de metodologias de análise de dados relativos à Segurança Pública. Sua missão é produzir informações e disseminar pesquisas e análises com vistas a influenciar e subsidiar a implementação de políticas públicas de segurança e assegurar a participação social na construção dessas políticas. <http://www.isp.rj.gov.br/mapasite.asp?flag=005>>

## 2.4 Análise numérica e espacial dos dados

Para análise dos gráficos cunho categorias analíticas a posteriori para facilitar a compreensão da variação anual do número de registros criminais. Elas são “*a posteriori*” porque foram desenvolvidas após coleta dos dados em análise. As categorias são variação a maior/menor plena, isto é, uma variação ascendente/descendente do número de registros criminais em todos os anos do triênio sendo que o último ano corresponde a um número de registros maior que o primeiro ano do triênio; variação a maior/menor estabilizada, ou seja, uma variação ascendente/descendente do número de registros criminais que atinge um valor no segundo ano cujo qual se mantém no terceiro ano; e variação a maior/menor simples, é aquela em que o último registro é maior/menor que o primeiro depois de uma redução/ampliação desse registro no segundo ano (2015) do triênio. Essas categorias analíticas serão utilizadas também para compreensão das tabelas derivadas dos mapas temáticos.

Os mapas de calor apresentados na análise foram produzidos a partir da localização das coordenadas geográficas dos registros de ocorrência criminal e da utilização do estimador de densidade de Kernel adotado para delimitar um raio de 100 metros na unidade do mapa para indicar o alcance da sensação de insegurança do registro criminal (SOUZA *et al.*, 2013).

Nessa espacialização dos registros criminais não considerei a população relativa do território porque não estou tratando de um crime em específico (como homicídio, por exemplo), por isso não uso as taxas por 100 mil habitantes como tradicionalmente é feito em literatura especializada (WADI, 2010).

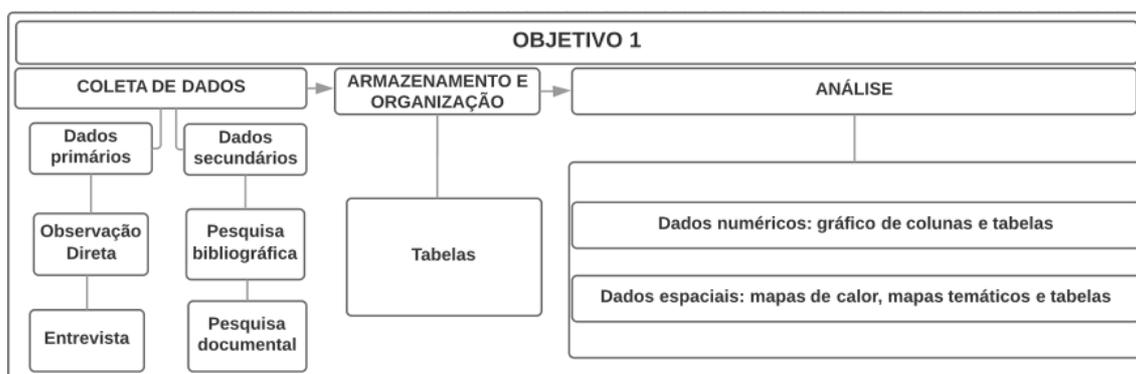
O uso do mapa de calor permite combinar informações espaciais como o da incidência dos crimes com as áreas de infraestrutura de um território, dando uma informação mais qualificada da ocorrência dos crimes (WADI, 2010). Entretanto, Acarape e Redenção não dispõem de mapas com a distribuição espacial de sua infraestrutura de equipamentos públicos o que impede comparações amparadas na sobreposição dos mapas ao mesmo instante que torna fundamental o uso de dados obtidos pela observação direta para apoiar na interpretação das análises realizadas pelo geoprocessamento dos registros criminais.

A partir dos mapas de calor produzidos com o estimador de kernel foi possível localizar as áreas de maior intensidade de registros e os *hot spots* (hot= quente; spot= pontos). Com os pontos de calor identificados no mapa de densidade, foram produzidos mapas temáticos dos territórios mais quentes. Nesses mapas, as ruas, os tipos de registro

criminal e turnos estão rotulados enquanto os anos identificados por cores, preta para 2014, vermelho para 2015 e verde, 2016.

Com os mapas temáticos, foi possível identificar as ruas com registros de crime contra patrimônio o contra a vida no triênio 2014 a 2016. Quando identificadas verificou-se quais delas tiveram, no mínimo, uma ocorrência por ano no triênio. Para tal, aplico a média aritmética simples (MA) e todas que apresentaram média igual a 1 foram colocadas em uma tabela organizada em endereço, quantidade de registros, turno e quantidade de registros por turno. O uso da MA como critério de análise para produção das tabelas favorece uma atuação focalizada nas ruas que apresentam continuidade ou intensidade dos tipos penais classificados nas categorias de análise CCP e CCV.

Figura 03: Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados no capítulo 1.



### 3. A espacialização do crime num contexto periférico de transformações urbanas

Convencionalmente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) são usados para demonstrar o perfil e as mudanças porque passam os municípios cearenses. Por ora, lançarei mão de uma estratégia diferente que é compartilhar um pouco da minha vivência com a população das cidade de Redenção e Acarape num esforço de dar às narrativas ouvidas um espaço nesse estudo que também usou a observação direta como estratégia de coleta de dados.

Neste estudo comparado também considero as cidades de Redenção e Acarape como realidades sociais periféricas<sup>3</sup> (LOPES, 2016) as que denomino “Território

<sup>3</sup> Compreendo nos mesmos termos de Lopes (2016, p. 16) que uma realidade social periférica é aquela que está entre as faixas 0,000 a 0,499 (muito baixo), 0,500 a 0,599 (baixo) e 0,600 a 0,699 (médio) do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Redenção/CE (0,626) e Acarape/CE (0,606)

Unilab”. Decisão teoricamente justificável se aceitasse o território como uma categoria analítica mais flexível que município ou espaço urbano e nos termos de Gomes (2005, p. 58-60) “encerrando características culturais, sociais e econômicas própria e *que podem ter uma justaposição de territórios*”.

Em termos pragmáticos justifico o uso do conceito “Território Unilab” considerando que a presença da Unilab nessas cidades estabeleceu uma dinâmica urbana de fluxos e de discussão pública em torno desse investimento. O comércio ampliou sua oferta para atender o público universitário; muitos serviços nasceram para atender essa nova demanda; nas escolas, professores incentivam crianças, adolescentes e jovens a ingressarem na UNILAB; muitas famílias nessas duas cidades foram beneficiadas ou com um emprego nessa instituição ou com o ingresso no ensino superior próximo de casa; nas conversas cotidianas de calçada, aparecem perguntas do tipo: “Como que traz uma universidade e não trazem uma viatura, inclusive para segurança da Unilab mesmo?” Essa centralidade assumida pela UNILAB no cotidiano das famílias dessas cidades me permite falar no Território UNILAB.

A centralidade dessa instituição de ensino é fortalecida por um histórico de integração desses municípios que antecede a existência da UNILAB, propriamente. E ao admitir o conceito “Território UNILAB” não nego a existência de um histórico de fatos sociais anteriores que integravam essas cidades como a sua origem histórica em comum, a sua dependência de centros mais populosos como Fortaleza, inclusive facilitada por estarem no fluxo Maciço Baturité <--> Região Metropolitana de Fortaleza; e por fim, serem cidades que se integram a um macroprocesso estrutural de disputa territorial por facções do crime organizado. Dito isto, admite-se a centralidade da UNILAB como estratégia de inclusão de todos os entes federativos em ações integradas e coordenadas de gestão de um território que se tornou ainda mais complexo dada a atratividade que ganhou aos olhos do crime organizado, mas também para outros fatos sociais que nasceram, se reinventaram ou se intensificaram após sua instalação em 2011.

Desde o ano de 2011, essas cidades passam por uma dinâmica demográfica nova com a implantação de uma universidade que tem por missão a interiorização e internacionalização do ensino superior - a UNILAB<sup>4</sup>, o que gerou um conjunto de fatos sociais<sup>5</sup> que precisam ser estudados e compreendidos pelos grupos de pesquisas da Unilab que se doarem a este objetivo.

Um fato social são as externalidades produzidas por um processo de crescimento ocupam a faixa média de desenvolvimento humano municipal, segundo Atlas do Desenvolvimento Humano Municipal 2013. Disponível em <<http://www.datapedia.info/public/>>

<sup>4</sup> Livro memória pode ser localizado no seguinte link <<http://bit.ly/2Hqow8z>>

<sup>5</sup> Durkheim (2007, p. 3) afirma que o fato social consiste em modos de agir, pensar e sentir externo ao indivíduo, que são investidos com um poder coercitivo capaz de exercer um controle sobre o mesmo.

econômico sem coordenação estratégica do Estado para receber o grande contingente de imigrantes nacionais e internacionais que em curto espaço de tempo ocuparam essas cidades, especialmente Redenção, onde a Unilab se instalou primeiro, em 2011. Essa universidade tem recebido imigrantes estudantes de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, de outras partes do Ceará e do Brasil e o mesmo valendo, embora menor expressão, para professores que vêm de outras regiões do Brasil ou de outros países<sup>6</sup>.

Arrolam entre as externalidades o impacto dessa demanda migratória sobre o acesso à moradia, principalmente na cidade de Redenção onde a UNILAB se instalou primeiro (2011). Como fenômeno econômico explicado por economista liberais através da conhecida “Lei da Oferta e da Demanda”, a especulação imobiliária era esperada e aconteceu. A presença desse contingente migratório estimulou os proprietários dos meios de produção na cidade de Redenção a construir imóveis para atender os imigrantes.

O custo social desses empreendimentos foi alto, particularmente para as famílias de baixa renda, que já auxiliadas por programas de transferência de renda como o Bolsa Família, (RODRIGUES, 2013) viram os aluguéis subirem a um nível insustentável para sua permanência no espaço intraurbano e se comportaram, conforme literatura especializada já previa, recorrendo às piores localizações em termos de facilidade de acesso aos direitos sociais (HUGUES, 2004)

No bojo dos fatos narrados anteriormente, surge outra externalidade que foi um outro movimento migratório - a “subida da serra”<sup>7</sup>. Houve um silencioso êxodo urbano de famílias para salvar-se da especulação imobiliária e da inflação da cesta básica que acometeu a cidade de Redenção onde a Unilab se instalou primeiro, em 2011. Acarape não apresentou esse movimento, a especulação imobiliária não foi um fenômeno marcante nessa cidade. As famílias de baixa renda, invisibilizadas em Redenção pela onda de otimismo local como a cidade recebeu a implantação da Unilab, migraram após tentarem, sem êxito, um (sub)emprego, um espaço na economia ebulida da cidade. Esta violência contra esses invisíveis foi tão anunciada quanto a próxima externalidade descrita a seguir.

A população viu prosperar a autoridade do poder paralelo exercido pelo crime organizado que, ocupando o vazio das instituições do Estado Democrático de Direito, começou a delimitar seu território através de mensagens em muros a partir de 2016. Sem intimidação, escrevem em paredes de muros de instituições públicas, estabelecimentos comerciais e de residências (Figura 2) nos bairros onde marcaram sua territorialização,

---

<sup>6</sup>Quantitativo de docentes está disponível em <<http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>>

<sup>7</sup> Registro de observação de campo e constatação em diálogo com moradores de Redenção/CE.

como exemplo, o bairro Centro Comunitário, em Redenção, e o São Benedito, em Acarape.

Todavia, a presença do crime organizado nessas cidades vinha sendo ignorada por agentes da segurança pública que em entrevista declarou não ter informação para um posicionamento oficial sobre a presença do crime organizado, embora pessoalmente creia que aqueles que se autodenominam de facção A ou B o façam por identificação e não por pertencimento real.

Praticamente começaram a falar disso do ano passado pra cá. Então, não reconhecemos essas facções como uma força institucionalizada. Elas existem e isso é fato, pois nas abordagens que fazemos nos celulares vemos algo sobre CV [Comando Vermelho], GDE [Guardiões do Estado], PCC [Primeiro Comando da Capital] (...) Ainda tenho a impressão que o sujeito se autodenomina de determinada facção. (...) Eu não tenho um posicionamento oficial sobre isso, pois estão muito recentes. Mas se existe, é necessário qualificar e quantificar essa força. (Trecho de entrevista de 07 de julho de 2017 ao cmt do 3º PPM, Redenção-CE)

Esta fala foi registrada mesmo após uma demonstração cabal de força do Comando Vermelho que aterrorizou todo o Território Unilab, em 2017. O CV liberou os assaltos nessas cidades e durante a vigência dessa ordem matérias jornalísticas<sup>8</sup> noticiaram o caos, pessoas e comércios foram assaltados; a UNILAB suspendeu suas atividades devido assaltos aos ônibus *intercampi* e a “ordem pública” somente foi supostamente “retomada” depois de algumas ações típicas de gestão de crise investidas pelo governo estadual que enviou para o interior do estado a Cavalaria e o RONDA.

Figura 04: Demarcação territorial do crime organizado no Território Unilab



<sup>8</sup>Matéria de “O Povo”, de 22 de maio de 2017, intitulada “Assaltos e áudios atribuídos a facções criminosas assustam moradores de Redenção” Disponível em: <bit.ly/2Cpl7mE>

Fonte: O Autor (2018).

O registro fotográfico acima é uma evidência empírica que sugere a centralidade que o território tem para a operação tática das estratégias do crime organizado no território. E à medida que é fortalecida a política de territorialização do crime organizado é diminuída a sensação de segurança da população que vê o Estado Democrático de Direito perder o controle para um Poder Paralelo cujas leis são bem claras e objetivas: “Tire o capacete e abaixe o vidro do carro se não morre”, “Se roubar na favela, morre”.

Esse fenômeno de territorialização do crime gera fragmentação social à medida que o medo passa a ser o padrão psico-social de comportamento urbano (ADORNO, 1992) inclusive se revelando na arquitetura da cidade. Queiroz (2001) demonstrou esse fenômeno de fragmentação social apresentando resultados que mostram um processo de auto-reclusão da população trabalhadora de Fortaleza. Nessa cidade, as pessoas estão recuando diante da sensação de insegurança e do medo, e “na ausência de ambientes e/ou mecanismos que garantam o lazer seguro e ‘tranquilo’, resignam-se nos lares na companhia da TV e familiares” (ibidem, 2001, p. 41)

Pressuponho que os resultados da pesquisa de Queiroz (2001) não seriam muito diferentes se fosse reproduzida no Território Unilab por que evidências empíricas obtidas através de registros fotográficos também sugerem um processo de auto-reclusão da classe trabalhadora nesse território afetado pelo crime organizado, pois logo se vê o (aumento do) uso de grades em portas e janelas por todas as ruas dessas cidades.

Figura 05: Sensação de insegurança arquitetura



Fonte: O Autor (2018).

Segundo Fernandes (2015), para se contrariar a tendência de fragmentação da sociedade urge a necessidade de uma cultura democrática de segurança em que se aceite o Estado democrático de direito como autoridade legítima do exercício da força e que se assuma a segurança como uma questão de cidadania, um direito social (ibidem, 2015, p. 42) Essa cultura democrática de segurança apela para uma atuação diferenciada das instituições policiais.

O não uso de estratégias de gestão participativa e territorializada no campo da

segurança pública tem acarretado um distanciamento entre as instituições policiais e a população, e criado a existência de vazios urbanos estratégicos inteligentemente ocupados pelo crime organizado. (BENGOCHEA, 2004) Também se acrescenta a esse distanciamento o não uso de ferramentas de monitoramento da violência e da criminalidade nos territórios, que apesar de se ter registros de seu uso no século XIX, inicialmente na França, (BARBOSA; RODRIGUES, 2017) em muitos estados brasileiros, como no Ceará, isso ainda se apresenta como novidade dado o uso hegemônico apenas de estatísticas descritivas no processo de análise de dados criminais.

Diferentemente do século XIX, a espacialização dos dados criminais no século XXI conta com o suporte das geotecnologias como o geoprocessamento uma poderosa ferramenta que pode ser usada para monitoramento espacial da violência e da criminalidade sendo possível fazer sobreposição de dados espaciais e identificar possíveis correlações para compreender o fenômeno criminal num território, qualificando o processo de formulação de políticas públicas em segurança como bem demonstra a literatura especializada.(BARBOSA; RODRIGUES, 2017)

Alguns estados como Minas Gerais, Paraná, São Paulo agregaram o uso de geotecnologias ao processo decisório de formulação de políticas de segurança pública. Uma das ferramenta usadas por estes estados é o geoprocessamento que nos termos de Silva (2009, p. 42)

“é um conjunto de conceitos, métodos e técnicas que atuando sobre bases de dados georreferenciados por computação eletrônica propicia a geração de análises e sínteses que consideram, conjugadamente, as propriedades intrínsecas e geotopológicas dos eventos e entidades identificados, criando informação relevante para apoio à decisão quanto aos recursos ambientais.

A aplicação do geoprocessamento no processamento de dados de criminalidade e violência exige geointeligência (BARBOSA, 2017) dos sujeitos participantes. Aliás, as geotecnologias são constituídas de hardware, software e peopleware (ROSA, 2005) e, sendo este terceiro elemento (pessoas) fundamental para análise, interpretação e compreensão dos dados georreferenciados dentro do contexto territorial de onde foram extraídos, é necessário que se entenda a importância das pessoas nesse processo de análise e se afaste qualquer visão de panacéia lançada sobre a ferramenta geoprocessamento.

Barbosa e Rodrigues (2017) em sua discussão teórica apontam para importância do uso da abordagem espacial através do geoprocessamento como uma ferramenta de gestão para enfrentar a desordem, a violência e a criminalidade e concluem que o uso dele caracteriza uma prática policial inteligente por se antever e prever situações de risco aumentando as chances de reduzir as oportunidades de crime, garantindo melhora na

sensação de segurança, reduzindo os indicadores de violência e ampliando a qualidade da convivência social.

Beato Filho (1998) ratifica a importância do uso da abordagem espacial pelas instituições encarregadas de lidar com a criminalidade afirmando que elas podem “prescindir de um diagnóstico das causas da criminalidade” e orientar-se pela idéia de que os crimes não ocorrem aleatoriamente no espaço e no tempo e buscar os padrões de sua ocorrência para uma atuação mais qualificada.

Enquanto, Wadi e Ramão (2010) identificam, no município de Cascavel/Paraná, uma forte correlação entre as áreas periféricas com carência de equipamentos públicos de garantia da cidadania e a incidência de homicídios. Esses resultados foram encontrados através da sobreposição de camadas espaciais de infraestrutura urbana e as de registros de homicídios em que se “evidenciou uma incidência desigual dos assassinatos ao longo do espaço, sendo que as unidades administrativas centrais, dotadas de melhor infra-estrutura urbana e de melhores indicadores socioeconômicos, apresentaram taxas de homicídio abaixo da média.” (WADI; RAMÃO, 2010, p. 226)

Outro uso interessante da sobreposição espacial de dados foi desenvolvido em pesquisa realizada pela FGV/DAPP (2017), no estado do Rio de Janeiro, que identificou uma tendência de aproximação entre o lugar de residência do criminoso e o lugar do crime contra o patrimônio praticado por ele, o que sugere que tal relação pode estar associada à suposta garantia de segurança que o criminoso tem de cometer crimes dentro do território defendido pela organização criminosa a que pertence.

Batella e Diniz (2010) examinando os crimes violentos contra a propriedade (CVCP) e os crimes violentos contra pessoas (CVCP) ratificam os postulados teóricos que defendem que a assinatura espacial do CVCP incide em territórios de menor índice de desenvolvimento humano normalmente caracterizados pela carência de infra-estrutura pública que garanta à população acesso a maior dignidade de vida, enquanto os CVCP estão em áreas de maior concentração de riqueza e, por vezes, mais assistida de equipamentos públicos.

Souza et al. (2013) estudando os crimes de homicídio em Fortaleza/Ceará, identifica relação espacial entre os registros de homicídios e os aglomerados subnormais (favelas), para além disso corroborou com estudos da literatura especializada apontando para assinatura desse crime nos bairros de Fortaleza com deficiência de equipamentos públicos de garantia da cidadania. E conclui seu estudo supondo forte relação territorial entre os homicídios registrados e os conflitos entre narcotraficantes.

Já Silva (2015), tratando de crimes violentos letais e intencionais (CVLI), ou seja, aqueles em que há predisposição para tirar a vida de terceiro, identifica, através da

sobreposição de camadas de indicadores socioeconômicos e as de registros criminais geoprocessados, um padrão de espacialização do crime contra a vida. Muito embora tenha identificado um padrão de espacialização desse crime no estado de Pernambuco, não levantou evidências empíricas suficientes para conclusivamente afirmar uma correlação entre os CVLI e os indicadores socioeconômicos.

Souza (2014) estudando os homicídios no estado da Bahia identifica através de geoprocessamento três conglomerados, ou clusters, que foram considerados áreas críticas para homicídios e valendo-se do cálculo do I de Moran afere existência de correlação espacial estatisticamente significativa para variável de taxa de morte por homicídio em homens de 15 a 39 anos.

E, por fim, também posso citar Anjos Junior (2015) que em sua dissertação identifica a formação de cluster para violência letal intencional em todo território paraibano, com concentração principalmente em João Pessoa e Campina Grande, mas também no sertão deste estado nordestino. Verifica também que esses cluster compreendem espaços intermunicipais o que sugere que o poder público deverá deprender um esforço de gestão territorial integrada para combater a violência letal intencional que cresce constituindo cluster intermunicipais.

## **4. Registros criminais em números e em territórios**

Os esforços que deram origem aos registros criminais que me permitiram elaborar essa estatística são franqueados à equipe de policiamento ostensivo do 3º pelotão de polícia militar que durante o período de 2010 a 2016 contava com uma viatura operante para o policiamento preventivo em todo Território Unilab. Essa é uma evidência empírica das difíceis condições de trabalho a que estão submetidos os profissionais de segurança pública atuantes no 3ºPPM, sediado em Redenção/CE.

Dados da Polícia Civil não foram coletados porque pressuponho um número significativo de subnotificação em seus registros devido às restrições em seu horário de funcionamento. Localizada também em Redenção/CE, a unidade da Polícia Civil não funcionou à noite, madrugada ou fins de semana durante o período de 2010 a 2016 alegando insuficiência de efetivo, uma vez que não é um polo plantonista.

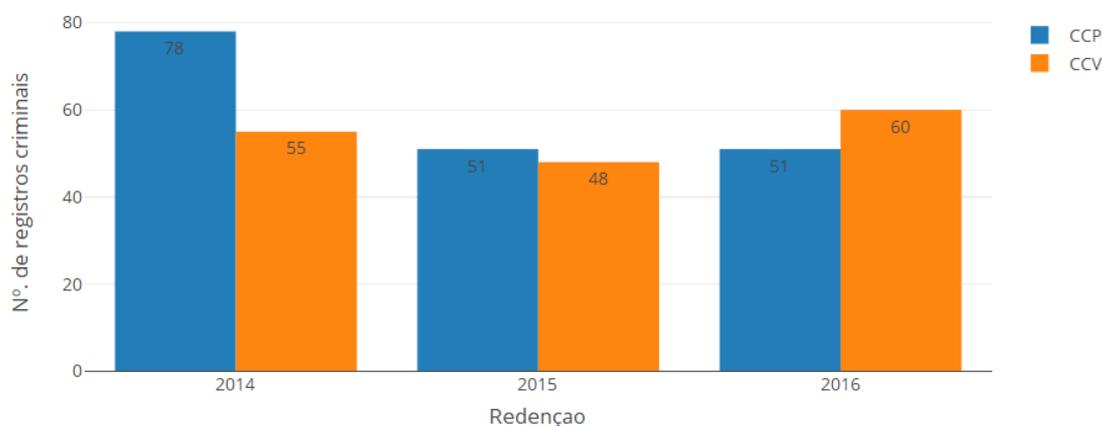
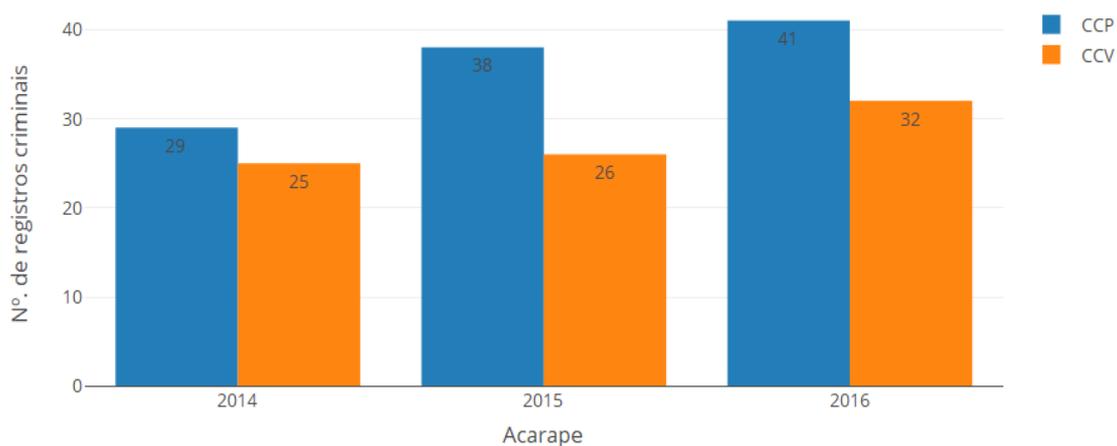
Apesar do ar de surpresa que as informações acima possam dar a um leitor recém iniciado na compreensão da realidade da criminalidade e da violência no Território

Unilab, devo recorrer a Cerqueira (2004) para dizer que os desafios em segurança pública deste território não são tão diferentes do que há no restante do Brasil. Discutindo sobre o modelo de segurança pública, ele demonstra a exaustão do atual modelo de policiamento e afirma seis resultados consequentes: “visão militarizada; exacerbado corporativismo; funcionamento inercial, sem planejamento e controle gerencial e não orientado para a investigação técnica; ciclo policial repartido; distanciamento da população; policiais subvalorizados social e economicamente” (ibidem, 2004, p. 27-8).

#### 4.1 O que dizem os números - CCP e CCV?

Os registros de ocorrências coletados foram classificados em duas categorias de análise “Crime Contra Propriedade” (CCP) e “Crime Contra Vida” (CCV) e agrupados por ano e cidade, no gráfico de coluna abaixo:

Gráfico 01: Série temporal de registros de CCP e CCV no Território Unilab, triênio 2014 a 2016



Fonte: O Autor (2018)

Em Acarape, o CCP apresentou uma “variação a maior plena” no triênio

estudado, isto é, sem redução em nenhum ano da série temporal comparada. Começando com 29, aumentando para 38 e encerrando com 41 ocorrências de CCP registradas. Redenção, por sua vez, mostra uma “*variação a menor estabilizada*”, isto é, aquela em que no segundo ano há uma redução e ela se mantém para o ano seguinte da série temporal comparada, assim os 78 CCP de 2014 são seguidos por 51 registros para cada um dos anos subsequentes do triênio. Logo, o gráfico acima sugere que em relação aos registros de CCP, Acarape teve uma variação a maior plena e Redenção uma variação a menor estabilizada.

Por sua vez, os registros de CCV em Acarape acompanham a variação a maior plena dos CCP, embora em números menos expressivos. Foram 25, 26 e 32 registros de CCV, em Acarape; enquanto em Redenção, houve uma “*variação a maior simples*”, ou seja, aquela em que os registros do último ano são maiores que o primeiro ano da série temporal de comparação sofrendo redução no ano meio. Ela passou por leve redução no ano de 2015, contabilizando 48 CCV ao passo que em 2014, foram 55 CCV, e em 2016, 60. Assim, segundo essa análise do gráfico, as duas cidades mostram uma variação a maior nos CCV, no caso de Acarape uma variação a maior plena e para Redenção uma variação a maior simples.

Os registros criminais se comportam distintamente nessas cidades como já foi verificado pela análise do gráfico de colunas acima. Conhecidas as condições de trabalho a que estiveram submetidos os agentes de segurança pública nesse território, posso afirmar que a variação para mais ou menos depende menos de políticas públicas de segurança desenvolvidas nesse triênio do que dos acordos ou não entre facções. (BARROS *et al.*, 2018)

Todavia, há minúcias nessas estatísticas que não estão satisfatoriamente entendidas como, por exemplo, que crimes são responsáveis pela variações nas categorias analíticas (CCP e CCV)? Para responder a essa questão, analiso tabela 1 que demonstra as variações individualizadas dos crimes registrados na série temporal estudada para ambas cidades.

Tabela 01: Registros de crimes ocorridos em Redenção e Acarape, no triênio 2014-2016

TIPOLOGIA	REDENÇÃO				ACARAPE			
	CCP	2014	2015	2016	Tipo Penal p/ Trienio	2014	2015	2016
Estelionato	2	-	1	3	-	-	-	-
Clonagem de veículo	-	-	-	-	1	-	-	1
Furto	25	11	14	50	7	5	9	21
Roubo	46	34	35	115	18	32	31	81
Tentativa de furto	1	-	-	1	2	-	-	2
Tentativa de roubo	4	6	1	11	1	1	1	3
<b>TOTAL CCP ANUAL</b>	<b>78</b>	<b>51</b>	<b>51</b>	<b>Total Trienal CCP: 180</b>	<b>29</b>	<b>38</b>	<b>41</b>	<b>Total Trienal CCP: 108</b>
CCV	2014	2015	2016	Tipo Penal p/ Trienio	2014	2015	2016	Tipo Penal p/ Trienio
Ameaça	1	2	6	9	1	1	1	3
Estupro	-	2	-	2	-	-	4	4
Homicídio	16	14	14	44	4	9	5	18
Lesão corporal	4	6	13	23	6	11	10	27
Sequestro	-	-	-	-	1	-	-	1
Suicídio	-	-	2	2	-	-	-	-
Tentativa de estupro	-	-	1	1	1	-	-	1
Tentativa de homicídio	13	9	15	37	6	1	9	16
Violência doméstica	21	15	9	45	6	4	3	13
<b>TOTAL CCV ANUAL</b>	<b>55</b>	<b>48</b>	<b>60</b>	<b>Total Trienal CCV: 163</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>32</b>	<b>Total Trienal CCV: 83</b>
<b>TOTAL GERAL ANUAL</b>	<b>133</b>	<b>99</b>	<b>111</b>	<b>Total Trienal Geral: 343</b>	<b>54</b>	<b>64</b>	<b>73</b>	<b>Total Trienal Geral: 191</b>

Fonte: O Autor (2018).

Observando os CCP na tabela acima, verifica-se que são os crimes de furto, roubo e tentativa de roubo que respondem pela maior parte dos registros em ambas as cidades e logo se verifica que eles são os responsáveis pela variação na categoria analítica CCP. Dentre esses três crimes, destaco o roubo que é um tipo penal que se caracteriza pela subtração de bem a alguém oferecendo-lhe iminente risco à vida.

Levanto algumas hipóteses para explicar o comportamento dos registros de roubo no Território Unilab. A primeira delas é que sendo essas cidades um território integrado, os praticantes desse tipo penal migraram de Redenção (centro) para Acarape ao vento da conveniência porque são áreas de controle do Comando Vermelho (CV). Outra hipótese que pode ser lançada é que sendo o 3º PPM e a unidade de polícia civil sediados em Redenção os potenciais infratores buscam lugares que lhes ofereçam menores riscos de conflito com a polícia e veêm em Acarape, que tem apenas a Guarda Municipal sem autorização para o porte de arma de fogo, um ambiente mais propício. Uma terceira hipótese interpretativa que levanto é que a cidade de Acarape oferece um ambiente mais propício a esse tipo de delito por ser descoberta pelo policiamento ostensivo da polícia militar, que atuando com apenas uma viatura no período de 2010 a 2016, esteve mais ostensivamente presente no lugar sede da caserna, em Redenção.

Partindo para compreensão do números do CCV, identifico que os crimes de homicídio, lesão corporal, tentativa de homicídio e violência doméstica são os responsáveis pela variação identificada nessa categoria analítica e um dos fatores para produção da sensação de insegurança no Território Unilab. Para esse caso tratarei de levantar hipóteses interpretativas para cada um desses crimes.

A começar pelos homicídios. Percebe-se que eles variam a menor estabilizada em Redenção, enquanto em Acarape sofre uma variação a maior plena, mas com números absolutos menores em todo o triênio quando comparados aos de Redenção. Como já fora apresentado em fotos anteriormente, o Território Unilab está demarcado pelo crime organizado o que explicaria o elevado número de homicídios em Redenção. Também sugerindo que nesta cidade há disputas territoriais e que essas disputas estão sendo equacionadas, segundo mostra a tendência a menor de estabilização (2015 e 2016, 14 homicídios, respectivamente). Outra hipótese possível é que o crime organizado esteja requalificando seu *modus operandi*, evitando o crime de homicídio para não despertar atenção policial e/ou sensibilização da população (BARROS et al., 2018).

O número de registros de crimes de tentativa de homicídio e lesão corporal

merecem uma análise conjunta pela ambiguidade desses crimes. Se a intenção de dano à vida pode estar igualmente em ambos, não creio que o policial no momento do afã da ocorrência distinga com plena assertividade que num caso houve intenção de dano à vida e por isso é uma tentativa de homicídios e noutra que não houve a intenção de dano à vida e por isso lesão corporal.

Creio que justificar essa classificação pelo porte ou não de arma branca ou de fogo também não seja suficiente para garantir a assertividade, por causa da subjetividade da intenção de matar no agente do crime que mesmo desarmado pode ter a intenção de matar e isso não ser verificável pelo policial. Assim, penso que para esses crimes o policial tem dificuldades de classificação.

Dito a crítica, parto para apresentação de uma hipótese interpretativa. Acredito que o processo violento de espoliação urbana (KOWARICK, 2000) explica o comportamento dessa estatística, pois famílias socioeconomicamente vulneráveis do território unilab expostas a uma dinâmica de vivência social orientado para a violência estrutural a reproduzem ao seu modo nas experiências de conflito presentes em suas vivências cotidianas.

Partindo para os registros de crime de violência doméstica. Em ambas as cidades ele sofreu uma “*variação a menor plena*”, isto é, com redução em todos os anos da série temporal comparada. Apesar de reconhecer que essa pode ter sido uma boa notícia nas estatísticas mantenho-me cético e saliento que sem um equipamento público especializado na violência de gênero fica difícil creditar fidedignidade a esses registros.

Essa crítica se aplica a todos os crimes que tenham origem na relação de poder entre gêneros de modo que as estatísticas de estupro, tentativa de estupro, violência doméstica sofrem dessa fragilidade, e até mesmo o homicídio que, por vezes, pode ser um feminicídio. Levanto a hipótese interpretativa de que a falta de um equipamento público, como uma delegacia da mulher, gera estatísticas tímidas que não revelam homicídios com vítimas femininas como feminicídios, ou até mesmo lesão corporal contra mulher como violência doméstica, por exemplo, gerando subnotificação nos crimes com natureza na relação de poder entre gêneros.

Esse conjunto de dados apresentados e as possíveis hipóteses interpretativas levantadas podem ser considerados um apanhado exploratório importante, todavia não oferece grande qualificação ao processo decisório de formulação de políticas preventivas em segurança pública, enquanto não melhor satisfazer a qualificação de um ou de todos os elementos criminológicos constituintes do crime, a saber: o potencial criminoso, a

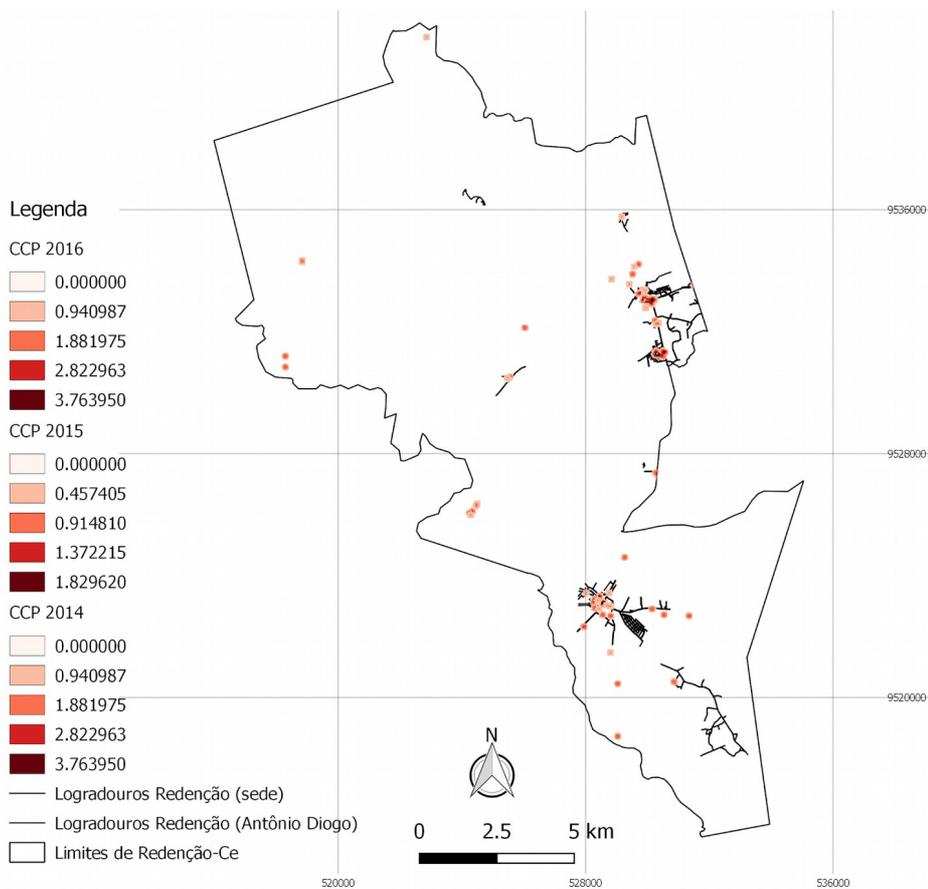
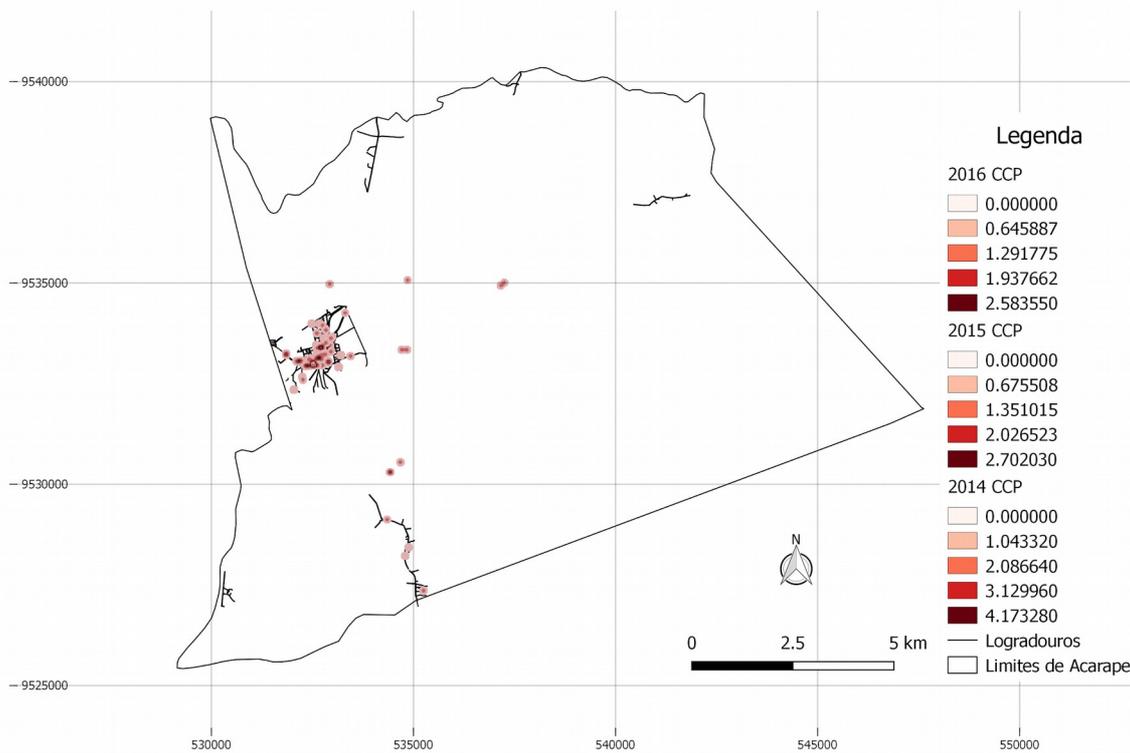
vítima em potencial e o lugar em potencial (oportunidade). (BEATO FILHO et al, 2004) Como apresentado na introdução, o elemento fundamental do crime a que me ocupo de analisar é o lugar e disso trato na seção seguinte investigando o Território Unilab, a começar analisando dados de Acarape e, posteriormente, Redenção.

## **4.2 O que dizem os territórios - CCP?**

Para analisar os registros criminais nos territórios, uso a técnica kernel que mostra em ambas as cidades a intensidade da incidência de CCP dentro da série temporal estudada. Enquanto a cidade de Acarape apresenta uma ocorrência e densidade predominante em área urbana, Redenção mostra uma ocorrência de CCP mais pulverizada, muito embora a densidade desses registros nessa cidade mostre um padrão similar ao de Acarape, isto é, forte incidência em territórios centrais, isto é, com maior fluxo comercial e de acesso a serviços públicos e privados.

A elaboração desses mapas permitiu-me identificar as áreas de densidade criminológica, para em seguida produzir mapas temáticos em que os registros criminais estão identificados por ruas e turnos de ocorrência. Os turnos dos dias estão distribuídos nos seguintes intervalos de horas: madrugada (md): 0h às 5h59min; manhã (m): 6h às 11h59min; tarde (t): 12h às 17h59min; noite (n): 18h às 23h59min.

Figura 06: Mapas de calor dos registros de CCP em Acarape e Redenção, no triênio 2014 a 2016.

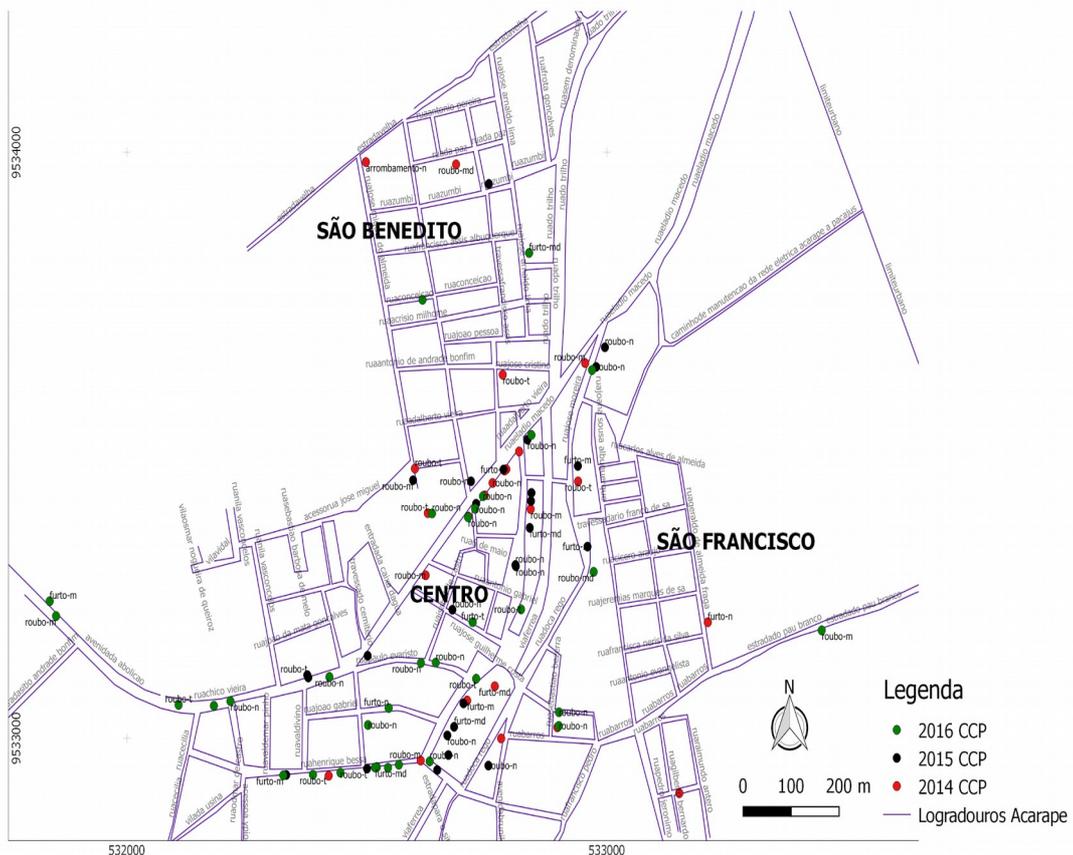


Fonte: O Autor (2018).

A começar pelo mapa temático de registros de CCP de Acarape, a análise revela que algumas ruas são destacadamente “freguesas” dos tipos penais classificados nessa categoria analítica. Essas ruas estão localizadas predominantemente no bairro “Centro” de Acarape onde existem equipamentos públicos como praças, ponto de ônibus, escolas, posto de saúde, prefeitura, câmara de vereadores acercados de empreendimentos comerciais como lojas de confecção, postos de gasolina, supermercados, frutaria, restaurantes, lanchonetes dentre outros.

Para verificar que ruas apresentaram ao menos um registro CCP em cada ano do triênio, atribui a média aritmética simples. O resultado desse procedimento foi a tabela abaixo que está organizada em endereços, anos e a quantidade de CCP subdivididas em quantidade por turno. Essa análise territorializada permite enxergar o fenômeno do CCP, por um dos elementos constituintes do crime, o lugar em potencial.

Figura 07: Mapa temático de registros de CCP em Acarape, triênio 2014 a 2016



Fonte: O Autor (2018).

Tabela 02: Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCP em Acarape, triênio 2014 a 2016.

ENDEREÇO	2014			2015			2016		
	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd
Rua Eladio Macêdo, Centro	7	MD	-	5	MD	1	5	MD	1
		M	2		M	2		M	-
		T	2		T	1		T	1
		N	3		N	1		N	3
Rua Henrique Bessa, Centro	2	MD	-	2	MD	-	7	MD	1
		M	1		M	-		M	1
		T	1		T	2		T	1
		N	-		N	-		N	4
Rua José Cristino, Centro	2	MD	1	6	MD	1	1	MD	-
		M	1		M	-		M	-
		T	-		T	1		T	1
		N	-		N	4		N	-
Rua José Guilherme Costa, Centro	2	MD	1	5	MD	1	2	MD	-
		M	1		M	1		M	-
		T	-		T	1		T	1
		N	-		N	2		N	1
Rua Chico Vieira, Centro	-	MD	-	2	MD	-	4	MD	-
		M	-		M	1		M	-
		T	-		T	1		T	2
		N	-		N	-		N	2
Rua Jose Moreira, Centro	-	MD	-	4	MD	-	2	MD	1
		M	-		M	1		M	-
		T	-		T	-		T	-
		N	-		N	3		N	1

Fonte: O Autor (2018).

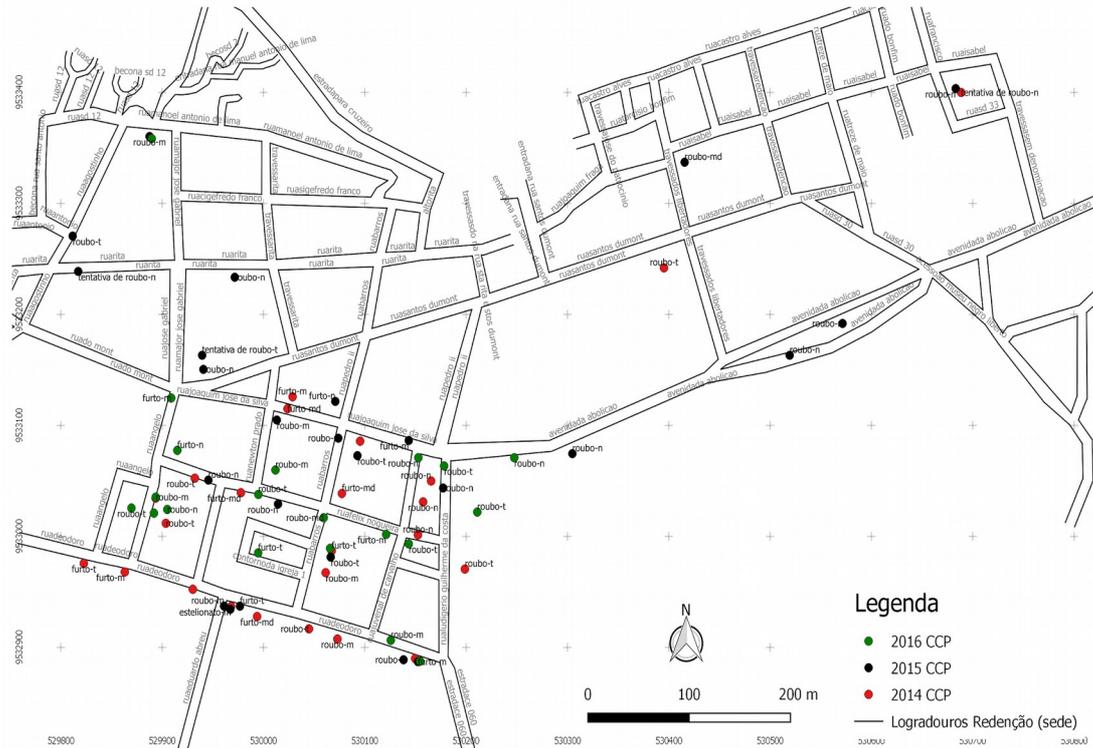
Assim, baseando-me nesse procedimento posso afirmar que as ruas de Acarape que apresentaram maior risco de vitimização de CCP no triênio estudado foram: Rua Eladio Macedo, Rua Henrique Bessa, Rua Jose Cristino, Rua José Guilherme Costa, Rua Chico Vieira, Rua José Moreira - todas pertencentes ao centro da cidade.

O mapa temático também possibilitou a confecção de uma tabela (em link no apêndices) que permite ver a expansão do CCP no território. Essa expansão fica evidente na verificação do número de ruas que registraram CCP em 2014 a 2016. Enquanto em 2014, foram registrados 12 ruas com casos de CCP. Em 2015, foram registrados 9. E em 2016, 13; caracterizando uma variação a maior simples. Fundamentado nessa tabela também posso afirmar que, para além dessa expansão do crime no território, houve uma migração dos registros de CCP no território, pois algumas ruas-cenários desse delito em 2014, não o foram em anos subsequentes no triênio, bem como outras ruas foram cenários para esse delito em 2016 e não o foram preteritamente.

Os dados analisados do mapa temático, tabela das ruas-cenários de registros de

CCP com maior possibilidade de vitimização e a tabela de expansão de CCP no território não só permitem responder às perguntas sobre que territórios foram alvo de CCP e se houve expansão e migração desses registros em Acarape, mas também permite formular a hipótese de que a população residente na periferia opta por não denunciar crimes de CCP por temerem represálias do crime organizado e também por descrença na eficiência policial o que justifica o baixo número de registros nos bairros fora do centro da cidade.

Figura 08: Mapa temático de registros de CCP em Redenção (sede), triênio 2014 a 2016



Fonte: O Autor (2018).

Tabela 03: Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCP em Redenção, triênio 2014 a 2016.

ENDEREÇO	2014			2015			2016		
	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd
Rua Marechal Deodoro, Centro	8	MD	1	5	MD	-	2	MD	-
		M	3		M	3		M	2
		T	4		T	2		T	-
		N	-		N	-		N	-
Rua (Capitão) Felix Nogueira, Centro	3	MD	1	2	MD	-	4	MD	-
		M	-		M	-		M	2
		T	1		T	-		T	1
		N	1		N	2		N	1
Rua Joaquim Jose Silva, Centro	2	MD	1	2	MD	-	1	MD	-
		M	1		M	2		M	1
		T	-		T	-		T	-
		N	-		N	-		N	-
Rua Ludigerio Guilherme da Costa, Centro	3	MD	-	1	MD	-	2	MD	-
		M	-		M	-		M	-
		T	1		T	-		T	2
		N	2		N	1		N	-
Rua Padre Angelo, Centro	2	MD	-	-	MD	-	4	MD	-
		M	-		M	-		M	1
		T	2		T	-		T	2
		N	-		N	-		N	1
Rua Padre Barros, Centro	4	MD	1	3	MD	-	2	MD	1
		M	2		M	-		M	-
		T	1		T	2		T	1
		N	-		N	1		N	-

Fonte: O Autor (2018).

Como em Acarape, os registros de CCP em Redenção (sede) se concentram em ruas da cidade movimentadas pelo fluxo comercial. Surpreende a visualização territorial no mapa temático que mostra os crimes contra patrimônio registrados no triênio

analisado. Apenas alguns poucos se dão em ruas que não façam parte do fluxo comercial.

Esse dado combinado com um outro mostrado anteriormente, as fotos de demarcação territorial colocadas pelo CV no Centro Comunitário de Redenção, permite a formulação de algumas hipóteses como a que, em relação aos CCP, há uma ordem estabelecida nos bairros periféricos que recebem demarcação territorial (visível ou não) do crime organizado e, por essa interpretação, essa ordem seria “Se roubar na favela, morre!”. Também sugere a hipótese de que os crimes de CCP estão sendo resolvidos por vias não legais, ou seja, através de articulações entre as vítimas, ou pessoas próximas a elas, com os chefes do crime organizado no território onde há ordem de que não se roube os populares locais.

Ao todo, são 6 (seis) ruas em Redenção (sede) que ofereceram maior risco de vitimização por CCP no triênio, a saber, ruas: Marechal Deodoro, Capitão Felix Nogueira, Joaquim Jose Silva, Ludigerio Guilherme da Costa, Padre Angelo e Padre Barros, todas localizadas no centro de Redenção (sede) onde não existe ordens ou mensagens nas paredes revelando o domínio do tráfico delimitando a atuação para os crimes de CCP.

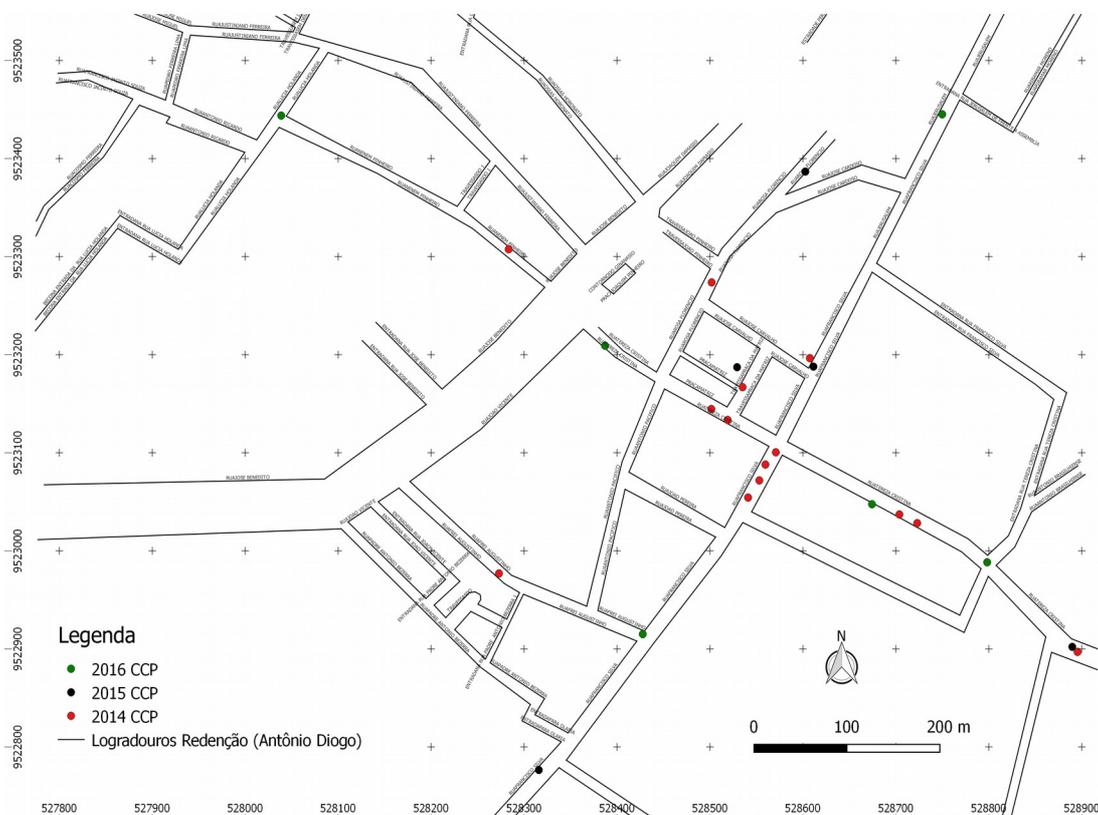
Quanto a expansão territorial desse tipo de crime, verifica-se, pela tabela de expansão (em link no apêndice), que houve uma variação a maior plena, representada nos seguintes números de registros por ano: 9 para 2014; 13 para 2015; 10 para 2016 o que revela um cenário de expansão, mas também de migração do crime por razões já explicadas anteriormente. A seguir apresento análise de Redenção (Antônio Diogo).

É importante que se comece essa análise dizendo que Antônio Diogo é o maior distrito de Redenção e o único que possui um centro comercial que oferece dinamismo ao território e o torna menos dependente de Redenção (sede) para algumas necessidades de consumo da população. Dito isto, reflitamos sobre os dados apresentados abaixo no mapa temático, tabela de ruas cenários e na tabeça de expansão em apêndice.

Depois dos resultados das análises anteriores, essa análise vem para corroborar o fenômeno de registros de CCP em áreas centrais e de dinamismo comercial na cidade. Qualquer leitor curioso, pode verificar através de navegação modo *street view* no *Google Earth Pro* que as ruas com densidade de registros de CCP concentram os estabelecimentos comerciais que dão a esse distrito um dinamismo comercial que o diferencia de outros distritos de Redenção como Guassi, Faísca, Barra Nova e São

Gerardo que são menos integrados à logística de distribuição de produtos e por isso com população mais dependente da sede para o consumo de bens. (IPECE, 2016)

Figura 09: Mapa temático de registros de CCP em Redenção (AD), triênio 2014 a 2016



Fonte: O Autor (2018).

Tabela 04: Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCP em Redenção (AD), triênio 2014 a 2016.

ENDEREÇO	2014			2015			2016		
	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd
Rua Francisco Silva, Centro	5	MD	-	2	MD	-	2	MD	-
		M	1		M	1		M	1
		T	1		T	1		T	-
		N	3		N	-		N	1
Rua Tereza Cristina, Centro	5	MD	1	1	MD	-	3	MD	1
		M	1		M	1		M	-
		T	3		T	-		T	-
		N	-		N	-		N	2

Fonte: O Autor (2018).

As ruas que apresentaram maior risco de vitimização nos territórios com maior densidade de CCP e segundo o procedimento de média aritmética simples adotado são: rua Francisco Silva e rua Tereza Cristina, ambas localizadas no centro de Antônio Diogo. Da expansão no território, houve uma variação a menor plena representada pelos

respectivos números de registros e anos: 6 para 2014; 4 para 2015 e 3 para 2016, essa variação não foi acompanhada de migração no território, isto é, nenhuma nova rua em 2016 apareceu se comparada ao ano base (2014).

Uma possível hipótese para verificação de que os CCP seja mais registrados em territórios centrais, isto é, com maior dinamismo comercial, é que se esses crimes são praticados em estabelecimentos comerciais cujo proprietário tem o dever de registrar o ocorrido na polícia até para comprovar a perda no balanço da loja.

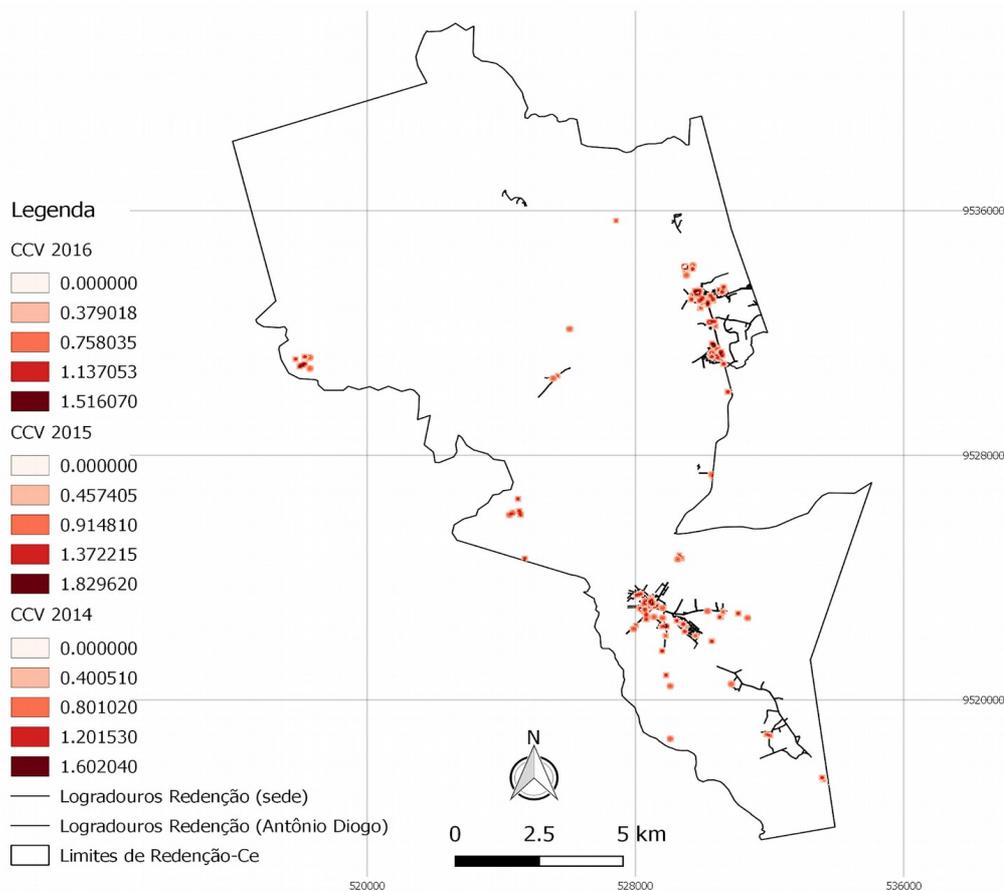
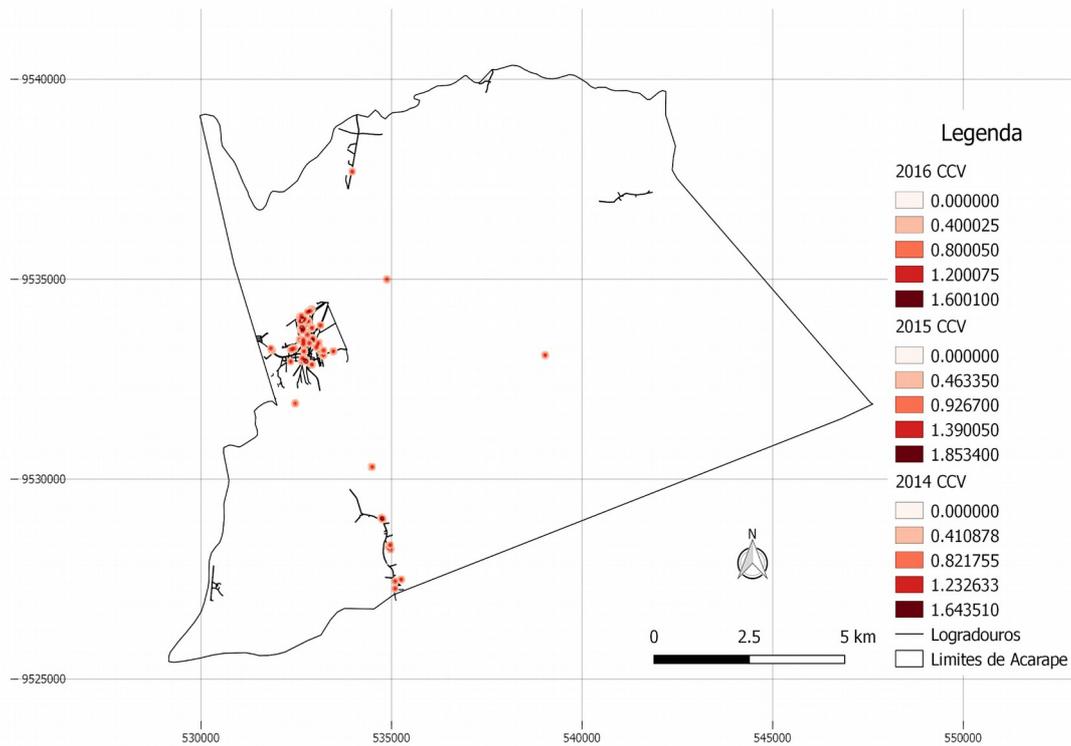
Semelhante aos registros de CCP em Acarape, os casos registrados em Redenção também se concentraram no espaço intraurbano. Esse dado é uma evidência empírica importante à medida que pode servir a futuros estudos que busquem contestar as hipóteses levantadas em estudos que examinaram a relação de proximidade entre o lugar de residência do criminoso e o lugar do crime contra patrimônio. (FGV, 2017)

### **4.3 O que dizem os territórios - CCV?**

A importância da compreensão do fenômeno da violência passa invariavelmente pelo estudo dos crimes contra vida (CCV) por uma razão de fácil pressuposição, são esses crimes, particularmente o homicídio, os principais indicadores da existência (ou não) de coesão social num território, segundo literatura especializada já apresentada. Essa seção tratará desses crimes no território unilab buscando verificar seu (de)crescimento, migração e expansão territorial. (Figura 10)

E assim como na análise dos CCP, inicio a análise dos CCV no território unilab a partir da cidade de Acarape. Os dados revelam que os bairros dessa cidade que concentram os registros de CCV são os periféricos e identificados pelos nomes São Benedito e São Francisco e se constituem como um territórios vitimizado da cidade em dois aspectos: pela carência de acesso aos equipamentos públicos de garantia de cidadania e pela estigmatização da violência letal.

Figura 10: Mapas de calor dos registros de CCV em Acarape e Redenção, no triênio 2014 a 2016.

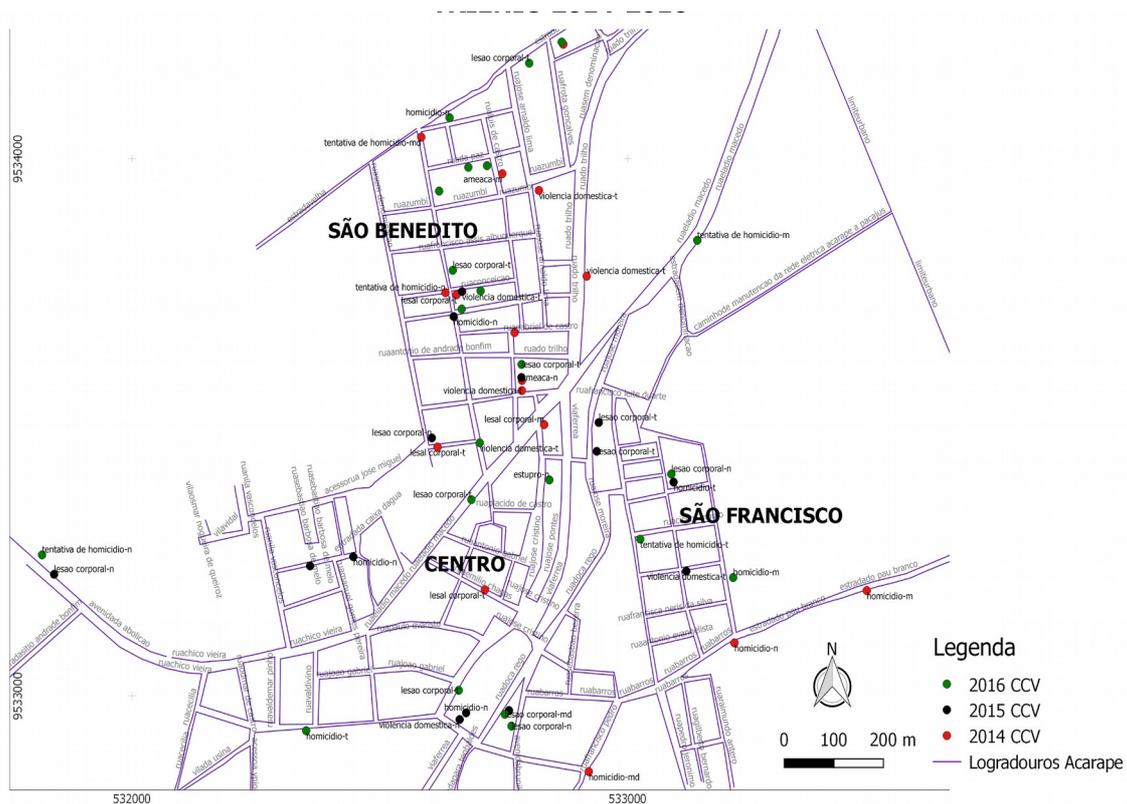


Fonte: O Autor (2018)

O bairro São Benedito é o lócus preferencial desse tipo de registro criminal, seguido pelo bairro São Francisco e por uma área muito restrita do centro de Acarape - a Praça central, que é cercada por um conjunto de bares. E, ao que se verifica pela comparação entre os mapas temáticos de CCP e CCV, ela é uma praça com elevada densidade de registros em ambos os casos o que sugere que é um território muito sensível.

Identificados os territórios da cidade com maior densidade de CCV, o passo seguinte foi a aplicação da média aritmética simples que resultou a tabela 3 abaixo em que estão apresentadas as ruas de maior risco de vitimização de CCV em Acarape, no triênio estudado, são elas: Rua José Guilherme Costa, Rua Eladio Macêdo, Rua Doca Rego, ambas do centro; Rua do Trilho, Rua Alfredo de Sousa, Rua Conceição, Rua Francisco Raimundo Campos, Rua Estrada Velha, todas do São Benedito.

Figura 11: Mapa temático de registros de CCV em Acarape (sede), triênio 2014 a 2016.



Fonte: O Autor (2018).

Quanto ao aspecto migratório e expansionista do CCV, verifico que os crimes dessa categoria assumiram comportamento migratório e expansionista no território de Acarape (link em apêndice) no triênio analisado. Enquanto em 2014, 11 ruas receberam registros de CCV; em 2015, foram 11 e em 2016, 16, caracterizando o que denomino de

variação a maior Simples e, conseqüentemente, a expansão territorial desses registros na cidade. Nessa expansão, também há migração, pois há ruas de 2014 que não apresentam registros em anos subsequentes, assim como há ruas de 2016 que não foram lócus desses delitos em anos precedentes. (em link apêndice)

Tabela 05: Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Acarape, triênio 2014 a 2016.

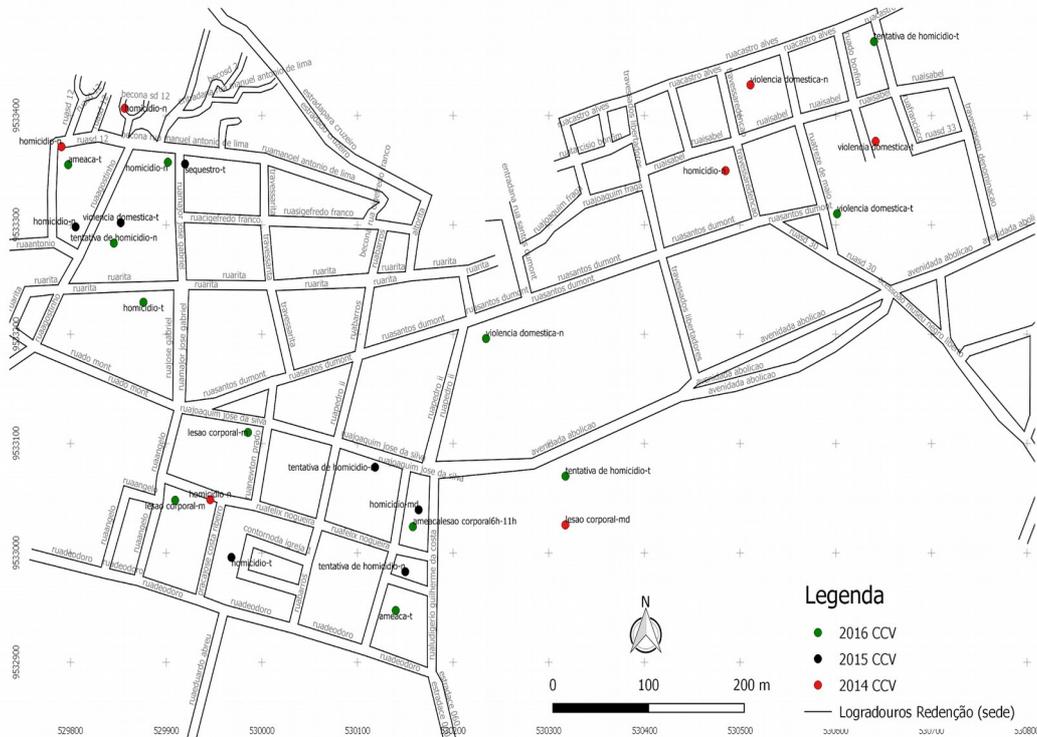
ENDEREÇO	2014			2015			2016		
	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd
Rua José Guilherme Costa, Centro	-	MD	-	2	MD	-	1	MD	-
		M	-		M	-		M	-
		T	-		T	-		T	1
		N	-		N	2		N	-
Rua Eladio Macedo, Centro	1	MD	-	-	MD	-	2	MD	-
		M	1		M	-		M	1
		T	-		T	-		T	1
		N	-		N	-		N	-
Rua Doca Rego, Centro	-	MD	-	1	MD	-	2	MD	1
		M	-		M	-		M	-
		T	-		T	1		T	-
		N	-		N	-		N	1
Rua do Trilho, São Benedito	1	MD	-	1	MD	-	1	MD	-
		M	-		M	-		M	-
		T	1		T	-		T	1
		N	-		N	1		N	-
Rua Alfredo de Sousa, Centro	1	MD	-	1	MD	-	1	MD	-
		M	-		M	-		M	-
		T	1		T	-		T	1
		N	-		N	1		N	-
Rua Conceição, São Benedito	2	MD	-	1	MD	-	1	MD	-
		M	-		M	-		M	-
		T	1		T	1		T	-
		N	1		N	-		N	1
Rua Francisco Raimundo Campos, São Benedito	1	MD	1	1	MD	-	2	MD	-
		M	-		M	-		M	-
		T	-		T	-		T	1
		N	-		N	1		N	1
Rua Estrada Velha, São Benedito	-	MD	-	1	MD	1	2	MD	-
		M	1		M	-		M	-
		T	-		T	-		T	1
		N	-		N	-		N	1

Fonte: O Autor (2018).

Diferente de Acarape, Redenção é uma cidade onde os registros de CCV estão bem pulverizados, mas o padrão de sua ocorrência em bairros com carência de acesso aos equipamentos públicos de garantia do exercício de cidadania e estigmatizados pela violência se mantém. Outra característica em comum é que os centros dessas cidades apresentam praças com elevado risco de registros de CCV. Embora em Redenção (sede) nenhuma praça se destaque, como aconteceu em Acarape, percebe-se que todos os

registros ocorridos no centro comercial são ou em praças ou próximo a uma.

Figura 12: Mapa temático de registros de CCV em Redenção (sede), triênio 2014 a 2016.



Fonte: O Autor (2018).

Tabela 06: Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Redenção (sede), triênio 2014 a 2016.

ENDEREÇO	2014			2015			2016		
	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd
Ruas Santos do mont, Centro Comunitário	-	MD		1	MD	-	2	MD	-
		M			M	-		M	1
		T			T	1		T	-
		N			N	-		N	1

Fonte: O Autor (2018).

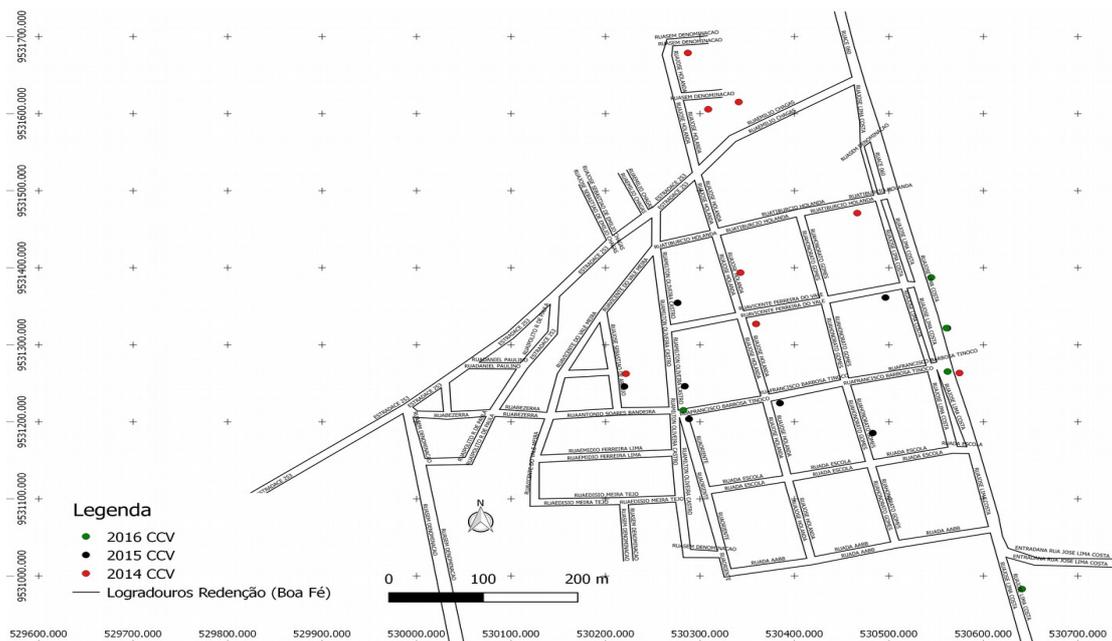
Segundo o mapa temático, a densidade de CCV se deu nos bairros centro comunitário, centro residencial e no centro comercial em suas ruas com praças. Entretanto, apenas a rua Santos do Mont, centro comunitário, teve a média simples de um registro CCV por ano no triênio estudado. Embora ela seja a única rua a atender o critério de análise adotado, vale salientar que as ruas rua Ludigerio Guilherme da Costa, rua Juvenal de Carvalho e a rua Major Jose Gabriel vem apresentando registros de CCV em 2015 e 2016 e por isso também merecem atenção do formulador de ações preventivas no território Redenção (sede), onde apresentou uma característica migratória e expansionista dos registros de CCV, uma vez que, em 2014 foram 7 registros contra 8

em 2015 e 11 em 2016. (em link no apêndice)

Continuando a análise agora para o território de Redenção (Boa Fé), um pequeno bairro de Redenção localizado à margem da CE-060 entre Redenção (Sede) e Redenção (Antônio Diogo), o que se verifica é que este não foi considerado um território quente pela análise de densidade em relação aos registros de CCP, todavia o é em relação aos registros de CCV.

Evidente que para explicar essa densidade de registros é preciso mencionar que diferente do território de Redenção (sede) e de Acarape que é controlado por um grupo do CV, os territórios de Redenção em Boa Fé e Antônio Diogo são disputados por mais uma facção, a Guardiões do Estado (GDE), e que atualmente o CV nesses territórios obedece a um grupo rival do grupo do CV de Redenção (sede) e de Acarape. Esse emaranhado jogo de disputa e de coalizão entre facções é bem volátil o que também torna muito flexível seus próprios limites de controle territorial.

Figura 13: Mapa temático de registros de CCV em Redenção (Boa Fé), triênio 2014 a 2016.



Fonte: O Autor (2018).

Tabela 07: Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Redenção (Boa Fé), triênio 2014 a 2016.

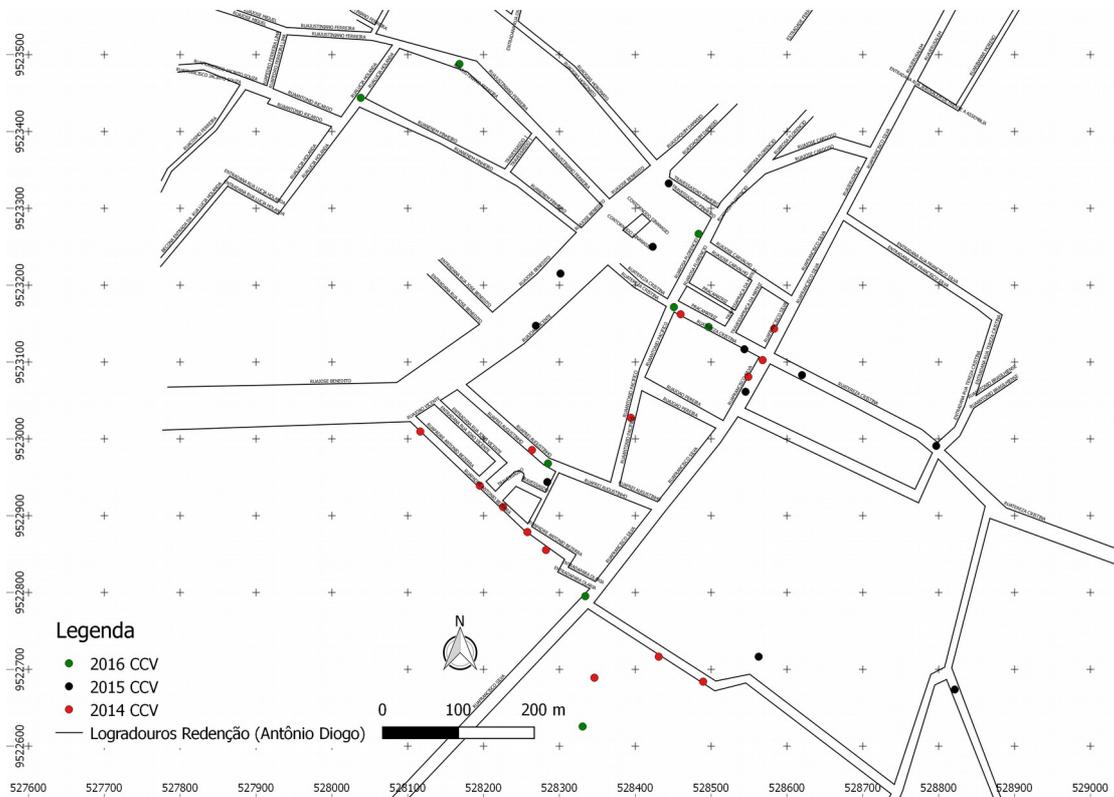
ENDEREÇO	2014			2015			2016		
	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd
Rua “Sem Nome”	3	MD	-	-	MD	-	-	MD	-
		M	1		M	-		M	-
		T	1		T	-		T	-
		N	1		N	-		N	-
Rua Jose Holanda	2	MD	-	1	MD	-	-	MD	-
		M	1		M	-		M	-
		T	-		T	1		T	-
		N	1		N	-		N	-
Rua Jose Lima Costa	1	MD	-	1	MD	-	4	MD	1
		M	1		M	-		M	-
		T	-		T	1		T	3
		N	-		N	-		N	-

Fonte: O Autor (2018).

Essa menção às facções de crime organizados nos territórios é importante porque em boa medida pode explicar os registros de tentativa de homicídio e homicídio, enquanto os demais tipos penais do CCV vão sendo explicado pela fragmentação social, um fenômeno complexo de muitas correlações como já fora exposto na secção 3.

Para este território, as ruas que se evidenciaram foram: Rua Sem Nome (fica ao lado da rua José Holanda), Rua José Holanda e Rua José Lima Costa. Diferentemente dos resultados achados até agora, nesse território os registros de CCV sofreram uma variação a menor simples representada nos seguintes números de registros 5, 7 e 2 para 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Indicando que não houve uma expansão do CCV no território, embora tenha havido migração. (Apêndice 3) Todavia, não se sabe as razões dessa diminuição, se por resultado das ações do próprio crime organizado que fora eliminando as rivalidades no território ou pela eficiência de alguma intervenção estatal até agora desconhecida.

Figura 14: Mapa temático de registros de CCV em Redenção (Antônio Diogo), triênio 2014 a 2016.



Fonte: O Autor (2018).

Tabela 08: Logradouros com média simples igual ou maior a 1 em nº de registros de CCV em Redenção (Antônio Diogo), triênio 2014 a 2016.

ENDEREÇO	2014			2015			2016		
	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd	Qtdd	Turno	Qtdd
Rua Francisco Silva, Centro	6	MD	-	2	MD	-	2	MD	-
		M	2		M	-		M	2
		T	1		T	1		T	-
		N	3		N	1		N	-
Rua Tereza Cristina, Centro	1	MD	-	4	MD	1	2	MD	-
		M	-		M	1		M	-
		T	-		T	2		T	1
		N	1		N	-		N	1
Rua Padre Antonio Bezerra, Centro	5	MD	-	-	MD	-	-	MD	-
		M	-		M	-		M	-
		T	3		T	-		T	-
		N	2		N	-		N	-

Fonte: O Autor (2018).

Redenção (Antônio Diogo) é um território disputado e controlado por duas facções a GDE e CV, embora este grupo CV seja rival do grupo CV de Redenção (sede) e de Acarape como dito anteriormente. Pelo número de registros de tentativa de homicídio e de homicídio mostrados no mapa temático percebe-se que esse território teve um triênio agitado, mas que essa agitação esteve restrita a poucas ruas a exemplo dos registros de CCP.

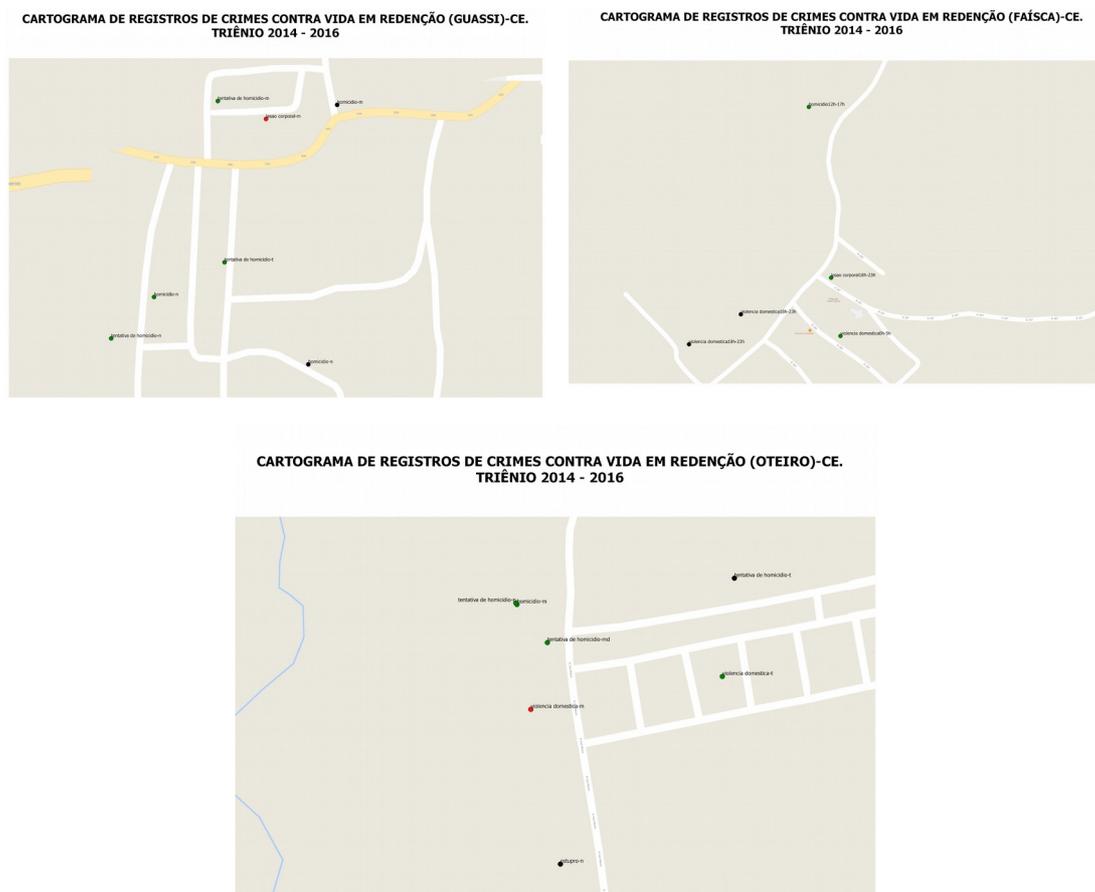
Conforme a densidade do mapa kernel, esse território apresentou registros de CCP e CCV muito pulverizados mas com maior intensidade em poucas ruas. Já é sabido que as ruas Francisco Silva e Tereza Cristina apresentaram intensidade no registro de CCP e, pela tabela acima, vê-se que também se destacam em relação aos registros de CCV somada a Rua Padre Antônio Bezerra. Essas são ruas que merecem do Estado uma atenção especial nas ações preventivas desenvolvidas nesse território.

Quanto ao fenômeno da expansão territorial verifica-se, pela tabela no apêndice 4, que os registros de CCV em Redenção (Antônio Diogo) caracteriza uma variação a menor estabilizada apresentando 5 registros para 2014 e 4 para os anos subsequentes do triênio. O que indica que não houve uma expansão territorial desses registros no território, muito embora tenha havido migração, pois ruas de incidência desse tipo de registros em 2016 não foram cenário dele em 2014.

Encerro essa análise dos territórios com maior densidade de registros de CCV apresentando os três últimos territórios: Redenção (Guassi), Redenção (Faísca) e Redenção (Outeiro I). Eles estão citados, mas não lhes recairá uma análise como nos territórios anteriores devido a inexistência do nome de logradouros nos registros do IBGE. Assim, lanço apenas uma recomendação pragmática.

Os dois primeiro territórios estão bem afastados de Redenção (sede) e oferece dificuldades logísticas para chegar até eles porque são regiões serranas. Essa característica topográfica exige do estado uma estratégia de ocupação territorial permanente de forma a impedir que as facções, que já estão presentes no Território Unilab, os conquistem definitivamente criando verdadeiros fortes do crime organizado.

Figura 15: Cartograma de localidades com registros de CCV em Redenção(CE), triênio 2014 a 2016.



Fonte: O Autor (2018).

Quanto ao Oteiro I, este é um bairro residencial que fica próximo a Redenção (sede), muito embora isolado por causa do morro/alto da Santa Rita. Espera-se que a identificação desses territórios desperte o interesse dos atores políticos para políticas territoriais preventivas.

## 5. Discussão dos resultados

A afirmação de que houve um aumento do registro de CCP e CCV no triênio 2014 a 2016 nas cidades de Acarape e Redenção foi o pressuposto a que se buscou contestar neste capítulo perseguindo o objetivo de demonstrar descritivamente as estatísticas de crimes contra a vida (CCV) e de crimes contra a propriedade (CCP) além de produzindo mapas de calor e mapas temáticos que permitissem a visualização desses registros no território.

Os dados do gráfico de barras (gráfico 01) e da tabela de registros de CCV e CCP (tabela 01) sugerem que o CCP e CCV assume distintos comportamentos dentro do Território Unilab, como convencionou chamar as cidades supracitadas.

Para os registros de CCP, em Acarape houve uma variação a maior plena, isto é, os anos subsequentes a 2014 apresentaram registros maiores que os de 2014. Enquanto em Redenção, houve uma variação a menor estabilizada, ou seja, a partir do segundo ano do triênio houve uma queda do número de registros que se manteve inalterável para o último ano do triênio. Os registros de CCV, por sua vez, sofrem variação a maior plena em Acarape e variação a maior simples em Redenção.

Evidentemente, esse comportamento estatístico possui uma face territorial e para conhecê-la recorri a uma análise espacial exploratória usando mapas de calor e mapas temáticos. Para os registros de CCP, o Território Unilab apresentou maior densidade em áreas de Acarape (sede), Redenção (sede), Redenção (Antônio Diogo). Como esperado, a análise da expansão dos registros criminais para cada caso revelou resultados diversos para o Território Unilab, o quadro abaixo resume a análise produzida.

Quadro 01: Caracterização da expansão de registros de CCP no Território Unilab

Território	Expansão(ano: nº de ruas)	Migração
Acarape (sede)	Varição a Maior Simples (2014: 12; 2015: 9; 2016: 13 )	Sim, parcialmente
Redenção (sede)	Varição a Maior Plena (2014: 9; 2015: 13; 2016: 10)	Sim, parcialmente
Redenção (AD)	Varição a Menor Plena (2014: 6; 2015: 4; 2016: 3)	Sim, parcialmente

Fonte: O Autor (2018).

Aplicando-se o mesmo procedimento metodológico para os registros de CCV, a densidade está concentrada em áreas de Acarape (sede), Redenção (sede), Redenção (Antônio Diogo), Redenção (Boa Fé), Redenção (Guassi), Redenção (Fáisca) e Redenção (Outeiro I). Sendo que destes 3 (três) últimos não foram analisadas a expansão e a migração dos registros criminais por inexistência de dados de seus logradouros em base oficial de dados do IBGE.

Quadro 02: Caracterização da expansão de registros de CCV no Território Unilab

Território	Expansão(ano: nº de ruas)	Migração
------------	---------------------------	----------

Acarape (sede)	Varição a Maior Simples (2014: 11; 2015: 11; 2016: 16)	Sim, parcialmente
Redenção (sede)	Varição a Maior Plena (2014: 7; 2015: 8; 2016: 11)	Sim, parcialmente
Redenção (AD)	Varição a Menor Estabilizada (2014: 5; 2015: 4; 2016: 4)	Não
Redenção (BF)	Varição a Menor Simples (2014: 5; 2015: 7; 2016: 2)	Sim, parcialmente

Fonte: O Autor (2018).

Os resultados obtidos nas análises sugerem que seja justificável o pressuposto de que houve um aumento crescente no registro de CCP e CCV no Território Unilab. E muito embora a cidade de Redenção tenha experimentado uma variação a menor estabilizada nos registros de CCP, esse fenômeno não foi acompanhado nos registros de CCV nesta cidade e nem nos registros de CCP ou CCV para cidade de Acarape.

A visualização territorial desses dados sugere que essa variação acontece de forma diferenciada em áreas dessas cidades o que demanda um tratamento localizado se se quer um maior controle da violência e, conseqüentemente, maiores chances de se promover a sensação de segurança na população.

A verificação de que há concentração da densidade de registros criminais em áreas sem identificação de logradouros reforça a preocupação de que o Estado deve promover processos de crescimento econômico com coordenação estratégica cuidando de produzir espaços urbanos conectados e compactos (WELLE et al, 2015) vis-à-vis a garantia de maior sensação de segurança e diminuição das oportunidades de ocupação do espaço urbano pelo crime organizado.

## 6. Considerações

Este capítulo analisou o crime num território periférico que está passando por processos profundos de transformações sociodemográficas devido a chegada de um grande contingente de pessoas imigrantes nacionais e internacionais atraídas pela Unilab, um investimento público de grande impacto no tecido social local. Hoje, essas pessoas usam, ocupam e vivem no Território Unilab sem terem sido recepcionadas por alguma política intergovernamental de segurança pública.

Essa omissão estatal certamente favoreceu o crescimento do crime organizado

neste território, que ocupado por mais gente e com maior fluxo de moeda, acabou atijando a sanha da disputa territorial dos mandantes do crime organizado de modo que atualmente esse território periférico conta com a presença de três grandes gangues (PCC, CV e GDE) que rivalizam delimitações territoriais.

Essa análise diagnóstica foi produzida enfatizando o lugar em potencial (oportunidade), um dos componentes do crime, e se põe como uma alternativa estratégica que pode ser utilizada pelo aparato de segurança pública no Território Unilab para compreensão do fenômeno criminal e produção de relatórios com informações mais detalhadas e qualificadas do que apenas informações estatísticas fornecidas pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Escolhendo uma estratégia de gestão territorializada da informação criminal se põe mais luzes a problemática da violência em territórios periféricos e evita-se tomada de decisões disfuncionais como a tomada pela SSPDS, em 2017, que transferiu de Redenção (distância de Acarape para Redenção é de 3,1 km) para Aracoiaba (distância de Acarape para Aracoiaba é de 40,9 km) a responsabilidade do registro criminal de Acarape, o que por certo aumentará o sub-registro criminal nessa cidade, além de descobrir a cidade de Redenção e as demais cobertas pelo policiamento do 3º PPM que contam com grave insuficiência de aparato conforme apresentado neste capítulo.

Também é imperioso dizer que a política de gestão territorializada não deve ser mantida nos gabinetes das autoridades (civis e militares) que juntas em reuniões de planejamento decidem o que julgam melhor para o território num hábito de planejamento viciado pelo conhecimento tácito que não se ampara em relatórios qualificados com informações detalhadas ao nível local em que sejam apresentados os tipos de registros criminais por ruas, persistência desses registros no tempo e no território, dentre outras informações importantes para tomada de decisão em formulação de políticas públicas de segurança.

## IV - Capítulo 2

**Resumo:** Essa investigação caracteriza-se como um estudo exploratório da realidade criminal de duas cidades cearenses, Acarape e Redenção, ambas localizadas na região administrativa do Maciço do Baturité. Assumindo o pressuposto do crescente aumento da sensação de insegurança na população dessas cidades, elaboro um instrumento de verificação e mensuração da sensação de insegurança a partir da formulação de um questionário aplicado, durante o segundo semestre do ano de 2017, junto à população dessas cidades. Os resultados apontam para justificação do pressuposto assumido. Os procedimentos de análise que deram origem aos resultados são uma contribuição original que pode servir a diagnósticos futuros de formulação de políticas públicas de segurança.

**Palavras-chave:** Acarape, Redenção, índice de sensação de insegurança, políticas públicas de segurança.

### 1. Sensação de insegurança na construção da realidade urbana: vivemos com medo?

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma proposta de mensuração da percepção de insegurança através de um índice, a que denomino Índice da Sensação de Insegurança (ISI). A motivação empírica para criação do ISI foi a percepção de uma arquitetura do medo (LIRA, 2017) no Território Unilab.

A sensação de insegurança é um fenômeno urbano que quanto maior mais presente são os seus vestígios na sociabilidade das pessoas, o medo permanente do outro, do diferente, é um vestígio da sensação de insegurança (RICARDO *et al*, 2013). Essa sensação quando dirigida às instituições públicas/privadas se manifesta pela baixa representatividade (ou confiança) atribuída a elas pela população (FGV, 2017).

A sensação de insegurança, discutida inicialmente em 1977 na França (PEYREFITT, 1977), já foi alvo de diversas formulações de mensuração no Brasil.

(SENASP, 2013; FBSP, 2017; FGV, 2017; IGARAPE, 2017; IPEA, 2012) Em regra, essas formulações de índices usam indicadores de violência como taxas de vitimização para mensuração da sensação da (in)segurança de uma população.

Entretanto, a abordagem teórico-metodológica do ISI o diferencia dos exemplos dados, pois ampara-se na literatura do Direito à Cidade (IPEA, 2017; FBSP, 2017) para fundamentar o subíndice de uso do espaço público (Iuep); da Economia da Violência (BID, 2017) para o subíndice de medidas protetivas (Imp), além de estudos sobre a efetividade da confiança nas instituições (FGV, 2017) para justificar o subíndice de confiança nas instituições públicas (Iris).

Considerando a realidade de insuficiência e até mesmo de inexistência de ferramentas organizacionais para gestão de políticas públicas de segurança no Território Unilab, espero oferecer um instrumento de gestão que permita a visualização da sensação de insegurança da população e seja usado para fundamentar o desenvolvimento de estratégia de políticas para promoção de um território de paz.

## **2. Procedimentos metodológicos**

### **2.1 Do levantamento de dados**

Essa etapa está subdividida em fases que estão descritas nas seções abaixo.

#### **2.1.1 Elaboração do questionário<sup>9</sup>**

A 1º fase do levantamento de dados consistiu em definir a estrutura do questionário a ser utilizado, para tanto elaborou-se um questionário dividido em três eixos mais a seção de definição do perfil socioeconômico do entrevistado totalizando 20 questões de múltipla escolha.

A primeira parte enfatizou a coleta de dados que revelassem a sensação de insegurança em exercer o direito de ir, vir e permanecer em lugares públicos da cidade. No ISI, o subíndice usado para essa mensuração é “Índice de Uso do Espaço Público” (Iuep) e as perguntas que o constituem são: 1) “Você acha as praças da cidade são um ambiente de lazer seguro?”, 2) “Você avita sair para bares e festas na cidade por causa da

---

<sup>9</sup>O questionário está disponível em link no Apêndice.

violência?”, 3) “Você se sente seguro na vizinhança do seu bairro?”, 4) “Você deixa de visitar parentes e amigos em lugares da cidade que são conhecidos como violentos?” podendo ser respondidas com não, em parte, sim e n.s.r. (não sei responder).

As perguntas do Iuep, na respectiva ordem de apresentação, buscam mensurar a percepção do cidadão em relação à (1) segurança de ocupar passeio público, (2) segurança de sair para lugares festivos, (3) segurança na vizinhança, (4) segurança de mobilidade no território.

A segunda parte está voltada à mensuração de medidas protetivas de segurança adotadas pela população. No ISI, este é o “Índice de Medidas Protetivas” (Imp) constituído com as perguntas: 1) “Você obedece às ordens que as gangues da cidade colocam nas paredes?”, 2) “Você evita usar celular no meio da rua por medo dos furtos e roubos?”, 3) “Você usa grades nas portas e/ou janelas de sua casa?”, 4) “Você acha que todo cidadão de bem devia ter uma arma de fogo em casa?”, tendo por opções de resposta não, indiferente e sim.

Na respectiva ordem de apresentação, as perguntas do Imp buscam mensurar a percepção do cidadão em relação à (1) medidas de prevenção assumida diante de ordem de gangues, (2) medidas de prevenção adotadas ao usar pertences em espaço público, (3) medidas de prevenção construídas para residência, (4) medidas de prevenção por arma de fogo.

Na terceira e última parte, coletei dados relacionados a sensação de confiança que se tem nas instituições (como polícia, gestão municipal, sistema de justiça) usando as perguntas: 1) “Você se sente seguro com um policial por perto?”, 2) “Você acha que o prefeito e os vereadores devem fazer algo pela segurança pública?”, 3) “Imagine uma situação que uma pessoa é roubada e diz: ‘Eu fui assaltado, mas entrego tudo nas mãos de Deus porque denunciar não resolve mesmo!’ *É isso que acontece?*”, 4) “Imagine que uma pessoa foi morta e alguém diz: ‘Olha, é mais uma vida assassinada e um criminoso que fica solto.’ *É isso que acontece?*” apresentando como opções de respostas não, em parte, sim e n.s.r. (não sei responder). No ISI, esse é o terceiro subíndice denominado “Índice de Confiança nas Instituições Públicas” (Iris).

As perguntas elaboradas para o Iris, na respectiva ordem de apresentação, buscam mensurar a percepção do cidadão em relação à (1) confiança nos agentes de segurança pública, (2) confiança na autoridade da gestão municipal para enfrentar problemas em segurança pública, (3) confiança no sistema de justiça para investigar e penalizar em casos de CCP, (4) confiança no sistema de justiça para investigar e penalizar em casos de CCV.

Quanto à seção de definição do perfil socioeconômico da amostra, amparando-me na pesquisa do censo do IBGE e outras, usei perguntas para sexo (Masculino, Feminino), Idade (16 anos acima), Escolaridade (Analfabeto, Fundamental Incompleto ou Completo, Médio Incompleto ou Completo, Superior Incompleto, Completo, com Especialização, com Mestrado ou com Doutorado), Religião (Católica, Afro-brasileira, Testemunha de Jeová, Mulçumano, Evangélica ou outro), Cor (pardo, preto, branco, amarelo, indígena ou n.s.r.) e Renda (Sem renda-Desempregado, Menor que R\$ 350,00; de R\$ 350,01 a R\$ 680,00; de R\$ 680,01 a R\$ R\$ 1200,00; de R\$ 1200,01 a R\$ 1500,00; de R\$ 1500,01 a R\$ 2300,00; de R\$ 2300,01 a R\$ 4000,00; Mais de R\$ 4000,00).

### 2.1.2 Definição do tamanho da amostra

Definido o questionário, seguí ao passo adiante que foi calcular quantas aplicações seriam necessárias para se ter um estatística significativa da realidade do território da unilab. Assim, para definição do tamanho da amostra considerei uma população desconhecida maior que 30 ( $n > 30$ ) para cada cidade, o que justifica o uso da fórmula expressa abaixo (CERVI, 2012).

$$n = (z.p.q)/E^2$$

*Sendo que:*  $z = 95\%$  (1,96) |  $p = 50\%$  (0,5) |  $q = 50\%$  (0,5) |  $E = 5,0\%$  (0,05)

Resultando em  **$n = 385$**

*Em que:*  $n$  = tamanho da amostra;  $E$  = margem de erro;  $z$  = intervalo de confiança;  $p$  = proporção amostral;  $q$  = complemento da proporção amostral

Os valores atribuídos para margem de erro ( $E$ ), intervalo de confiança ( $z$ ), proporção ( $p$ ) e complemento da proporção amostral ( $q$ ) nesta fórmula seguem a tradição de outras pesquisas domiciliares semelhantes como a desenvolvida para elaboração do Sistema de Indicadores de Percepção Social. (IPEA, 2012)

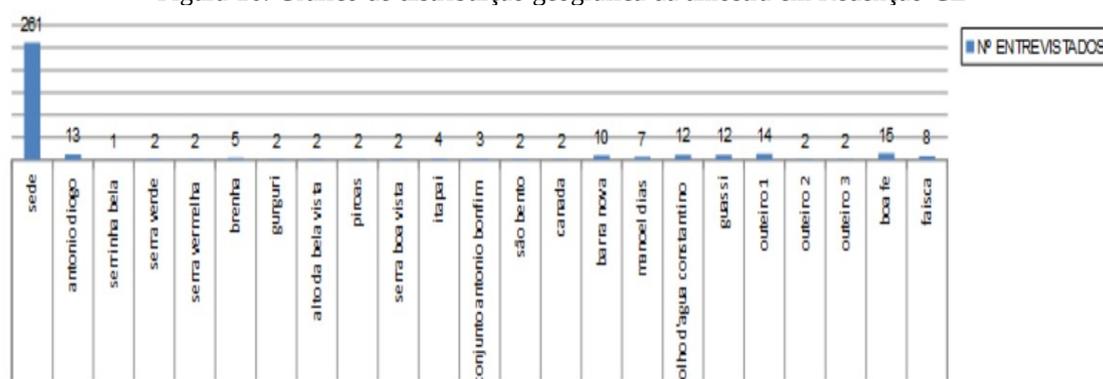
### 2.1.3 Aplicação do questionário

O período de coleta, em Redenção, foi entre 14 a 26 de Agosto; em Acarape, entre 25 de novembro a 25 de dezembro, ambas coletas realizadas no ano de 2017. O critério adotado para definição do perfil da amostra foi idade igual ou superior a 16 anos (idade  $\geq$  16 anos) (SENASP, 2013).

Do total de questionários, metade foi aplicada durante o dia e a outra durante a noite como estratégia de diminuir efeitos psicológicos de enviesamento nas respostas, uma vez que os participantes poderiam ser influenciados por perceber no ambiente um conjunto de elementos (horário, falta de iluminação pública, pouca ocupação do espaço público, dentre outros) que a literatura afirma contribuir para uma maior sensação de insegurança por serem elementos que colaboram para um padrão do crime no espaço urbano.

Sob outras justificativas, a estratégia de divisão da coleta em momentos distintos é algo já praticado por pesquisa similares como a Pesquisa Nacional de Vitimização. (SENASP, 2013). Uma vantagem nesse tipo de estratégia é que permite ao pesquisador um contato ampliado com o público alvo da pesquisa o que pode contribuir para interpretações mais qualificadas dos dados.

Figura 16: Gráfico de distribuição geográfica da amostra em Redenção-CE



Fonte: O Autor (2018).

O gráfico acima mostra o resultado dessa estratégia em Redenção onde os questionários foram aplicados na praça da igreja matriz da cidade, um lugar onde há grande concentração de transeuntes que buscam serviços bancários, religiosos, comerciais e de lazer nas proximidades.

Em Acarape, essa estratégia de turnos diferentes se manteve. Entretanto, a aplicação do questionário foi feita porta-a-porta porque nela não há uma praça ou similar com as mesmas atribuições descritas para a praça da Matriz de Redenção. Essa adaptação metodológica implicou em uma amostra distribuída igualmente para dois bairros: o São Benedito, com coletas diurnas entre os horários de 09h00 às 11h00; e o Centro, com coletas noturnas de 17h30 às 20h00. O critério que me levou a escolher

esses bairros e horários foi pragmático, isto é, a adequação aos recursos da pesquisa e disponibilidade do pesquisador.

## **2.2 Do armazenamento e organização dos dados**

Para o armazenamento e organização dos dados coletados, primeiramente adotei a seguinte sequência de procedimentos de instalação de softwares de análise estatística: R versão 3.4.2 e RStudio. Em seguida, instalei o pacote DataEntry no programa RStudio para criação de um banco de dados.

Instalado o pacote, iniciei o cadastro das variáveis classificadas como fatoriais; inicialmente, daquelas que integram o Iuep identificadas com os rótulos uso1, uso3, uso4 e uso5 todas variáveis usadas para verificar sensação de segurança em ir, vir e permanecer em espaços públicos. Em seguida, repeti o procedimento com as variáveis med3, med4, medidom6 e medidom10 correspondentes ao Imp. Por fim, encerro o cadastramento incluindo as variáveis conf1, conf2, conf4 e conf5 todas referentes ao Iris.

## **2.3 Da elaboração do ISI**

A construção do ISI passa pela fixação de três subíndices, o Índice de Uso do espaço Público (Iuep), Índice de Medidas Protetivas (Imp) e o Índice de Representatividade das Instituições (Iris) cada um reunindo um conjunto de variáveis. A elaboração do ISI obedece ao seguinte raciocínio argumentativo.

Se consideramos que o espaço público é seguro, *logo* as pessoas o ocuparão; se não é seguro, as pessoas demonstrarão comportamentos que indicarão restrição de suas liberdades adotando medidas protetivas, como por exemplo, evitar ocupar o espaço público (como as praças), evitar usar celular em via pública, colocar grades em seus domicílios, dentre outros. E se mesmo diante das medidas protetivas adotadas, ocorra o infortúnio de serem vítimas de algum crime, as pessoas sentirão segurança para acionar à autoridade pública? Se sim, há confiança nas instituições públicas. Se não, não há confiança nas instituições.

A motivação teórica do raciocínio argumentativo apresentado acima está fundamentalmente apresentada abaixo.

Para o Iuep<sup>10</sup>, trabalho com o conceito “Espaços seguros” definido pelo Ministério da Justiça como “ambientes públicos, planejados, projetados e administrados de forma participativa com vistas a reduzir a incidência de delitos e da violência, aumentar a sensação de segurança das pessoas que o utilizam, bem como a sua permanência no local e a apropriação da comunidade para atividades de convivência, melhorando, assim, a qualidade de vida da população” (FBSP, 2017, p. 05).

No Imp<sup>11</sup>, é central o conceito de “Custos da violência”, uma vez que, uma percepção de insegurança aumenta os gastos privados para garantia de segurança e bem-estar segundo apontam inúmeras pesquisas. Essas pesquisas também apontam que os custos da violência recaem especialmente sobre a população localizada em menores faixas de renda provocando uma “exacerbação das condições de pobreza e de sua marginalização social” (BID, 2017, p. 18).

Por fim, no Iris, o conceito central é “Confiança nas instituições públicas” e a fundamentação deste subíndice está no relatório do Índice de Confiança na Justiça do Brasil<sup>12</sup> 2017 (ICJBrasil 2017) que mostra uma queda generalizada da confiança da população nas instituições públicas. Também recorro ao estudo produzido pelo Latinobarômetro que aponta uma desconfiança generalizada da população brasileira em suas instituições e conseqüente enfraquecimento da Democracia no Brasil<sup>13</sup>.

O aporte teórico-metodológico para elaboração da fórmula do ISI é Scandar Neto et al (2008), Jorge e Meneses (2011) e Brasil (2012). Também consultei os procedimentos de pesquisas similares como a do FBSP (2017) e FGV (2017). Além do próprio IDH para fundamentar o emprego de pesos idênticos para cada subíndice. O resultado do ISI é interpretado da seguinte maneira, quanto mais próximo de 1, mais insegura é a população da cidade; e quanto mais próxima de 0, mais segura.

#### Tabela 09: Procedimentos de formulação do ISI

---

<sup>10</sup>Estudo conceitual sobre os espaços seguros. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/fbsp\\_termoparceria\\_2/4-2-estudo-espacos-urbanos-seguros.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/fbsp_termoparceria_2/4-2-estudo-espacos-urbanos-seguros.pdf)>

<sup>11</sup> Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações em América Latina e Caribe. Disponível em: <[https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8133/Os-custos-do-crime-e-da-violencia\\_novas-evidencias-e-constatacoes-na-America-Latina-e-Caribe.pdf?sequence=9](https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8133/Os-custos-do-crime-e-da-violencia_novas-evidencias-e-constatacoes-na-America-Latina-e-Caribe.pdf?sequence=9)>

<sup>12</sup> Índice de Confiança na Justiça Brasileira. Disponível em: <<https://portal.fgv.br/noticias/icjbrasil-2017-confianca-populacao-instituicoes-cai>>

<sup>13</sup> Materia sobre o estudo produzido pelo Latinobarômetro <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,apoio-a-democracia-no-brasil-cai-22-pontos-diz-pesquisa,10000073814>>

PROCEDIMENTOS DE FORMULAÇÃO DO ÍNDICE DE SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA - ISI		
1 - Transformação da variável	$X_{ip}$	$x_i / n$
2 - Subíndices	Iuep	$\sum X_{ip} / 4$
	Imp	$\sum X_{ip} / 4$
	Iris	$\sum X_{ip} / 4$
3 - Índice	ISI	$[Iuep + Imp + Iris] / 3$

Fonte: O Autor (2018).

Em que:

$X_{ip}$  = média referente a resposta que indica sensação de insegurança (SI) em cada variável estudada

$x_i$  = nº absoluto de respostas indicando SI dadas a cada variável estudada

$n$  = tamanho da amostra

Iuep = Índice de uso do espaço público

Imp = Índice de medidas protetivas

Iris = Índice de representatividade das instituições sociais

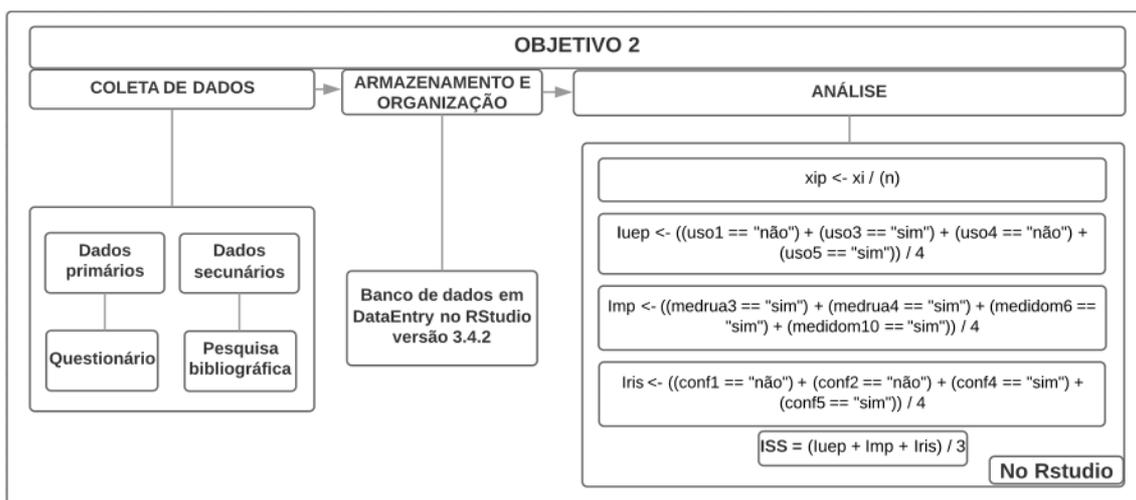
$\Sigma$  = Letra grega usada para indicar Somatório

4 = auferição de média aritmética simples para que o resultado esteja entre 0 e 1

ISI = Índice de Sensação de Insegurança

3 = atribuição de mesmo peso a cada subíndice

Figura 17: Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados no capítulo 2.



Fonte: O Autor (2018).

### 3. A instrumentalização da gestão municipal para mensuração da sensação de (in)segurança pública

A segurança pública tem sido debatida por pesquisadores no Território Unilab. A experiência mais duradoura de esforços em pesquisa no campo da segurança pública pertence ao grupo de pesquisa “Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos” (SEJUDH-UNILAB), criado em 2016, e liderado pelo professor Thiago Vasconcelos (VASCONCELOS, 2017). Entretanto, registro de ações pontuais de outros pesquisadores também existem (ABRANTES *et al.*, 2017; LOPES, 2017). A menção a essas referências se faz importante para revelar que a sensação de insegurança vem incomodando a inteligência acadêmica do Território Unilab à discussão da segurança pública.

O conceito de sensação de (in)segurança e o de segurança pública estão intimamente ligados, pois ambos referem-se a uma noção intrínseca de expectativa. Luiz Eduardo Soares (2005) definindo segurança pública afirma que ela “é a estabilização de expectativas positivas quanto à ordem pública e à vigência da sociabilidade cooperativa.” (ibidem, 2005, p. 17) Ele ainda diz que essa estabilização se dá pela consecução de objetivos em duas esferas: a fática e a intersubjetiva. Explicando essas esferas ele diz que a fática corresponde ao ambiente onde os fenômenos violentos são vividos e passíveis de mensuração através de taxas, por exemplo; enquanto a esfera intersubjetiva, refere-se ao domínio das percepções coletivas e que nessa esfera impõe-se reduzir a sensação de insegurança (ibidem, 2005, p. 17).

Essa estabilização de expectativas positivas quanto à ordem pública e à vigência de uma sociabilidade cooperativa está contemplada na noção de Direito à cidade anunciada por Lefebvre (2001) e ratificada por Hurvey (2008) que define o Direito à cidade como “o direito de *mudar a nós mesmos* [expectativa] pela mudança da cidade” sendo “um direito comum antes de individual já que esta transformação *depende [expectativa]* inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.” (idem, 2008, p. 74, *grifo nosso*)

Ainda corroborando o direito à segurança como integrante do Direito à cidade posso citar que aquele está contemplado pelo novo 11º objetivo de desenvolvimento do milênio em que se anuncia o objetivo de perseguir o direito à cidade tornando as “cidades e os assentamentos humanos inclusivos, *seguros*, resilientes e sustentáveis”, (PNUD, 2017, *grifo nosso*). Logo fica evidente que a segurança pública integra o

conjunto de direitos reivindicados no Direito à Cidade. A explicitação dessa relação entre direitos se faz necessária para mostrar que a gestão municipal deve responsabilizar-se por políticas em segurança pública à medida que garante o direito à cidade.

Explicitado o direito à segurança pública como integrante do direito à cidade, é importante dizer que a aferição desse direito deve ser realizada tendo-se em mente qual das esferas (fática e/ou intersubjetiva) mensurar. Como já é sabido que este estudo busca mensurar a percepção de insegurança da população do Território Unilab fica evidente de que o foco dele está na esfera intersubjetiva. Essa necessidade da gestão pública de mensurar fenômenos sociais remonta a década de 60 e 70 com a implantação de um modelo de gestão denominado Nova Gestão Pública (NGP) (GOMES, 2013).

Esse modelo é desenvolvido na década de 60 para socorrer o Estado keynesiano intervencionista da crise do modelo de produção capitalista que o afetava através de grave crise fiscal, tornando urgente a remodelagem de sua administração pública em vista a prepará-lo para a nova realidade que exigia maior parcimônia, eficiência, eficácia e efetividade no uso dos recursos públicos, como defendido pelos neoliberais (SANTAGADA, 2007).

A orientação técnico-política da NGP apresentada por Hood (1991, in SILVESTRE, 2010, p. 78-9, *grifo nosso*) constitui-se dos seguintes componentes doutrinários:

- 1) poder na gestão profissional do setor público;
- 2) *utilização de medidas explícitas de desempenho*;
- 3) maior ênfase no controle dos outputs;
- 4) mudança para desagregação das unidades do setor público;
- 5) mudança para uma maior competição no setor público;
- 6) ênfase nos estilos de gestão praticados no setor privado;
- 7) ênfase numa maior disciplina e parcimônia na utilização dos recursos públicos.

Os índices estão contemplados pela NGP em seu segundo componente doutrinário. Desenvolvidos ou não pela gestão pública (SANTAGADA, 2007), os índices passaram a ocupar centralidade no planejamento das ações da gestão pública que objetivam o desenvolvimento social e econômico. Entretanto, não é comum ver a gestão municipal aplicando ou formulando esses instrumentos de mensuração ao seu planejamento. O que em parte pode ser hipoteticamente explicado pela escassez de recursos própria de microníveis de governo (governo local), mas também pela não implantação de um modelo doutrinário de gestão que oriente o uso dessas métricas.

Todavia, essa realidade local brasileira tem contado com inúmeros casos recentes de uso de sistemas de indicadores advindos da motivação institucional de persecução dos

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, lançados em setembro de 2000 (PNUD, 2017), e por uma nova percepção teórica de uso da cidade amparada no Direito à Cidade reivindicada pelo ativismo social e institucionalizada no ordenamento jurídico brasileiro através do Estatuto da Cidade, criado em 2001, como consagração de uma luta histórica do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (CAFRUNE, 2016).

Esses casos (índices) estão resumidamente apresentados por Jorge e Menezes (2011, p. 47-51) que apresenta a metodologia de construção de alguns índices municipais brasileiros dentre eles o: Índice de Desenvolvimento Socioeconômico - IDESE - (RS), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM- (RJ), Índice de Desenvolvimento Municipal - IDM - (CE), Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS - (SP), Índice de Responsabilidade Social do Mato Grosso do Sul- IRS - (MS), Índice de Desenvolvimento Econômico e Social - IDE/IDS - (BA), Índice de Desenvolvimento Econômico - IDE - (GO), Índice de Desenvolvimento Social - IDS - (GO), Índice Iparde de Desempenho Municipal- IPDM - (PR). Como se pode verificar, a região Nordeste está representada pela Bahia e Ceará.

Destacando o Ceará, o IDM desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), e aplicado desde 1999, é um exemplo de índice sintético que aglutina em dimensões um conjunto de indicadores para mensuração do desenvolvimento social dos municípios cearenses. As dimensões foram denominadas de grupos e estão assim identificadas: Grupo 1 - Indicadores Fisiográficos, Fundiários e Agrícolas; Grupo 2 - Indicadores Demográficos e Econômicos; Grupo 3 - Indicadores de Infraestrutura de Apoio; Grupo 4 - Indicadores Sociais (IPECE, 2016).

Neste índice, o único grupo que poderia apresentar indicadores em segurança pública seria o Grupo 4, entretanto nenhum indicador objetivamente aplicável à segurança pública é encontrado na relação de indicadores que o compõe (IPECE, 2016, p. 51). A razão não está explicitamente justificada na metodologia, embora seja sabido que as despesas em segurança integram os bens e serviços *regrettable*, isto é, aqueles que contribuem indiretamente para o bem-estar social (JORGE; MENESES, 2011, p. 13).

Logo, percebe-se que nenhum indicador da percepção de segurança pública foi incluído na concepção de desenvolvimento implícita no IDM. Evidente que isso pode ser explicado hipoteticamente pelo que já foi apresentado na seção em que tratei do modelo institucional de segurança pública desenhado pela constituinte de 88, em que o município não foi visto como responsável por esse tipo de prestação de serviço. O que todavia se mostra facilmente questionável se entendemos a segurança como um elemento

constituinte do direito à cidade e sabendo-se que é a gestão municipal a responsável imediata pela garantia deste direito.

Apresentado o IDM e feito as devidas considerações, ficou compreendido que ele é resultado da combinação de vários indicadores reunidos em grupos/dimensões o que caracteriza um índice sintético. (BRASIL, 2012) Mas quais os procedimentos para a formulação de um índice? Scandar Neto et al (2008) elaborou um fluxograma para demonstrar as etapas de formulação as quais apresento resumidamente.

Figura 18: Etapas para Construção de um Índice.



Fonte: Scandar Neto et al. (2008, p. 8)

Segundo Scandar Neto et al (2008), o marco ordenador pode ser uma simples disposição lógica dos indicadores em temas e subtemas e se essa disposição estiver fundamentada conceitualmente pode-se chamar de marco conceitual. De acordo com Gallopin (in SCANDAR NETO et al, 2008, p. 8), as vantagens de um bom marco ordenador/conceitual são:

- Organizar os indicadores de forma coerente;
- Compatibilizar os indicadores;
- Guiar a compilação dos dados;
- Comunicar uma síntese aos tomadores de decisão;
- Sugerir agrupamentos lógicos para integrar informações relacionadas;
- Identificar lacunas de informações;
- Distribuir a carga de geração dos dados e relatórios.

Entendido o que seja um marco ordenador/conceitual, a etapa seguinte trata da escolha e seleção de indicadores. Segundo Jannuzzi (2001), alguns critérios devem ser observados como: “• Validade em representar o conceito indicado; • Confiabilidade dos dados usados na sua construção; • Disponibilidade e relevância da informação na escala de representação territorial; • Atualidade das informações.” Contudo, Scandar Neto et al (2008, p. 9) afirma que a experiência em diversas situações têm revelado que a disponibilidade da informação na escala de representação territorial e a atualidade das mesmas são critérios ainda mais relevantes que validade e confiabilidade.

Na etapa seguinte, faz-se a transformação das variáveis que pode ser operacionalizada usando-se a padronização pelo score z, a escala de intervalo linear (Transformação 0-1), truncamento, transformação logarítmica e escala de razão. (SCANDAR NETO et al, 2008; JORGE; MENESES, 2011).

Em seguida, tem-se o método de aglutinação onde se define o peso das dimensões do índice segundo a importância deles para população e/ou gestores públicos.

Esse peso pode ser atribuído de duas maneiras, de forma arbitrária ou pelo uso de alguma técnica de análise multivariada.

Arbitrariamente, pode-se usar a média aritmética simples quando se quer atribuir mesmo peso a cada dimensão ou média aritmética ponderada se se quer atribuir diferentes pesos. Por técnica multivariada, pode-se usar a análise fatorial e a análise de componentes principais e a análise multicritério. Cada uma dessas implicam num conjunto de vantagens e de limitações que excedem o escopo deste estudo mas que podem ser conhecidas lendo as referências citadas (SCANDAR NETO, 2006; JORGE; MENESES, 2011).

A sofisticação do método utilizado para aglutinação dos indicadores não significa um resultado mais consistente. Segundo Scandar Neto et al. (2008) a média aritmética tem sido usada em vários índices nacionais e internacionais, apesar de ser uma das formas mais simples de aglutinação. A justificativa para o seu uso entre os especialistas é a simplicidade de operacionalização e a facilidade de apresentação dos resultados para leigos.

Computado o indicador sintético, o passo seguinte é interpretar e apresentar os resultados. A interpretação varia de acordo com o modo de apresentação dos resultados, e para evitar perda de credibilidade deve-se preferir por gráficos inteligíveis ao público geral. Dentre as opções de gráficos para demonstração dos resultados, tem-se o gráfico radar (também conhecido como spider ou web), o gráfico de colunas e o gráfico boxplot (JORGE; MENESES, 2011).

Exemplificando a aplicação desses gráficos para demonstração de resultados de índices, posso citar o Índice DNA Brasil em que se usou o gráfico radar. (SILVA et al., 2006). Enquanto, para o gráfico de colunas, tem-se o Índice de Segurança Pública (FBSP, 2017) e o Índice de Confiança na Justiça no Brasil (FGV, 2017). Por fim, tem-se também o Índice de Desenvolvimento Sustentável para o município de Angra dos Reis em que foi usado boxplot para sua visualização (SCANDAR NETO et al., 2008).

Apesar de toda a utilidade dos índices, deve-se atentar para suas limitações. Em Brasil (2012) e Jorge e Meneses (2011) são apresentadas um conjunto de limitações dentre elas:

- os índices não são plenos de isenção, uma vez que refletem escolhas de quem os elabora;
- medições efetivas implicam uso considerável de recursos, principalmente, de tempo o que pode dificultar a formulação deles;
- o índice é importante, mas não é um fim em si mesmo e deve ser posto sob

avaliação crítica continuamente, além de se dever considerar outras experiências de avaliação do fenômeno estudado;

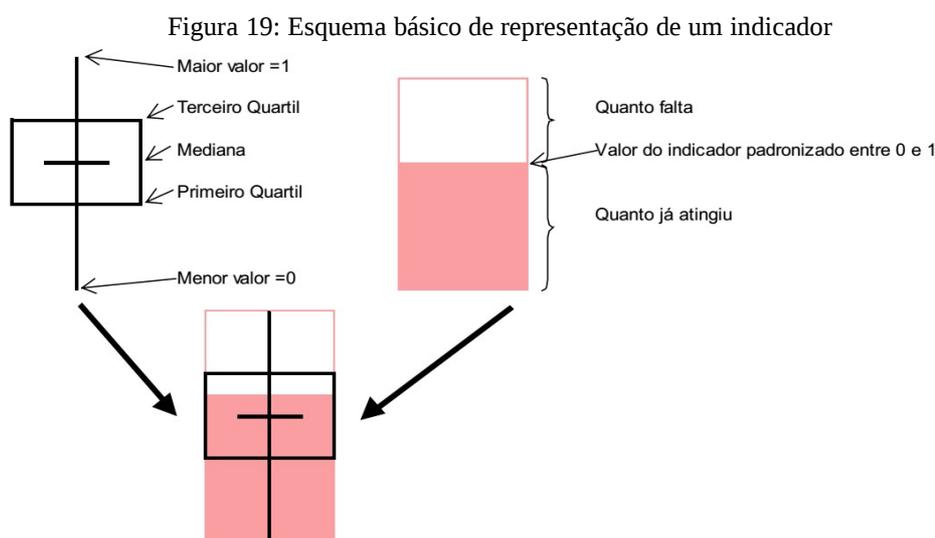
- a combinação de variáveis de diferente flexibilidade no tempo pode refletir, em curto prazo, alterações significativas no índice (exemplo, indicadores estruturais como os de saneamento ambiental são menos sensíveis a variação no curto prazo que indicadores conjunturais como os de criminalidade - taxa de homicídio)

## 4. A proposta de representação do Índice de Sensação de Insegurança - ISI

Com ciência dos critérios a serem observados na elaboração de um índice e de suas principais limitações, esta seção serve ao propósito de apresentar o Índice de Sensação de Insegurança (ISI) de duas maneiras.

A primeira delas é a demonstração do perfil numérico do ISI; e a segunda, o seu perfil gráfico através de boxplot. O resultado do ISI deve ser interpretado da seguinte maneira: quanto mais próximo de 1, mais insegura a população se sente; e mais segura, se mais próximo de 0 for o resultado.

A interpretação do boxplot deve ser orientada pela figura abaixo em que indica o significado das medidas estatísticas (primeiro quartil, mediana, terceiro quartil e limites maior e menor) usadas nesse tipo de gráfico.



Fonte: Scandar Neto (2006, p. 95)

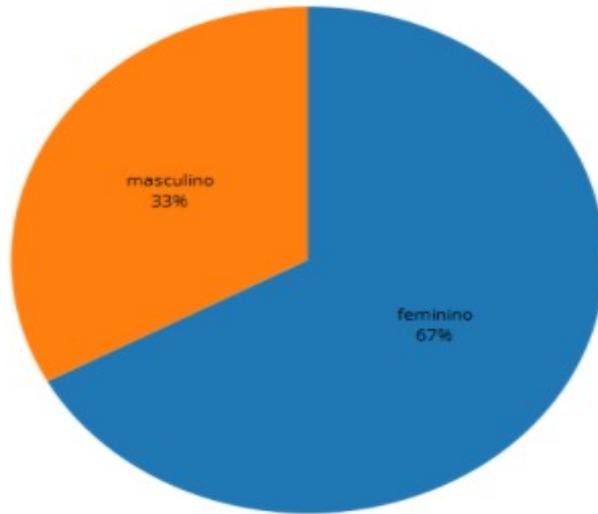
## **4.1 Conhecendo o perfil socioeconômico da amostra**

Antes de começarmos a análise dos resultados do ISI, faz-se necessária a apresentação do perfil socioeconômico da amostra. E o faço através de uma rápida demonstração gráfica, tendo em vista que no capítulo anterior já tratei das características do Território Unilab induzindo o leitor a uma visão prévia do tipo de perfil populacional esperado para a área de estudo.

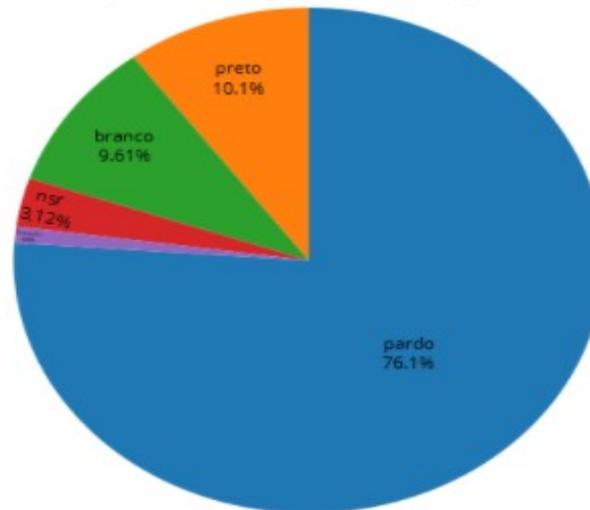
A distribuição do n amostral (n = 385) por ordem de sexo, cor, religião está representada nos gráficos de setores a seguir. É facilmente perceptível que a aplicação domiciliar dos questionários trouxe implicações para a distribuição por ordem de sexo conforme se vê no gráfico de setores correspondente a Acarape (CE), pois enquanto o percentual feminino para esta cidade é de 67,% o da cidade de Redenção é de 52,6%.

Figura 20: Representação gráfica da distribuição amostral por sexo, cor e religião das amostras de Acarape e Redenção (CE). Ano 2017.

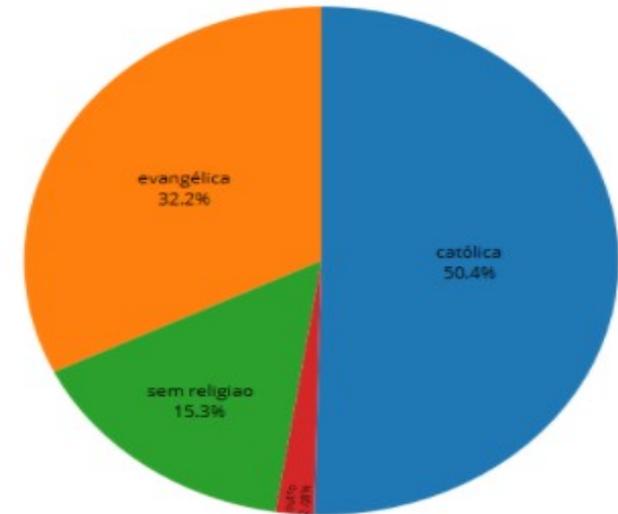
Distribuição da amostra por sexo, Acarape(CE)



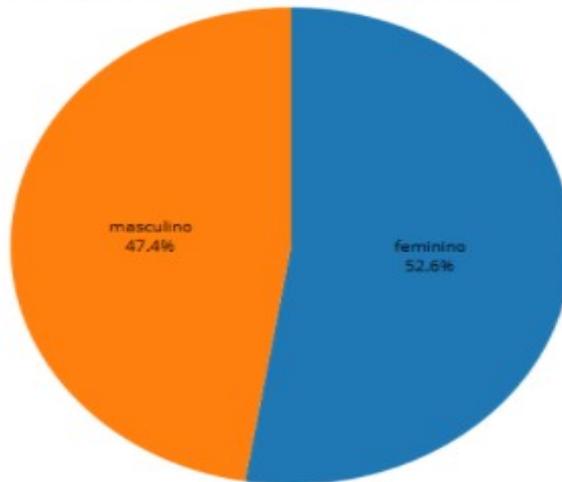
Distribuição da amostra por cor, Acarape(CE)



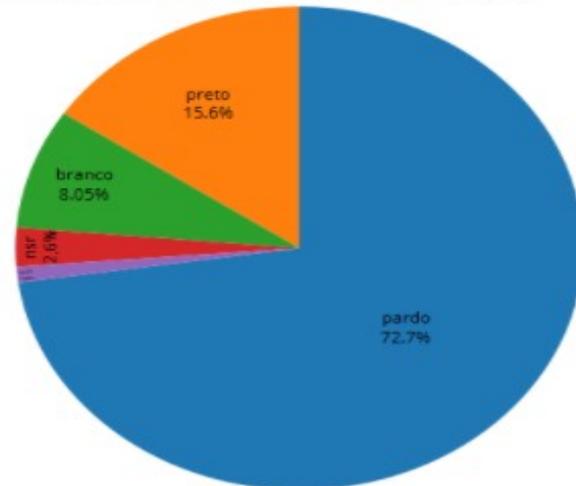
Distribuição da amostra por religião, Acarape(CE)



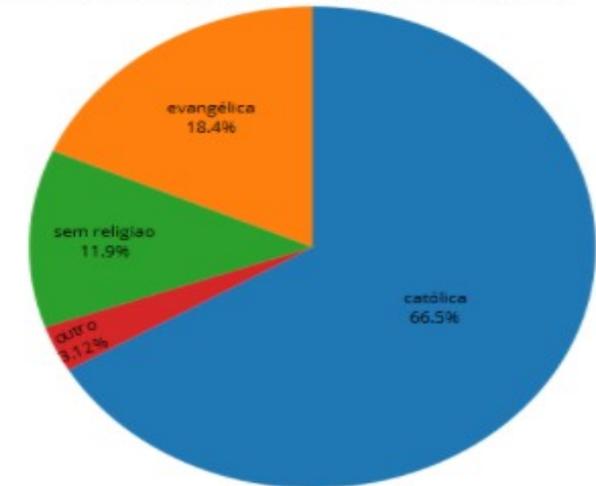
Distribuição da amostra por sexo, Redencao(CE)



Distribuição da amostra por cor, Redencao(CE)



Distribuição da amostra por religião, Redencao(CE)



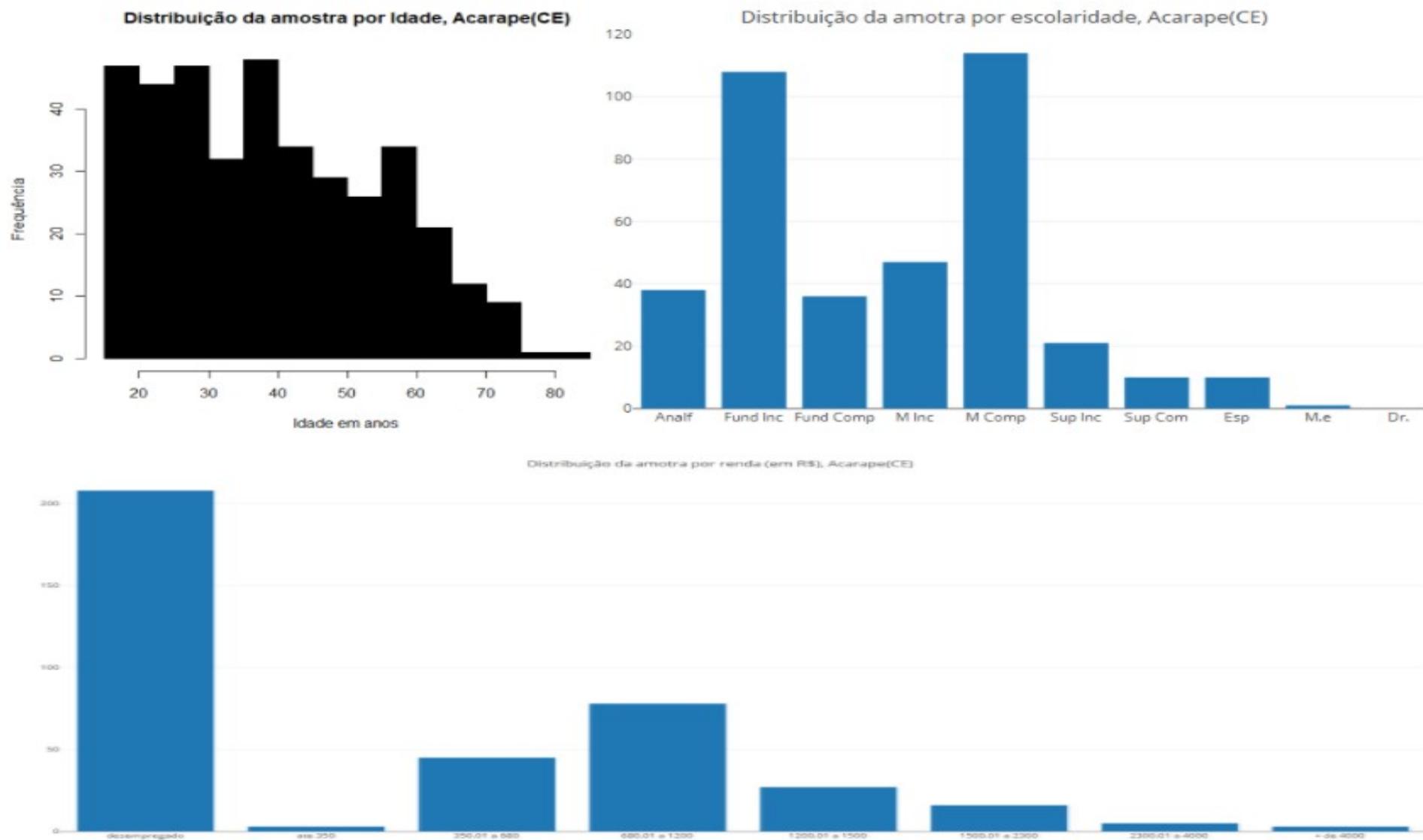
Fonte: O Autor (2017).

Outra observação a ser feita sobre possíveis implicações de escolhas metodológicas se trata do percentual bastante superior de católicos na amostra de Redenção. Acredito que esta superioridade percentual reflita o lugar de coleta que foi a Praça da Igreja Católica Matriz. Enquanto Redenção apresenta um percentual de 66,5% de católicos, Acarape apresenta 50,4%.

Também devo observar um percentual da amostra verificado em ambas as cidades que me despertou curiosidade, trata-se do percentual maior de 10% para aqueles auto-declarados não praticantes de credo religioso, isso surpreende porque não era esperado que numa amostra populacional majoritariamente parda, com baixa escolarização e de baixa renda houvesse um percentual que considero expressivo. Continuando a leitura da distribuição da amostra, apresento a representação gráfica por ordem de idade, escolaridade e renda.

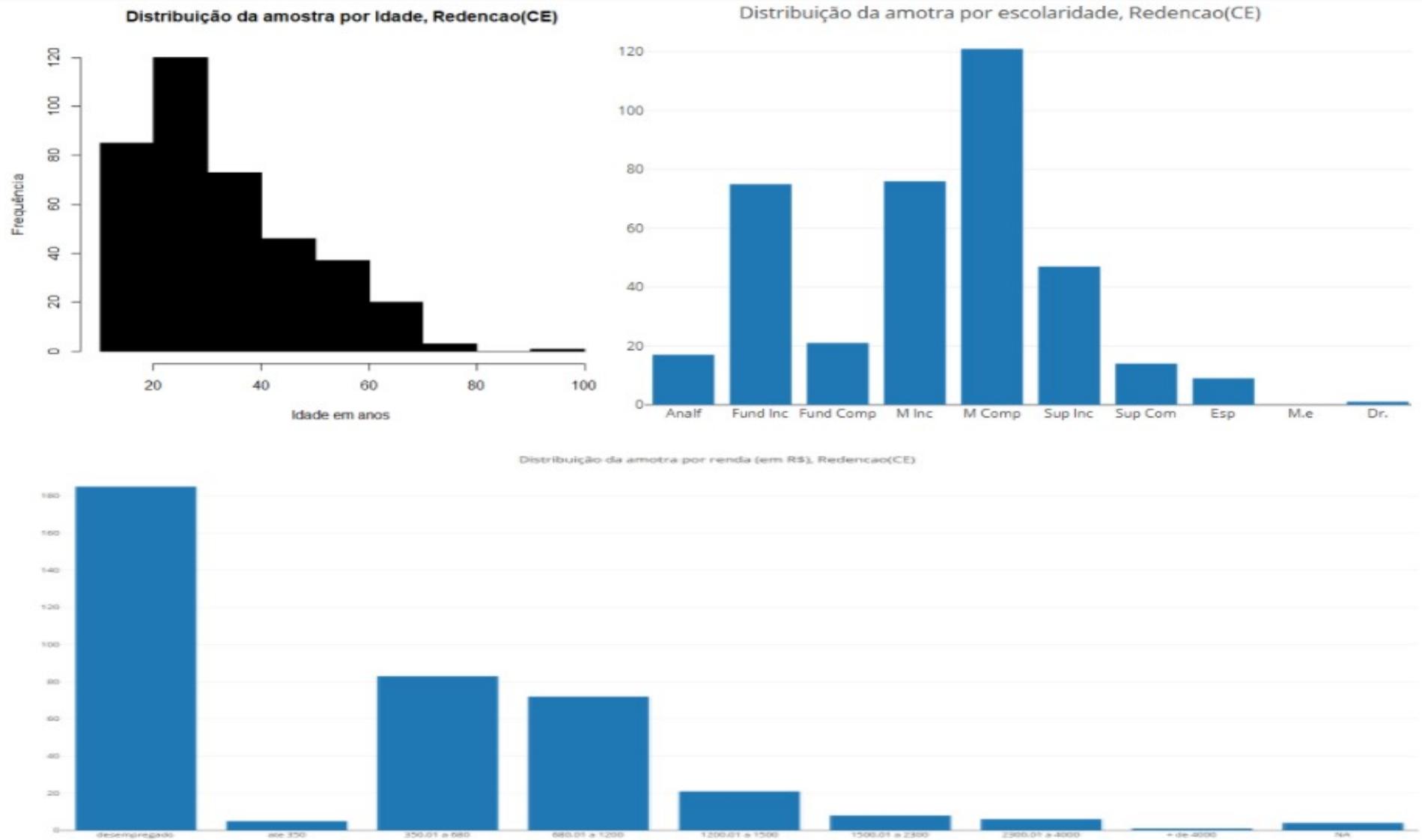
Com a leitura dessas representações gráficas salta aos olhos a distribuição da amostra por idade, em que a amostra da cidade de Acarape apresenta um número maior de entrevistados acima da faixa etária de 40 anos o que pode justificar a distribuição de escolaridade ser menor que a de Redenção na faixa do ensino superior, uma vez que em Redenção foi mais acentuado o número de entrevistados na faixa dos 16 aos 40 anos como se pode verificar na representação gráfica abaixo. Quanto à renda, ambas as amostras se revelam bem semelhantes indicando elevado número de desempregados e concentração de remuneração entre R\$ 350,01 a R\$ 680,00 e R\$ 680,01 a R\$ 1.200,00.

Figura 21: Representação gráfica da distribuição amostral por idade, escolaridade e renda da amostra de Acarape (CE). Ano 2017.



Fonte: O Autor (2017).

Figura 22: Representação gráfica da distribuição amostral por idade, escolaridade e renda da amostra de Redenção (CE). Ano 2017.



Fonte: O Autor (2017).

Conhecido o perfil da amostra do Território Unilab, a seção seguinte trata de apresentar o Índice de Sensação de Insegurança. Inicialmente na cidade de Acarape para posteriormente nos ocuparmos de Redenção.

## 4.2 O que dizem os resultados do ISI para Acarape?

A análise dos dados coletados na cidade de Acarape resultaram no quadro abaixo que indica uma média simples de 0.54 no intervalo entre 0 a 1 para a sensação de insegurança nesta cidade.

Quadro 03: Perfil numérico do Índice de Sensação de Insegurança - ISI para Acarape(CE)

ÍNDICE DE SENSÇÃO DE INSEGURANÇA (ISI) - ACARAPE						
Variáveis por subíndices	Indicador	Indicadores primários		Subíndices	ISI	
		Absoluto	0-1	0-1	0-1	
Iuep	Uso_1	Segurança de ocupar passeio público	331	0.85	0.55	0.54
	Uso_2	Segurança de sair para lugares festivos	259	0.67		
	Uso_3	Segurança na vizinhança	101	0.26		
	Uso_4	Segurança de mobilidade no território	166	0.43		
Imp	Med_1	Medidas de prevenção assumida diante de ordem de gangues	196	0.50	0.61	
	Med_2	Medidas de prevenção adotadas ao usar pertences em espaço público	310	0.80		
	Med_3	Medidas de prevenção construídas para residência	264	0.68		
	Med_4	Medidas de prevenção por arma de fogo	175	0.45		
Iris	Conf_1	Representatividade dos agentes de segurança pública	81	0.21	0.47	
	Conf_2	Representatividade da autoridade da gestão municipal para enfrentar problemas em segurança pública	2	0.0		
	Conf_3	Representatividade do sistema de justiça para investigar e penalizar em casos de CCP	310	0.80		
	Conf_4	Representatividade do sistema de justiça para investigar e penalizar em casos de CCV	340	0.88		

Fonte: O Autor (2018).

Considerando o resultado da média aritmética simples obtida em cada subíndice, o Iuep, que buscou avaliar a sensação de insegurança no uso e ocupação do espaço público, registrou 0.55 pontos de sensação de insegurança. O Imp 0.61 de sensação de necessidade de adotar medidas protetivas para se proteger e, por fim, o Iris registrou 0.47 de sensação de confiança nas instituições públicas para garantia da segurança pública. Disto isto parto para a análise dos indicadores de cada subíndice.

Percebe-se que há nos indicadores do Iuep um forte registro de sensação de insegurança para ocupar espaços públicos (0.85 pontos) e de estar em espaços festivos (0.67 pontos). Essa evidência sugere ao gestor público e a sociedade, em geral, a responsabilidade de propor ações públicas voltadas à promoção de práticas pacificadoras como desporto, lazer e arte e cultura no sentido de dar aos espaços públicos da cidade maior sensação de segurança. Ações públicas dessa natureza são ainda mais necessárias se se sabe da intensa disputa territorial vivida no Território Unilab, como já foi discutido

no capítulo um.

Os dois últimos indicadores desse grupo revelaram resultados modestos 0.26 e 0.43 para sensação de insegurança na vizinhança e a de mobilidade no território da cidade, respectivamente. Isso pode sugerir que embora a sensação de insegurança interfira no uso do espaço público, ela ainda não parece impedir a relação de solidariedade comunitária entre vizinhos (0.26) e não impede que eles visitem a amigos e familiares residentes em outros bairros da cidade (0.43), muito embora o façam com restrições de horários, segundo registros de falas dos entrevistados.

Essa restrição de liberdade é ratificada nos indicadores do subíndice de medidas protetivas (Imp), particularmente nos indicadores de que tratam da obediência às ordens das gangues (0.50) e daquele referente aos cuidados com pertences em espaço público (0.80). O resultado desses indicadores sugere o estado de vigilância e de medo a que se encontra a população nessa cidade que tem o Comando Vermelho como principal organização criminosa mandante no território.

O resultado (0.68) do terceiro indicador do grupo corrobora o medo como padrão psico-social do comportamento urbano segundo discussão já apresentada no capítulo um. Para além dessa estatística, também devo fazer menção aos registros fotográficos das áreas de coleta de dados já apresentadas no capítulo um em que é visível o recorrente uso de grades nas residências.

Em contrapartida, o último indicador que tratou do uso de armas de fogo para auto-defesa não se revelou tão significativo quanto os demais e apenas 0.45 responderam favoravelmente ao uso delas o que sugere que os entrevistados, embora sintam-se ameaçados pela violência, (ainda) não reconhecem na arma de fogo um meio para garantia de sua segurança. Entretanto, a opinião é bem dividida e esse resultado pode mudar por depender no curto prazo mais de aspectos conjunturais do que estruturais.

Quanto ao último subíndice (Iris), os resultados dos seus dois primeiros indicadores (0.21 e 0.0) indicaram que a polícia e a gestão municipal são vistas como instituições confiáveis para garantia da segurança da população vis-à-vis a sensação de medo que a atemoriza. Com a leitura dos dados apresentados, o mesmo não se pode dizer do sistema judiciário que está mal avaliado pela população em relação a sua eficiência como operador da justiça o que contribui para sensação de insegurança da população, que vê impunes aqueles que cometem crimes contra propriedade (0.80) e crimes contra a vida (0.88).

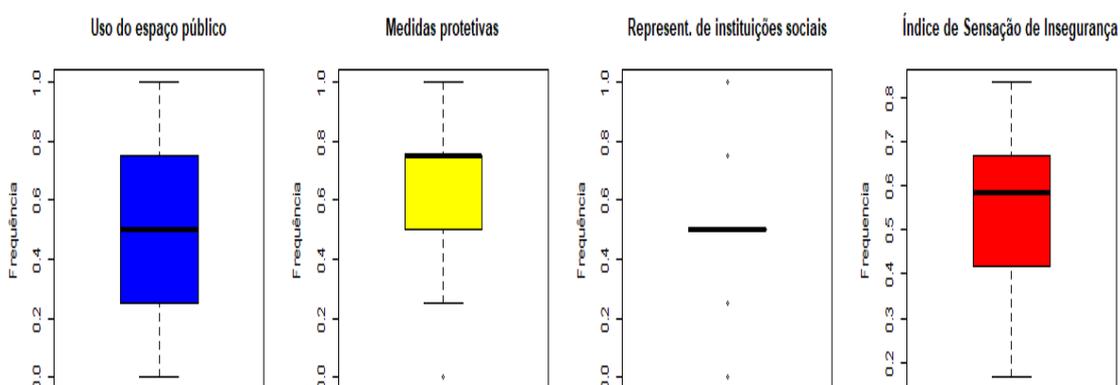
A demonstração gráfica do Índice de Sensação de Insegurança está representada

resumidamente no gráfico abaixo em que estão apresentados os três subíndices e o índice, propriamente dito. O primeiro subíndice (uso do espaço público - Iuep) apresenta média simples de 0.55 e mediana coincidente o que mostra uma grande concentração em torno da média indicando um sensação de insegurança tendente a 1 neste subíndice.

O segundo subíndice (medidas protetivas - Imp), por sua vez, possui média em 0.61 e mediana em 0.75 indicando uma concentração assimétrica dos dados no sentido de uma maior sensação de insegurança. O terceiro e último subíndice revela uma média de 0.47 e uma mediana de 0.50 também revelando uma concentração em torno da média mas tendendo a 1 o que indica uma maior sensação de insegurança.

Por fim, o resultado do Índice de Sensação de Insegurança (ISI) revela uma média de 0.54 e mediana em 0.58. Com a mediana maior que a média, os resultados sugerem uma assimetria tendendo a maior sensação de insegurança na população de Acarape.<sup>14</sup> A representação gráfica abaixo apresenta o comportamento da média e da mediana explicadas nos parágrafos acima.

Figura 23: Representação gráfica do Índice de Sensação de Insegurança - ISI, para Acarape (CE)



Fonte: O Autor (2017).

### 4.3 O que dizem os resultados do ISI para Redenção?

A análise dos dados coletados na cidade de Redenção resultaram um perfil numérico que indica uma média simples em 0.49 pontos no intervalo entre 0 a 1 para a sensação de insegurança nessa cidade.

Quadro 04: Perfil numérico do Índice de Sensação de Insegurança - ISI para Redenção(CE)

<sup>14</sup> O script do código para elaboração da representação gráfica e a correspondente base de dados para as duas cidades estão disponíveis no Apêndice.

INDICE DE SENSAÇÃO DE INSEGURANÇA (ISI) – REDENÇÃO						
Variáveis por subíndices	Indicador	Indicadores primários		Subíndices	ISI	
		Absoluto	0-1	0-1	0-1	
Iuep	Uso_1	Segurança de ocupar passeio público	209	0.54	0.49	0.49
	Uso_2	Segurança de sair para lugares festivos	239	0.62		
	Uso_3	Segurança na vizinhança	147	0.38		
	Uso_4	Segurança de mobilidade no território	161	0.41		
Imp	Med_1	Medidas de prevenção assumida diante de ordem de gangues	196	0.50	0.53	
	Med_2	Medidas de prevenção adotadas ao usar pertences em espaço público	262	0.68		
	Med_3	Medidas de prevenção construídas para residência	225	0.58		
	Med_4	Medidas de prevenção por arma de fogo	145	0.37		
Iris	Conf_1	Representatividade dos agentes de segurança pública	103	0.26	0.44	
	Conf_2	Representatividade da autoridade da gestão municipal para enfrentar problemas em segurança pública	3	0.0		
	Conf_3	Representatividade do sistema de justiça para investigar e penalizar em casos de CCP	268	0.69		
	Conf_4	Representatividade do sistema de justiça para investigar e penalizar em casos de CCV	314	0.81		

Fonte: O Autor (2017).

Considerando o resultado em média simples no intervalo entre 0 e 1 por subíndice para a cidade de Redenção, o Iuep registrou 0.49 de sensação de insegurança em ocupar os espaços públicos; o Imp 0.53 de sensação de necessidade de adotar medidas protetivas para se proteger e, por fim, o Iris registrou 0.44 de sensação de representatividade das instituições para garantia da segurança pública.

Assim como na cidade de Acarape, os indicadores do Iuep indica considerável sensação de insegurança para ocupar espaços públicos e de estar em espaços festivos, respectivamente, 0.54 e 0.62. Entretanto, esses resultados menores em Redenção sugerem que o espaço público nessa cidade está melhor ocupado pela população. Essa afirmação é facilmente confirmada ao se ver que praças de Redenção (sede) são ocupadas por atividades culturais oferecidas em ações de extensão da Unilab, como saral ou outras intervenções urbanas; pela própria comunidade através de concentrações religiosas, como realização de cultos e encontro pós missa dominical. E, por fim, o uso comercial e esportivo, como para consumo de lanches e prática de caminhada.

Quanto aos lugares festivos, a menor média em Redenção pode ser explicada pela quantidade mensal permanente de festas organizadas pelos estudantes da Unilab. Apesar dessas festas serem organizadas e divulgadas majoritariamente em ambiente universitário, muita gente da comunidade frequenta a convite de colegas universitários. Logo, os ambientes de concentração festiva em Redenção existem por conta da ativa mobilização de estudantes da Unilab para suprir a demanda de lazer, semelhante mobilização é algo raro em Acarape até o ano de 2017.

Os dois últimos indicadores desse grupo revelaram resultados modestos, 0.38 e 0.41 para sensação de insegurança na vizinhança e a de mobilidade no território de sua

cidade, respectivamente. Entretanto, deve-se salientar que a sensação de insegurança junto da vizinhança se mostrou maior em Redenção (0.38) do que em Acarape (0.26) o que pode sugerir um espraiamento do crime organizado maior naquela cidade que tem seu território disputado por três facções criminosas (PCC, GDE e CV), enquanto Acarape até o ano de 2017 tinha unicamente o PCC.

Entretanto, segundo informam os dados da amostra, essa sensação de desconfiança da vizinhança não implica sensivelmente numa maior restrição de mobilidade no território (0.41), quando comparados aos mesmos indicadores para a cidade de Acarape (0.43). Uma hipótese interpretativa para explicar essa aparente contradição, pode ser a presença do policiamento ostensivo nas áreas identificadas como hotspot para os crimes de CCP, já apresentadas no capítulo um.

Em Redenção, diferente de Acarape, as áreas quentes de ocorrências de CCP, principal crime responsável pela sensação de insegurança, são cobertas por rondas da polícia da PM (que possui apenas uma viatura no período de 2010 a 2016), o mesmo não sucedendo a Acarape que conta apenas com rondas da guarda municipal desde 2016 e, ocasionalmente, com a presença da PM.

O segundo subíndice (Imp) resultou em média de 0.53 e mostra-se útil para apontar a restrição de liberdade vivida pela população, para além dos gastos econômicos para se prevenir da violência urbana. Os indicadores deste subíndice referem-se à obediência às ordens das gangues (0.50), aos cuidados com pertences em espaço público (0.68), às medidas de prevenção construídas nas residências (0.58) e a aceitação do uso de arma de fogo para auto defesa (0.37).

O primeiro coincide em seu valor com aquele apresentado na amostra de Acarape, e considerável que se mostra (0.50), sugere uma sensação de reconhecimento da autoridade do crime organizado no território, o que o coloca como uma instituição social, pois suas ordens condicionam o comportamento da população.

Quanto ao segundo indicador (0.68), ele se mostra comparativamente menor que em Acarape (0.80), talvez pela hipótese interpretativa levantada em parágrafos anteriores. Em que se sugere que a presença ostensiva da PM nas áreas hotspot de ocorrência de CCP em Redenção dá uma sensação de insegurança menor à população, mas também pelo maior uso dos espaços públicos para atividades de saúde e bem-estar como caminhada, práticas religiosas que são realizadas nas praças, para além das atividades de extensão realizadas por agentes da Unilab.

Essa sensação de insegurança revelada no segundo indicador deste subíndice (0.68) pode ser entendida como uma causa que repercute na arquitetura residencial da

cidade implicando que o indicador de medidas protetivas nas residências revelou resultado (0.58), menor que para a amostra de Acarape (0.68). Muito embora, deva ser dito que o resultado comparativamente menor desse indicador também pode ser apenas uma das implicações da escolha metodológica pois em Redenção 32% da amostra é residente em serras e localidade fora do centro urbano como mostrado na Figura 20 deste capítulo.

O resultado do indicador medida protetiva por arma de fogo também repercute uma sensação de insegurança menor (0.37) que em Acarape (0.45). Esse resultado é emblemático porque a cidade de Redenção é dominada por três facções criminosas e ainda assim 63% da população, representada na amostra, acredita que o uso da arma de fogo não seja a solução para garantia de segurança. Esse resultado não era esperado, definitivamente.

Para compreender essa estatística penso na hipótese interpretativa de que a sensação de segurança está duplamente garantida pela PM e pelas facções do crime organizado, ambos atuando em áreas distintas. Isto é, enquanto nas áreas hotspots de CCP (áreas centrais do comércio) a sensação de segurança é garantida pela ação ostensiva da PM, nas áreas periféricas ela é assegurada pela facções do crime organizado, que como já mostrado no capítulo um tem leis claras para quem rouba no seu território (“Se roubar na favela, morre.”)

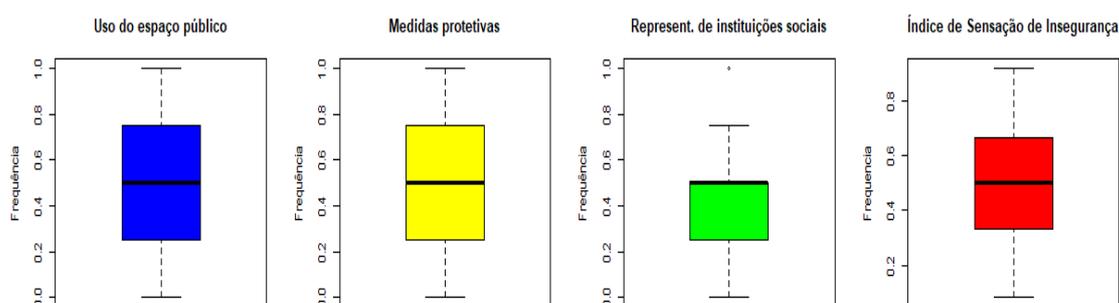
Essa hipótese é levantada a partir do registro de campo que mostra em muitas falas dos entrevistados a crença de que o chefe local do tráfico resolve casos de CCP mais rapidamente que a própria polícia. Em relação ao CCV, não o considero na hipótese interpretativa levantada no parágrafo anterior, porque há um senso comum registrado em observação de campo durante a aplicação do questionário de que “quem morre é porque deve”, o que implica dizer que crimes contra a vida se dá, *em regra*, contra membros de facções e logo não são uma ameaça iminente ao cidadão fora desse círculo.

Quanto ao último subíndice, os resultados dos seus dois primeiros indicadores (0.21 e 0.0) indicam que a polícia e a gestão municipal são vistas como instituições confiáveis para garantia da segurança da população vis-à-vis a sensação de medo. Com a leitura dos dados apresentados, o mesmo não se pode dizer do sistema judiciário que está mal avaliado pela população redencionista em relação a sua eficiência como operador da justiça o que contribui para sensação de insegurança nas pessoas que vêm impunes aqueles que cometem crimes contra propriedade (0.80) e crimes contra a vida (0.88).

Dado aos subíndices mesmo peso para o cálculo do ISI e lhe atribuindo a média

aritmética simples e a mediana, os resultados foram, respectivamente: Iuep (0.49; 0.50), Imp (0.53; 0.50), Iris (0.44; 0.50) resultando num ISI com média de 0.49 e mediana 0.50 com o valor da mediana bem próximo à média significa dizer que a média é confiável, pois não há assimetria significativa na percepção da amostra. Todos esses valores estão devidamente representados graficamente no boxplot abaixo.

Figura 24: Representação gráfica do Índice de Sensação de Insegurança - ISI, para Redenção (CE)



Fonte: O Autor (2017).

## 5. Discussão de resultados

Esperava-se que o resultado do índice para ambas as cidades do território unilab fosse mais próximo de 1, entretanto o resultado surpreendeu por mostrar médias acercando os 0,5 pontos de sensação de insegurança, embora a mediana de Acarape tenha demonstrado uma tendência para sensação de insegurança pontuando a marca dos 0.58. Redenção, por sua vez, mostrou a média em 0.49 e uma mediana em 0.50 sugerindo forte concentração dos dados em torno da média.

Esses resultados sugerem que em ambas as cidades a população está dividida em sua percepção de (in)segurança quando esta é avaliada pelas três dimensões aqui chamadas de subíndices (Iuep, Imp e Iris) o que justifica o pressuposto afirmado na formulação deste capítulo de que se vive um estado de vigilância intermitente e de insegurança pública. Quando consultada a literatura usada para fundamentação de cada subíndice percebe-se que os resultados obtidos em cada um deles não foi extravagante/extraordinário.

A produção acadêmica e técnica de que trata da construção de espaços urbanos seguros (FBSP, 2017) que fundamentou a produção do subíndice Iuep é ampla ao sugerir urgência da necessidade de se construir esses espaços, o que mostra que não é peculiaridade de Acarape e/ou Redenção que o atual desenho urbano não favoreça o que Gehl (2014) chama de “cidades para as pessoas” ou o que Welle (2015) afirma ser

“cidades conectadas e compactas” insistindo na necessidade de se pensar a infraestrutura da cidade de modo a garantir desenvolvimento social para além do crescimento econômico assim dialogando com a noção de Direito à Cidade defendida por Lefebvre (2001), Harvey (2008) e Lira (2017).

Em relação à segunda dimensão - o subíndice Imp - em que ambas as cidades revelaram mediana superior a 0.5 pontos na percepção de insegurança, a discussão teórica e técnica também é larga em admitir que a violência urbana é uma das causas responsáveis pelo condicionamento do comportamento humano (ADORNO, 1992; QUEIROZ, 2001) implicando no uso de recursos econômicos para garantir sua auto-defesa (BID, 2017) expondo ainda mais severamente aqueles que vivem em condições de vulnerabilidade socioeconômica pois já são denegados de direitos sociais.

Por fim, o resultado do último subíndice (Iris) também converge para o que aponta a literatura teórica e técnica em relação à confiança nas instituições para resolver o problema da insegurança pública. (FGV, 2017) Entretanto, devo fazer menção a um indicador desse subíndice que me surpreendeu, a confiança revelada nos agentes policiais. Em Acarape, esse indicador pontuou a média de 0.21 e em Redenção 0.26.

Esse valor tão próximo de 0.0 em ambas as amostras sugere que a população deposita nos agentes policiais esperança na resolução dos crimes, muito embora uma esperança frustrada já que nos registros constam-se recorrentes falas do tipo a “polícia enxuga gelo”, “a polícia prende mas a justiça solta”, falas que ajudam a entender os resultados dos indicadores aplicados ao sistema de justiça que pontuaram 0.80 e 0.88 para Acarape e 0.69 e 0.81 para Redenção indicando pouca confiança no sistema de justiça para resolução de crimes contra propriedade (CCP) e contra vida (CCV), respectivamente.

## **6. Considerações**

A discussão apresentada neste capítulo demonstrou a percepção de (in)segurança vivida pela população do Território Unilab traçando para tal objetivo o desenvolvimento de um índice composto por três distintos subíndices (dimensões) constituídos por 4 questões cada. O primeiro deles é o Iuep (Índice de Uso do espaço Público), seguido pelo Imp (Índice de Medidas Protetivas) e pelo Iris (Índice de Representatividade das Instituições).

Busquei torná-lo simples para que fosse inteligível a qualquer pessoa com um capacidade de interpretação das medidas de tendência central (média e mediana). Esse esforço foi orientado pelo sentimento de utilidade pública que implica a produção de um índice dessa natureza. Muito embora é preciso dizer que apenas um índice ou técnicas de geoprocessamento (apresentadas no capítulo 1) como recursos inteligentes aplicáveis pela gestão municipal na seara da segurança pública são insuficientes.

Como mostrado na seção 3 deste capítulo, a construção de indicadores e formulação de índices é apenas uma ferramenta de um conjunto de componentes doutrinários do modelo de gestão denominado de Nova Gestão Pública. Quero dizer com isso que se a gestão municipal intenta entrar na seara da segurança pública não deverá fazê-lo sem antes ter definido um modelo de gestão porque orientará seu programa de ações.

A julgar pelo excessivo número de dados produzidos no campo da segurança pública e seus intrínsecos conflitos, seria uma decisão política de baixa relação custo benefício qualquer decisão da gestão municipal de intervenção na seara da segurança pública sem a definição desse modelo de gestão orientado para a gestão do conhecimento produzido usando as diversas ferramentas organizacionais acessíveis e largamente debatidas em literatura específica como o uso de técnicas de geoprocessamento de dados e a construção de índices municipais. Este último por certo requererá mais recursos como o tempo, mas se aplicado como ferramenta de um modelo de gestão pública se fará justificar.

É considerando a limitação das ferramentas apresentadas no capítulo 1 e neste capítulo, que me socorro na produção de um terceiro capítulo que examinará o modelo institucional de segurança pública produzido no Brasil e como pode se dar a participação do município neste modelo usando dos recursos previstos na literatura, inclusive os já apresentado até agora, para uma intervenção qualificada dele no campo da segurança pública.

## V – Capítulo 3

**Resumo:** A participação dos municípios na segurança pública é incentivada por muitas razões e uma delas é a elevada sensação de insegurança da população. Este estudo exploratório se ocupa de perceber como a gestão municipal de Acarape e de Redenção, no período de 2010 a 2016, se posicionaram em relação à segurança pública. O levantamento de dados se deu por entrevista, pesquisa documental e bibliográfica. A análise de conteúdo realizada revelou uma compreensão distinta para a abordagem em segurança pública para ambos os municípios o que implica num conjunto de ações municipais bem diferentes. Espero com os resultados apresentados motivar um generoso debate sobre uma intervenção qualificada do município no campo da segurança pública.

**Palavras-chave:** gestão pública municipal, política municipal de segurança pública, segurança pública, Acarape, Redenção

### 1. Segurança Pública: qual papel da gestão municipal?

Ainda no caminho para resposta do problema desta pesquisa - “Qual o estado da segurança pública nessas cidades após a instalação da UNILAB?” - persigo neste último capítulo a verificação do pressuposto de que a gestão municipal de Acarape e de Redenção pouco ou nada fizeram, no período de 2011 a 2016, para garantia da sensação de segurança da população por reconhecerem que a segurança pública é competência do governo estadual.

Para verificar a validade desse pressuposto atento ao objetivo específico de identificar os arranjos institucionais (GOMIDE; PIRES, 2014) relativos ao campo da segurança pública desenvolvidos pela gestão municipal em ambas cidades entre 2011, ano de instalação da Unilab, a 2016.

É bem acertado dizer que embora seja esperado pela população que a gestão

municipal intervenha no campo da segurança pública, como foi identificado no subíndice (Iris), deve-se considerar que a intervenção de forma qualificada atendendo à realidade municipal em seus multiníveis de complexidade não é tarefa simples de se fazer.

Uma razão que torna complexa a intervenção da gestão municipal no campo da segurança pública é a disputa política inerente a este campo. É registrada na literatura a necessidade de maior cooperação entre a esfera municipal e a estadual, sugerindo uma relação conflituosa em matéria de segurança pública entre essas esferas. (SOARES, 2006). Outra razão é o risco político, pois o gestor municipal em exercício pode perder capital político se executa intervenções não qualificadas, isto é, ações espontaneísta que não consideram a complexidade da segurança pública nem respeitam os limites de inovação institucional do município.

A inovação institucional *per si* é um processo que enfrenta muitas resistências (ZAMBENEDETTI *et al*, 2016) e torna-se improvável pensar que haja margem fácil para o município apresentar um arranjo institucional (GOMIDES; PIRES, 2014) em segurança pública que não seja à imagem e semelhança do *modus operandi* viciado e largamente criticado das organizações militares (SOUZA, 2011), o que pode comprometer, a médio e longo prazo, a credibilidade da gestão municipal e o capital político do gestor em exercício.

Considerando o modelo institucional de segurança pública adotado no Brasil e a novas proposições sobre o papel do município na segurança pública, espero, ao fim deste capítulo, apresentar resultados prognósticos sobre como os municípios do Território Unilab podem inovar fundamentando a criação de arranjos institucionais de segurança pública em premissas humanistas que alicerçam o Estado Democrático de Direito.

## **2. Procedimentos metodológicos**

### **2.1 Coleta de dados**

Para coleta do conjunto longitudinal de dados (PETTIGREW, 1988) foram usados procedimentos distintos a depender da natureza deles, segundo recomenda a literatura. (LAKATOS; MARCONI, 2003) Os dados primários foram obtidos por entrevistas semi-estruturada e observação de campo. Enquanto os secundários, por pesquisa documental<sup>15</sup> e bibliográfica (VERGARA, 1990).

<sup>15</sup> Devo justificar que se houver ausência de algum dado para o período analisado, atribuo-a à falta de

### **2.1.1 Do instrumento de coleta**

A escolha da entrevista semi-estruturada como principal instrumento de coleta de dados neste capítulo se justifica pela necessidade de se perceber o sentido dado por *policymakers e stakeholders* à segurança pública (DUARTE, 2004).

O critério de escolha das autoridades para participação nesta pesquisa foi o reconhecimento no tema da segurança pública dado a elas por seus pares no Poder Legislativo e Executivo. As quatro autoridades públicas entrevistadas possuem idade superior a 30 anos, nível superior e sexo masculino e foram recomendadas como as mais capazes de opinar sobre segurança pública e contribuir para o objetivo desta pesquisa (DUARTE, 2004).

O roteiro elaborado para coleta dos dados primários em ambas as cidades, recebeu uma estruturação em tópicos. Para as entrevistas realizadas junto aos representantes do Executivo, os tópicos são: *i*) “Abordagem em Segurança Pública”, *ii*) “Reforma na Administração Municipal” e *iii*) “Participação social”. Enquanto, para aqueles do Legislativo: *i*) “Reforma na Administração Municipal” e *ii*) “Participação social”. A inclusão do tópico “Abordagem em Segurança Pública” nos roteiros aplicados aos representantes do executivo se fez necessária para perceber a orientação política que guia o gestor municipal no processo de formulação de política municipal em segurança pública.

Essa estrutura de tópicos caracteriza a própria entrevista semi-estruturada e é largamente recomendada por orientar um processo flexível de formulação de perguntas à medida que se atende aos objetivos da pesquisa e a necessária adequação ao perfil dos entrevistados sem dizer que também facilita o processo de organização e análise qualitativa dos dados. (DUARTE, 2004; HOFFMAN-CÂMARA, 2013)

## **2.2 Organização e análise de dados**

Para organização e análise de conteúdo das entrevistas sigio as 3 (três) etapas da análise de conteúdo propostas por Bardin (2011, p. 125): “pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados”.

A pré análise é composta por: “leitura flutuante, escolha dos documentos, formulação dos pressupostos e dos objetivos, referenciação de índices e elaboração dos

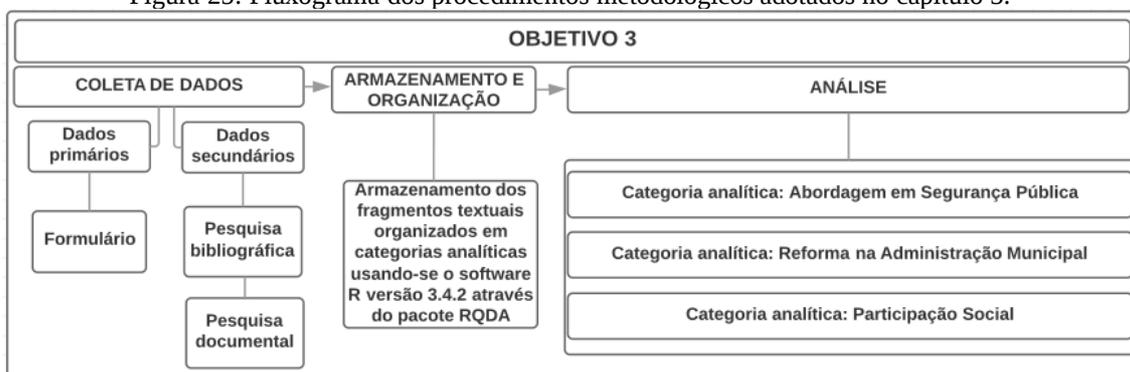
---

efetivação da política de transparência de dados públicos nesses municípios, principal dificuldade encontrada no levantamento de dados documentais.

indicadores e, por fim, preparação do material”. (BARDIN, 2011, p. 126 - 131) Nesta etapa, fiz um primeiro contato com o *corpus* estudado (entrevistas) e identifiquei nele fragmentos textuais referentes às categorias analíticas definidas através do pressuposto, objetivo e fundamentação teórica adotados para este capítulo.

Em seguida, iniciei a fase de exploração relacionando os fragmentos identificados para cada indicador e construindo o quadro de análise (BARDIN, 2011; HOFFMAN-CÂMARA, 2013) através do pacote RQDA<sup>16</sup> (“Research Qualitative Data Analysis”), instalado no software RStudio, o que me permitiu fazer as operações de codificação (BARDIN, 2011) em função dos índices (categorias analíticas) definidos, a saber, “Abordagem em Segurança Pública”, “Reforma na Administração Pública” e “Participação social”.

Figura 25: Fluxograma dos procedimentos metodológicos adotados no capítulo 3.



Fonte: O Autor (2018).

### 3. Da formulação do atual modelo institucional de segurança pública brasileiro à construção do papel do município em segurança pública

A abertura do processo de redemocratização do Brasil foi marcada pela formação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) que ocorreu em 1987 onde todos os serviços do Estado foram postos à malha da discussão pública.

Ir à malha da discussão pública não era algo inédito para serviços como educação

<sup>16</sup> O RDQA é um pacote R para Análise Qualitativa de Dados, um aplicativo de software de análise qualitativa gratuito (livre como livre) (licença BSD). Funciona nas plataformas Windows, Linux / FreeBSD e Mac OSX. O RQDA é uma ferramenta fácil de usar para auxiliar na análise de dados textuais. No momento, ele suporta apenas dados formatados em texto simples. (Tradução: Google Translate) Fonte: <http://rqda.r-forge.r-project.org/>

e saúde. A primeira conferência nacional para saúde foi em 1947, orientada por um documento produzido em 1932 - o Manifesto dos Pioneiros da Educação (CONAE, 2010). Enquanto, a saúde recebeu sua primeira conferência nacional em 1941, segundo histórico das conferências elaborado pela Fundação FIOCRUZ<sup>17</sup>. A Segurança Pública, todavia, não tinha um histórico paralelo e só recentemente, em 2009, ganhou sua primeira conferência nacional (CONSEG, 2009)<sup>18</sup>. Contudo, é importante destacar que em 1987 ocorreu na ANC o primeiro momento de debate público nacional sobre segurança pública. (SILVA; GURGEL, 2016)

Na ANC o debate público foi organizado em comissões e subcomissões. A Segurança pública foi debatida na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança que é interna à Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições. (SILVA; GURGEL, 2016) O debate produzido por essa subcomissão teve maciça presença de militares do exército que viam nas instituições públicas civis do sistema de segurança um quinhão institucional onde poderiam manter viva a Doutrina da Segurança Nacional, um arranjo sofisticado de ideias que fundamentou a institucionalidade do regime autoritário civil-militar vigente entre 1964 e 1985 no Brasil. (ANDRADE; DANTAS, 2014)

O empenho das Forças Armadas (FA) em assumir o protagonismo na disputa pelo desenho do modelo institucional da Segurança Pública é melhor percebido quando conhecido o seu esforço de institucionalizar a Doutrina de Segurança Nacional que defendia a tutela da sociedade civil pelas Forças Armadas. Apenas nos seis primeiros anos do regime, mais de 160 atos legislativos foram produzidos pelos militares para conseguirem aplicar institucionalmente a doutrina de segurança nacional desenvolvida pelo general Góes Monteiro, em meados de 1930 (ANDRADE; DANTAS, 2014).

Os militares das FA empreenderam salvaguardar um quinhão dentro das instituições públicas civis e não havia melhor instituição que a polícia militar, o principal produto institucional garantidor ostensivo da ordem pública e feito forças auxiliares das

<sup>17</sup> Linha do tempo das Conferências Nacionais de Saúde <<https://portal.fiocruz.br/linha-do-tempo-conferencias-nacionais-de-saude>>

<sup>18</sup> Destaco um único episódio de debate público sobre violência urbana ocorrido antes da CONSEG que se deu com a instauração de três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), ainda em 1979, em que foi discutido os temas “Violência Urbana”, “Violência do Menor Abandonado” e “Violência do Sistema Penitenciário”. Entretanto, por essa discussão ter sido gestada por comissões parlamentares de inquérito cuja natureza legal é de averiguação de possíveis irregularidades em atos do Poder Executivo, prefiro não considerá-la como marco nacional do debate em segurança pública. Também não a considero marco zero porque na constituição do modelo de segurança pública desenhado na ANC não se vê contribuição dos relatórios produzidos por essas CPIs. Para os interessados de conhecer o trabalho dessas CPIs, recomendo a leitura do artigo produzido por Vasconcelos (2016) intitulado “A reemergência da violência urbana como problema nacional no Brasil durante os anos 1970: mobilizações jurídicas, conhecimento sociológico e transições de paradigmas sobre pena e crime”

FA na constituição de 1967. Para garantirem a manutenção de sua influência sobre essa instituição, asseguraram de levar a discussão sobre segurança pública para uma comissão dirigida por não opositoristas ao regime militar e assim o fizeram (SILVA; GURGEL, 2016; ANDRADE; DANTAS, 2014).

Somado a esse esforço das FA, a não participação da sociedade civil mobilizada nessa comissão contribuiu para um debate hegemônico pela narrativa da FA. E não é difícil inferir o porquê da ausência da sociedade civil nessa comissão. As principais entidades mobilizadas estavam concentrando seus esforços em comissões que tratavam de assegurar um novo regime político garantidor de direitos fundamentais, uma vez que a violência do regime impetrada contra pessoas e grupos enquadrados nos conceitos imprecisos da lei de segurança nacional despertou a atenção da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), movimentos sociais e partidos do espectro político de esquerda (social democrata, socialista e comunista) (ANDRADE, 2014; ANDRADE; DANTAS, 2014). Esse é um dos fatores porque foi pequena a participação da sociedade civil mobilizada nessa comissão, pondo-se como exceção a participação do presidente da OAB que debateu 8 (oito) propostas junto a “18 militares, 3 delegados de polícia federal e 1 delegado da polícia civil” (BACKES, 2009, p. 281).

Como resultado do trabalho desta comissão, resultou o artigo 144 da Constituição Federal de 1988, em que ficou estabelecido que é responsabilidade do governo estadual a competência da segurança pública e indica um conjunto de instituições que constituem o sistema de segurança. Essa competência dos governos estaduais é exercida através de um conjunto de instituições coordenado por uma secretaria “civil” que recebe diferentes denominações em cada estado. No Ceará, o nome dado é Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS/CE).

Na Constituição do Estado do Ceará de 1989, o conjunto de instituições constituintes do sistema de segurança pública está descrito no art. 178, a saber: Polícia Militar, encarregada do policiamento ostensivo e preservação da ordem pública; o Corpo de Bombeiros Militar atuando na defesa civil e a Polícia Civil, que exerce função de polícia judiciária elaborando o inquérito policial – uma peça investigativa usada pelo poder judiciário como base para abertura do processo penal.

Embora em todos os estados do Brasil exista semelhante conjunto institucional coordenado por uma secretaria “civil”, parece que esta tradição institucional não se traduz em legitimidade, entendendo esta como grau de confiança social (“o poder emana do povo”). Se considerado o indicador de confiança social nas instituições da segurança

pública, ênfase polícia militar, se verificará um significativo déficit de confiança dos cidadãos nesta instituição (IBOPE, 2015). Esse déficit de confiança social ajuda a entender o sucesso de bilheterias que recebe produções cinematográficas como “Tropa de Elite” I e II, em que fortes críticas são lançadas ao sistema de segurança pública, em particular à Polícia Militar do Rio de Janeiro.

As críticas ao modelo de segurança pública ganham ainda mais contundência quando reforçadas pelo trabalho de equipamentos públicos declaradamente ligados, ou não, à defesa de direitos humanos. Equipamentos públicos como laboratórios, observatórios, institutos e fóruns de segurança pública tem se constituído em importantes equipamentos de produção de pesquisas e mobilização de uma inteligência articulada em rede que pensa e discute segurança pública no Brasil.

Essa inteligência articulada constituída por cientistas, intelectuais e operadores do direito e do sistema de justiça criminal é denominado como campo da segurança pública por Vasconcelos (2017, p.4) que o define como “uma convergência nacional entre espaços acadêmicos e arenas de políticas públicas, alinhando profissionais da segurança pública e da justiça criminal, pesquisadores e ativistas em redes de políticas públicas”.

Esse campo ganha seus contornos iniciais na região sudeste com a criação do Núcleo de Estudos da Violência (NEV, em 1987), Observatório de Segurança Pública de São Paulo (OSP, em 2007) e o Instituto Sou da Paz (ISP, em 1997), todos em São Paulo (SP); do Instituto Igarapé (Igarapé, em 2011), Observatório de Segurança Pública com Cidadania (OSPC, em 2016) e a Viva Rio (em 1993), localizados na cidade do Rio de Janeiro (RJ); e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP, em 1996), em Belo Horizonte (MG). No sul do país, posso exemplificar mencionando o Observatório de Segurança Pública de Canoas (OSPC, em 2009), em Canoas (RS).

Esse campo se expandiu pelo país chegando ao Nordeste e ao Ceará, particularmente, onde está capilarizado pela atuação do Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará (LEV/UFC), criado em 1994; Laboratório de Estudo e Pesquisa em Direitos Humanos, Cidadania e Ética (LABVIDA), criado em 21 de março de 2000; o Laboratório de estudos da conflitualidade e da violência (COVIO), da Universidade Estadual do Ceará (UECE), criado em 2003; e o Observatório de Segurança Viária (OSV), da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), criado em 2017.

Apesar desses equipamentos do campo serem todos localizados em Fortaleza, acredito que outros serão criados noutras cidades dado o esforço de pesquisadores em discutir a violência em territórios periféricos. Uma iniciativa que pode

ser citada como um potencial equipamento público é o grupo de pesquisa em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH-UNILAB), liderado por Thiago Vasconcelos, professor titular do curso de sociologia na Unilab, e que atua, desde o ano de 2016, estudando e discutindo o estado de segurança no Maciço do Baturité, especialmente, nas cidades de Redenção e Acarape (VASCONCELOS, 2017).

Contudo, a iniciativa social de trabalho em rede no campo da segurança pública que tem conseguido maior destaque em termos de diversidade de seus membros é o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (criado em março de 2006) porque consegue reunir pesquisadores da segurança com distintas formações profissionais incluindo acadêmicos, profissionais da segurança pública e privada, ativistas de direitos humanos que compartilham suas produções na Revista Brasileira de Segurança Pública idealizada pelo Fórum para se constituir num periódico especializado e de impacto social em segurança pública.

Dos estudos produzidos por pesquisadores integrantes destes equipamentos públicos, verifica-se ampla concordância da necessidade de se implantar um novo modus operandi e cultura organizacional às instituições do sistema de segurança pública. Essa convergência é verificável pela recorrência à expressão "Segurança Pública e Cidadania" e "Segurança Cidadã" em suas publicações (BARREIRA, 2012; CARVALHO, 2011; COSTA e BALESTRERI, 2010; BALESTRERI, 2010; SOARES, 2006; BENGOCHEA, 2004; BARREIRA, 2004; ADORNO, 2000).

Na verdade, o segundo conceito "segurança cidadã" nasce na literatura de língua espanhola na América Latina e, apesar de pouco empregado em literatura brasileira, foi importado conservando seu significado de ruptura com um paradigma institucional herdado de uma história marcada de autoritarismos em que as instituições de segurança eram usadas para privilegiar a defesa dos agentes e das instituições do Estado em detrimento das garantias individuais dos cidadãos (MESQUITA NETO, 2011).

As publicações dos equipamentos públicos citados apontam largamente para a necessidade de substantivas reformas democráticas no campo das instituições da segurança pública, e se o governo estadual não iniciar essas reformas cobradas pela sociedade civil, mobilizada através de equipamentos públicos, que outro ator deve ser acionado para assumir protagonismo nessa disputa política? A literatura responde: o Município (FERREIRA et al., 2015; LIMA NETO, 2014).

Desde as eleições municipais de 2000, o tema da segurança tornou-se caro para a eleição dos candidatos a prefeito. Essa evidência empírica da elevação do tema na agenda política dos municípios é dada fundamentalmente por três motivos (NETO, 2011,

p. 169-170):

- 1) o aumento da criminalidade e da violência urbana, particularmente nas cidades localizadas nas regiões metropolitanas, e das demandas da população por ações efetivas visando à prevenção do crime e da violência e a melhoria da segurança pública;
- 2) as limitações da maioria dos governos estaduais para desenvolver ações de prevenção do crime e da violência e melhoria da segurança pública capazes de atender às expectativas da população; e
- 3) as possibilidades de diversos governos municipais de desenvolver ações de prevenção do crime e da violência e melhoria da segurança pública, de forma integrada ou independente dos estados, através das guardas municipais e/ou das organizações municipais responsáveis pela formulação e implementação de políticas sociais e urbanas.

No Ceará, tomando por referência as cidades estudadas, Acarape e Redenção, o que se percebe, após consulta ao portal *DivulgaCand Contas* do Tribunal Superior Eleitoral, é que a promoção da segurança pública na agenda política das eleições municipais se revela desde 2012, em Acarape, e a partir de 2016, em Redenção.

Essa manifesta tendência de aproximação do tema da segurança pública revelada nas eleições municipais parece não ter sido o suficiente para produção de pesquisas sobre a compreensão do papel do município na prestação desse serviço público. Evidência empírica para esta afirmação é a verificação da quase inexistência<sup>19</sup>, entre as publicações do LEV e do COVIO, de pesquisas que tratam da responsabilização do município por essa agenda.

Também acho importante frisar que, apesar do histórico de Guarda Municipal, em Fortaleza e no interior do estado, não identifiquei estudo sobre elas. Entretanto, com o protagonismo do vice-prefeito Moroni na gestão Roberto Cláudio, em Fortaleza, os núcleos de estudos (LEV, COVIO) parecem ter se dado conta efetivamente da importância de se discutir o papel do município na segurança pública e ações começam a acontecer graças à emergência do tema e ao protagonismo do vice-prefeito.

Apesar da iniciativa política dos candidatos de lançar a pauta da segurança pública na agenda da gestão municipal, esse protagonismo está mirrado por duas razões, ambas já citadas. Primeiramente, pela restrição constitucional que traçou claramente um desenho institucional do sistema de segurança pública e que apesar de atribuir ao município responsabilidades por temas locais em seu artigo 30 (CF/88), não determina como tema local a segurança pública o que permite a evasão da gestão municipal diante da pauta da segurança pública; e segundo, pela invisibilidade nos círculos acadêmicos de

<sup>19</sup> Com exceção da monografia de Vasconcelos (2007) e de seu paper em 2015 em que discutiu sobre a formulação de uma polícia municipal de segurança em Maracanaú/CE sem tocar nos processos de sua implementação.

produção de estudos sobre direitos humanos, violência e segurança pública tratando o papel do município na prestação da segurança pública.

Entretanto, para além dessas duas razões históricas, devo acrescentar que em momentos de crise fiscal, como a que o Brasil passa atualmente, sempre é acrescentado o argumento de incapacidade financeira dos municípios de se responsabilizar pela agenda da segurança pública. E isto ocorre porque as ações do município em segurança pública, quando existem, são financiadas por transferências federais previstas em Programas como o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) (PAZINATO *et al.*, 2013).

A despeito do conjunto de restrições impostas ao município e que cerceiam o debate sobre sua participação na segurança pública deve-se ter presente que há uma mobilização de esforços teóricos que trazem luz a esse debate apresentando boas práticas que podem ser desenvolvidas pelo município respeitando-se as suas limitações. Essas boas práticas implicam a criação de arranjos institucionais, entendidos “como o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica.” (GOMIDES e PIRES, 2014, p. 19 - 20).

Dentre as produções teóricas sobre o papel do município na segurança pública identificadas na pesquisa bibliográfica, destaco a pertinência de um exercício descritivo sobre três manuais a julgar pela objetividade apresentada na ampla discussão trazida por eles. Por ordem cronológica, o primeiro deles é o manual produzido pelo Banco Mundial (BM, 2003); o segundo, originado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP, 2005) e o terceiro, pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2016).

A iniciar a descrição pelo manual do Banco Mundial (BM, 2003), ele se socorre na abordagem de prevenção do crime e da violência para discutir a participação do município nas políticas de segurança pública e apresenta boas práticas desenvolvidas por gestões locais em todo o mundo. A abordagem da prevenção do crime e da violência se caracteriza por

combinar o *cumprimento da lei* — isto é, garantir a manutenção da ordem nas atividades cotidianas da comunidade e reduzir o medo da população com relação ao crime - *com a prevenção social* — isto é, programas envolvendo diversos organismos, que enfrentam as causas do crime e da violência - e *com prevenção ‘situacional’* — isto é, medidas para reduzir as oportunidades [de práticas delituosas]

(BANCO MUNDIAL, 2003, p. 12, grifo nosso)

E ressalta que a combinação dessas ações preventivas devem se dar em uma rede de atores locais interessados em segurança pública dando um caráter integrado às ações e assegurando a continuidade delas para além dos mandatos executivos. Entendendo que nesse processo de articulação e coordenação é fundamental que o gestor público local se posicione como um líder (BANCO MUNDIAL, 2003).

Também diz que a abordagem de prevenção do crime e da violência deve se dar em três níveis, a saber: *Nível 1* (um): é concernente às ações de policiamento municipal comunitário, encarregado de cumprir e fazer cumprir as leis municipais referentes à ordem pública, por exemplo, ações referentes à segurança no trânsito e ao zelo do patrimônio público; *Nível 2* (dois): requer da administração municipal um redesenho organizacional que privilegie a integração das secretarias para se desenvolver ações preventivas multisetoriais; e *Nível 3* (três): refere-se à construção de parcerias e redes com parceiros públicos e privados que atuam no território (BANCO MUNDIAL, 2003).

Os dois últimos níveis, em particular, são críticos para participação do governo local em segurança pública e por isso se apresentam como um grande desafio à gestão, que em regra conta com um quadro escasso de servidores especializados em gestão de políticas públicas. (BANCO MUNDIAL, 2003)

No mesmo sentido do estudo do Banco Mundial, caminha o estudo realizado em 2005 pela, atualmente extinta, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça. A preocupação inicial neste estudo foi deixar clara a sua noção de segurança pública.

Para ele, a segurança pública deve ser entendida dentro da realidade social complexa de que faz parte. E na qual a polícia é importante, mas insuficiente para dar respostas satisfatórias tendo em vista que os problemas em segurança pública exigem capacidades e competências que estão além das oferecidas pela Polícia Militar. Assim, ele defende a intervenção do Município de forma articulada e integrada com uma rede de atores públicos e privados para desenvolverem ações preventivas (SENASP, 2005).

Recomenda que a intervenção municipal requer uma reforma da administração pública municipal que atenda a necessidade de gestão em segurança pública, isto implica dizer na criação de arranjos institucionais, que permitam o trabalho em rede, e de ferramentas de gestão que sirvam à garantia de políticas públicas com maiores chances de resultados satisfatórios na promoção da sensação de segurança e de acesso a direitos básicos. (SENASP, 2005)

Elencando componentes fundamentais dessa reforma administrativa para

viabilizar uma intervenção qualificada da gestão municipal na segurança pública, inclusive através da criação de Guardas Municipais se necessário, o estudo aponta 3 (três) componentes que são: (SENASP, 2005, p. 22 - 26)

1) *Perfil do gestor municipal*: ratifica achados de pesquisas que apontam que os resultados das políticas públicas de segurança estão intimamente ligados ao perfil do gestor. E descreve três competências essenciais a um gestor público para atuar na segurança pública, são elas: *competência política* [refere-se ao exercício natural da liderança política], *competência teórica* [relacionada à capacidade técnica e liderança ética] e *competência estratégica* [capacidade de imaginação institucional para tomar decisões a partir de diagnósticos rigorosos];

2) *Núcleos integrados de segurança pública*: são instâncias colegiadas em que devem participar os atores locais (públicos e privados) interessados em segurança pública. Um exemplo desses núcleos são os conselhos municipais de segurança; e, por fim,

3) *a Pesquisa e coleta de dados em segurança*: essa medida é importante para elaboração de diagnósticos rigorosos que subsidiarão a formulação de propostas de soluções que podem se tornar políticas públicas. Pois identificado onde agir prioritariamente caberá aos atores envolvidos no conselho municipal de segurança a formulação da política pública que pode ser para o enfrentamento: da múltipla vitimização, dos fatores de riscos na infância, dos fatores de risco na escola, dos fatores de risco na juventude, dos fatores de risco da violência contra a mulher, do racismo e homofobia, ou outro problema de segurança apontado no diagnóstico local.

O último manual também se alinha a abordagem de prevenção da violência e da criminalidade. Ele foi produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016 e endossa a consistência dessa abordagem que já é discutida nacional e internacionalmente como verificado nos manuais produzidos pela Senasp (2005) e pelo Banco Mundial (2003). O manual do FBSP (2016) destaca a importância da prevenção já em suas primeiras páginas e apresenta três aspectos da prevenção que devem ser observados por políticas municipais de segurança pública.

O município deve desenvolver ações de i) prevenção situacional, ii) prevenção policial e iii) prevenção social. Cada uma dessas ações possuem uma semântica própria de cuidados e devem ser pensadas de forma integrada na política municipal de segurança pública. A prevenção situacional refere-se à criação de espaços urbanos seguros, reduzindo as oportunidades ambientais, como ruas mal iluminadas, que favorecem atos delituosos. A prevenção policial relaciona-se ao patrulhamento, à ostensividade da

instituição policial no território, especialmente naqueles com maior registro criminal. E a prevenção social diz respeito às políticas sociais que devem ser realizadas e podem ser descritas em três níveis (FBSP, 2016).

O primeiro nível trata-se da *prevenção primária* dedicada ao público universal. Nesse nível, a ação não tem uma definição de público alvo e destina-se à comunidade em geral. O segundo nível é a *prevenção secundária* orientada para um público específico, identificado como vítima de uma violência sistemática. Alguns exemplos desse público são as crianças e adolescentes, jovens, idosos, mulheres, negros e outras minorias políticas. Por fim, tem-se a prevenção terciária que é dirigida ao apoio de vítimas e à ressocialização de transgressores penais (FBSP, 2016).

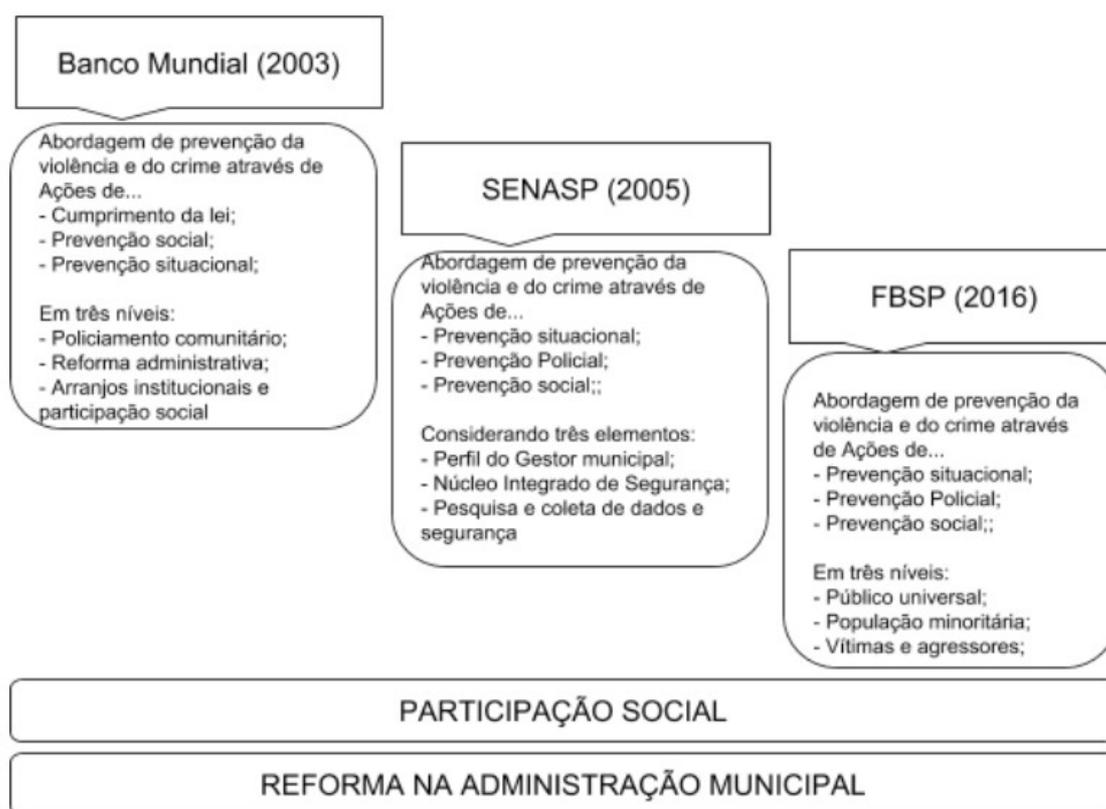
Reforçando o papel estratégico de articulador e coordenador que a gestão municipal pode desempenhar para efetivação dessas ações preventivas, o manual destaca a necessidade de criar arranjos institucionais que garantam a participação social na formulação da política municipal de segurança pública dando maior legitimidade a política destituindo-a de fins eleitoreiros de curto prazo (FBSP, 2016).

Exemplificando esses arranjos institucionais menciona o gabinete de gestão integrada municipal (GGIM) orientado à construção de uma cultura de paz, entendida como uma cultura de resolução de conflitos por meio da negociação e diálogo entre atores públicos e privados. A composição do GGIM envolve todos os atores atuantes no município interessados no tema da segurança pública podendo compreender atores públicos, de diferentes níveis de governos (federal, estadual e municipal), e atores privados de interesse público (FBSP, 2016).

Ao sugerir esse tipo de arranjo institucional afirma que a criação de uma Guarda Municipal não é imprescindível na formulação de políticas municipais de segurança pública. E o que se deve observar, prioritariamente, é a formulação desses arranjos institucionais integrados e coordenados pela liderança da gestão municipal, além de abertos à participação social e orientados à construção de uma cultura de paz (FBSP, 2016).

Segundo o FBSP (2016), a gestão municipal deve usar sua liderança para integrar e coordenar atores locais para formulação de um plano municipal de segurança pública que deve apresentar um diagnóstico em que os problemas estejam identificados e definidos os indicadores sócioeconômicos, equipamentos sociais disponíveis e as políticas e ações em curso. Esse diagnóstico deve receber participação da sociedade civil, grupos mais vulneráveis à violência e gestores de diferentes áreas o que dará maior legitimidade às ações preventivas (de curto, médio e longo prazos) e repressivas.

Figura 26: Quadro-resumo das contribuições teóricas dos manuais.



Fonte: O Autor (2018).

## 4. O Território Unilab e a agenda municipal em segurança pública

A seção anterior mostra que a gestão municipal tem um papel estratégico em razão de sua proximidade do cidadão o que se permite afirmar que nela está uma importante reserva de capital político e de credibilidade institucional em matéria de segurança pública quando comparada ao governo estadual e federal.

Essa credibilidade é ratificada não somente pela literatura apresentada na seção anterior, mas também nos resultados do ISI no capítulo dois. Em indicador do subíndice “Representatividade das Instituições Sociais” (Iris), revelou-se, para ambas cidades, um resultado que sugere elevada confiança da população na gestão municipal para intervenção em segurança pública. Entretanto, a gestão municipal deve intervir de forma qualificada se se quer conservar esse capital simbólico (BOURDIEU, 1983).

Tendo-se presente a verificação teórica e empírica desta percepção social sobre a

gestão municipal e sabida a necessidade de uma intervenção qualificada para manutenção desse capital político, busco identificar nas seções seguintes quais são os arranjos institucionais em matéria de segurança pública desenvolvidos pela gestão municipal de Acarape e Redenção no período de 2011 a 2016.

#### 4.1 O que dizem os dados institucionais para Acarape?

Ao examinar narrativas de agentes municipais sobre segurança pública no período de 2010 a 2016, percebo que foram desenvolvidas ações tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo na cidade de Acarape (CE).

Começo o exame da participação municipal na segurança pública consultando a Lei Orçamentária Anual (LOA) dos anos estudados. Após realizada a consulta, elaborei a tabela abaixo organizada por ano, previsão orçamentária em segurança pública, previsão orçamentária geral e a representação proporcional do orçamento em segurança pública em relação ao orçamento geral.

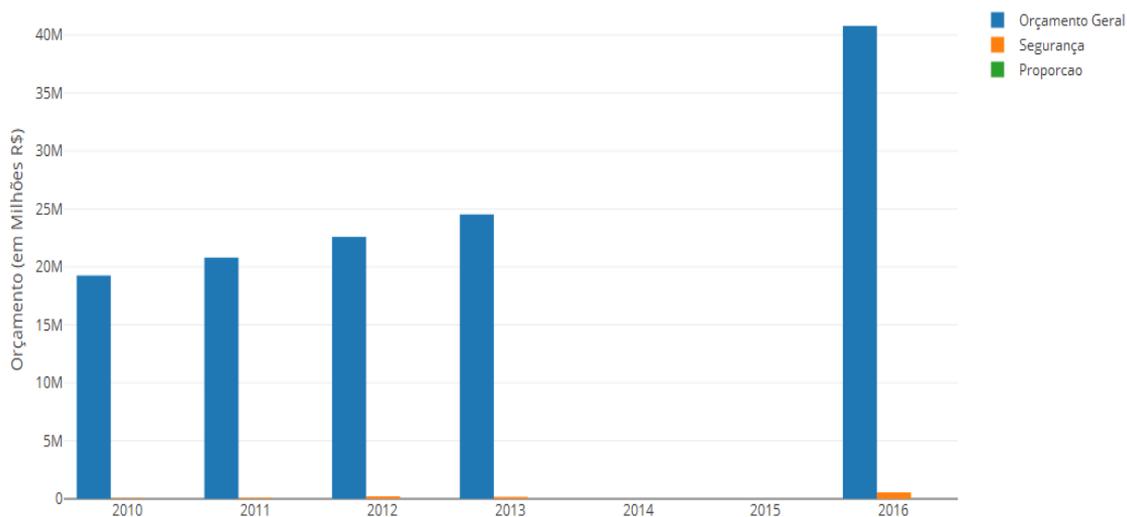
Tabela 10: Orçamento para segurança pública em Acarape, período 2010 a 2016.

<b>Ano</b>	<b>Segurança Pública</b>	<b>Geral</b>	<b>Proporção</b>
2010	R\$ 50.000,00	R\$ 19.259.500,00	R\$ 0.002596121
2011	R\$ 84.000,00	R\$ 20.804.000,00	R\$ 0.004037685
2012	R\$ 214.000,00	R\$ 22.596.405,00	R\$ 0.009470533
2013	R\$ 165.900,00	R\$ 24.523.760,00	R\$ 0.006764868
2014	--	--	--
2015	—	--	--
2016	R\$ 560.000,00	R\$ 40.779.806,00	R\$ 0.013732287

Fonte: O Autor (2018)

Para facilitar a visualização desses dados produzo abaixo o gráfico de colunas em que está mais perceptível a variação orçamentária no período de referência.

Figura 27: Orçamento para segurança pública em Acarape, período 2010 a 2016.



Fonte: O Autor (2018)

Após conhecido o orçamento anual destinado à segurança pública no período estudado é necessário saber se a aplicação foi orientada pelas contribuições teóricas dos manuais apresentados na seção 3 deste capítulo que resume a literatura técnico-científica sobre o modus operandi a ser adotado pelo município no campo da segurança pública, instruindo o gestor municipal a uma intervenção qualificada.

Para esse exercício analítico uso dados das narrativas coletadas através de entrevistas semi-estruturadas organizadas em três eixos norteadores formulados por prévia consulta à literatura especializada, a saber, “Abordagem em Segurança Pública”, “Reformas na Administração Municipal” e “Participação Social”.

As falas classificáveis no eixo de abordagem em segurança pública são 14 ao total, sendo 13 (treze) registros do representante do executivo e 1 (um) do legislativo de Acarape. Exemplificando alguns desses registros, destaco inicialmente as falas do representante do executivo.

Ele afirma que a segurança pública é um reflexo da situação social e familiar (executivo-acarape, ASP-02)<sup>20</sup> e que não se deve ver a ação delituosa como consequência da falta de oportunidades sociais somente, mas também como consequência de uma vida familiar pouco disciplinada (executivo-acarape, ASP-04; ASP-05). Por isso, a gestão municipal de Acarape deve investir e investe em projetos sociais que agreguem mais disciplina e respeito à formação civil dos jovens, a exemplo do Projeto Guarda Juvenil (executivo-acarape, ASP-10).

Esse tipo de posicionamento, apesar de reconhecer a importância de se proteger a criança e o jovem, parece atribuir ao indivíduo e ao seu núcleo familiar a

<sup>20</sup> Essa referência indica a fala do entrevistado identificado por poder e cidade mais a sigla da categoria analítica e seu número de registro.

responsabilidade por suas escolhas como se eles fossem capazes de superar as condicionantes sociais de desigualdade socioeconômica que afetam o indivíduo e a família, especialmente aqueles membros de famílias de baixa renda.

Continuando sua fala, o entrevistado ressalta o investimento em aparato (compra de viatura) para garantir o exercício da ostensividade da guarda municipal em áreas rurais com registros de assaltos como as localidades do Pau Branco, Tamanduá e Poço Escuro (executivo-acarape, ASP-12). O representante do legislativo, em sua única fala classificável nesse eixo, considera que a GM é um projeto que vem dando certo apesar de limitações e não levanta questionamentos sobre a abordagem adotada por ela (legislativo-acarape, ASP-14).

Essa noção de prevenção fortemente associada ao investimento em aparato policial e baixa inovação institucional caracteriza o *modus operandi* de polícias estaduais e é importado pelos agentes da GM, possivelmente porque boa medida deles são membros de instituições estaduais de segurança pública e/ou penitenciária, a exemplo do próprio secretário de segurança, e também coordenador da Guarda Municipal de Acarape, que é um agente penitenciário.

Parto agora para o segundo eixo, em que analiso a fala dos entrevistados que sugerem esforços de reforma na administração municipal para atender a demanda de políticas em segurança pública. O total de falas classificáveis neste eixo são 11, sendo 9 do representante executivo e 2 do legislativo. Essas duas situações de fala do representante do legislativo classificáveis neste eixo ratificam a importância da criação da Guarda Municipal, pela Lei nº 496 de 01 em julho de 2015, (legislativo-acarape, RAM-10; RAM-11) não acrescentando mais à análise.

O aparelhamento administrativo em segurança pública se deu, propriamente, a partir do ano de 2016, pois segundo o vereador entrevistado, a tentativa de criação de Guarda Municipal na gestão do prefeito Acélio não foi bem sucedida (legislativo-acarape, RAM-10). Assim, a partir de 2016, verifica-se na LOA dotações para uma estrutura administrativa bem definida como a Secretaria Municipal de Segurança Pública composta por Guarda Municipal (GM), Conselhos Gestores (CG) e Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC).

Muito embora essa estrutura esteja registrada documentalmente, as intenções colocadas na LOA parecem não terem sido concretizadas até a data desta entrevista, pois o entrevistado afirma que a gestão municipal não possui órgão colegiado em segurança pública, ou outro qualquer como conselhos comunitários de segurança, por exemplo (executivo-acarape, RAM-05).

Apesar de atualmente existir uma Secretaria de Segurança Pública e a Guarda Municipal, ambas presididas pelo entrevistado, é percebido que a Guarda Municipal tem recebido uma atenção especial e quando se fala por exemplo da estrutura física dessas instituições o entrevistado justifica que a Guarda deve ter um espaço físico maior que o da secretaria porque possui equipamentos operacionais que devem ser armazenados (executivo-acarape, RAM-06).

A guarda municipal é um órgão aplicado ao nível tático-operacional mais que ao nível de planejamento, este que é mais próprio da secretaria. Simbolicamente, essa fala sugere que o investimento em planejamento estratégico participativo das políticas em segurança ocupa um segundo plano nas preocupações imediatas o que, parcialmente, se explica pela urgência da demanda em segurança pública. Entretanto, os manuais examinados recomendam que o planejamento estratégico participativo e a visão sobre o processo sejam perseguidos prioritariamente para se aumentar as chances de garantir melhores resultados às políticas municipais de segurança pública.

Nas falas registradas do entrevistado, percebe-se também que não há uma integração entre a Guarda Municipal e as instituições estaduais de segurança pública no processo de formulação de políticas para Acarape ou o Território Unilab, embora sejam registradas falas em que a GM aparece como um apoio à ações da PM, inclusive em ações de enfrentamento à violência contra a mulher (executivo-acarape, RAM-04).

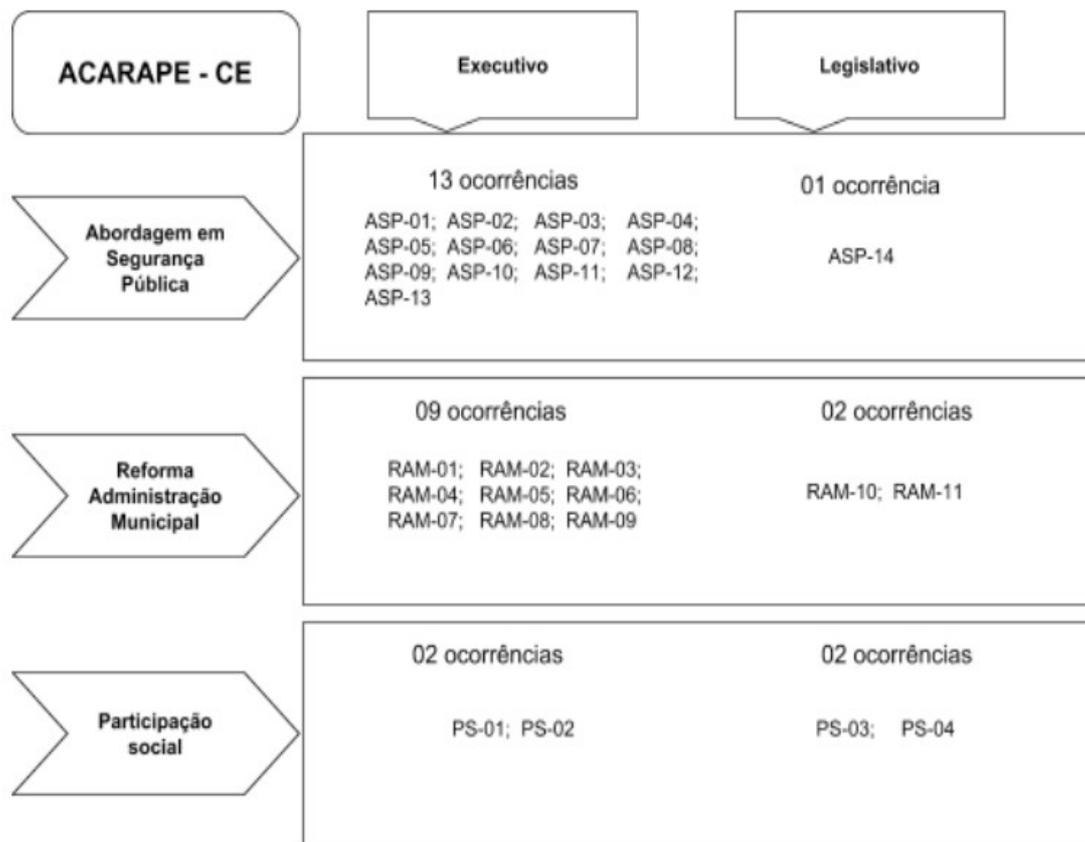
Além dessas situações de apoio, os poucos registros que mostram uma aproximação entre essas instituições referem-se ao uso de estatísticas, o que em si não significa absolutamente nada em termos de *parceria, cooperação e integração institucional*, pois essas estatísticas são públicas (executivo-acarape, RAM-04).

Outro elemento registrado é que as ações desenvolvidas em segurança fundamentam-se em registros da GM, que é vista como os olhos da gestão municipal no território (executivo-acarape, RAM-03), além de PM e PC. (executivo-acarape, RAM-04) Esse resumido quadro de informações não devem ser considerados como pesquisa diagnóstica porque é uma peculiaridade que registros de violência e crimes sejam subnotificados.

Figura 28: Representação da frequência de falas por categoria analítica para entrevistas em Acarape (CE)<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup>A transcrição da entrevista devidamente codificadas está disponível nos apêndices.



Fonte: O Autor (2018)

A categoria Participação social, tão recomendada na literatura técnico-científica consultada, aparece 4 (quatro) vezes na fala dos entrevistados, sendo 2 (duas) para cada representante de poder. O representante do executivo fala que a participação da sociedade se dá pelos registros de denúncias, críticas e sugestões feitas aos guardas municipais (executivo-acarape, PS-01; PS-02). Enquanto que o representante do legislativo afirma ter havido uma audiência pública sobre segurança pública no período estudado (legislativo-acarape, PS-03; PS-04).

É notória a boa vontade de se mostrar aberto à participação social nas falas de ambos entrevistados, entretanto falta evidência empírica da efetiva participação social nos processos de formulação das políticas municipais de segurança porque não há arranjos institucionais pensados para atender a pluralidade de atores sociais demandantes de maior sensação de segurança pública. E o que se tem em termos de participação é uma única audiência pública sobre segurança no período estudado e os registros de ocorrência da GM que ocasionalmente pode contar com sugestões, críticas propostas, dentre outros.

Atentando ao quadro-resumo das contribuições teóricas e para a análise de conteúdo produzida sintetizada na figura 28, o diagnóstico que se tem da atuação

municipal em segurança pública na cidade de Acarape é que há esforços notórios muito embora estejam seriamente comprometidos ao descrédito a médio e longo prazo, a menos que a experiência internacional e nacional discutida nos manuais analisados esteja equivocada.

## **4.2 O que dizem os dados institucionais para Redenção?**

A cidade de Redenção apresenta um perfil muito distinto do de Acarape quando o assunto é política municipal de segurança pública. Os registros documentais do período estudado revelam que não há dotação orçamentária para segurança pública na lei orçamentária deste município o que implica na inexistência dessas políticas. Assim coube-me buscar documentos que evidenciasse alguma intervenção do município no tema. Encontrei um registro de ata de audiência pública realizada em 17 de setembro de 2011 em que se discutiu o estado de segurança pública no município.

Sem dificuldade, percebe-se que as 14 (catorze) autoridades que se pronunciaram apresentaram uma queixa generalizada ao estado de insegurança pública vivido em Redenção, mostrando argumentos diversos que incluem crescente uso de drogas, família desestruturada, banalização da vida humana dada a sensação de impunidade agravada pela lentidão do processo criminal (CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, 2011).

Apesar desse clima de insegurança pública e a relevância deste debate, a população não se fez efetiva na presença ou na fala, pois há registros que lamentam a pouca presença da população e também não há registro algum de participante que não seja autoridade (prefeito, vereadores, militares, secretários, outros) (CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, 2011).

Na fala dessas autoridades, as propostas mais recorrentes para controle da violência e da criminalidade foram: investimento em infraestrutura policial (instauração de delegacia em Acarape, compra de viaturas, de armamentos e de moto Falcon, ideal para subir serras); e, investimento em efetivo policial (concurso público) (CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, 2011).

Em meio às falas, também fica evidente a disputa simbólica do papel do município em relação à segurança pública. Algumas falas evidenciam que ele deve se posicionar politicamente pressionando o governo estadual por mais investimento em segurança, não cabendo ao município maior intervenção. Outros elogiam a criação de um órgão destinado à mediação de conflitos em Redenção, ressaltam o apoio financeiro do município para alimentação de policiais, além de sugerir a criação de uma Guarda

Municipal (CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO, 2011). Essas proposições revelam a compreensão ambígua que as autoridades têm das atribuições que podem ser assumidas pela gestão municipal em matéria de segurança pública.

Essas narrativas chamam atenção quando comparadas aos resultados da análise de conteúdo das entrevistas realizadas em 2017. Considerando o referencial teórico adotado, produzo a representação da frequência de falas por categoria analítica repetindo o procedimento metodológico usado para análise das entrevistas às autoridades acarapenses. Começando a análise das entrevistas pela categoria “Abordagem em Segurança Pública”, verifico 10 registros de falas classificáveis nessa categoria, sendo 8 para o executivo e 02 para o legislativo.

Os registros evidenciam que o entendimento da gestão municipal sobre política de segurança pública refere-se basicamente às políticas sociais (como cultura, esporte, educação) destinadas, particularmente, para jovens. (executivo-redenção, ASP-02; ASP-05; ASP-06; ASP-08) Em fato, essa compreensão de política de segurança pública parece ignorar que o impacto das políticas sociais na segurança são externalidades advindas da natureza transversal das políticas sociais e que estas não devem ser confundidas com política de segurança pública, pois não tem como objeto a redução da violência ou da criminalidade, propriamente dito.

Continuando a sua fala, o representante afirma que a atuação da gestão municipal em segurança pública se dá através de reivindicações de melhoria das condições de trabalho para o efetivo policial local, por exemplo, solicitando viaturas ao governo estadual. (executivo-redencao, ASP-04) Nesse mesmo sentido, também se posiciona o representante do legislativo que afirma pleitear o reconhecimento por promoção dos policiais que se destacam na prestação de serviços. (executivo-redencao, ASP-09; ASP-10)

Quanto à segunda categoria analítica, Reforma na Administração Municipal, percebe-se que não há dotação orçamentária para a segurança pública o que implica na inexistência de inovação institucional no campo da segurança. (executivo-redencao, RAM-04) Muito embora, devo destacar que existe um órgão de segurança viária responsável pela fiscalização da ordem no trânsito funcionando efetivamente desde 2017, o Demutran (Departamento Municipal de Trânsito). (executivo-redencao, RAM-05)

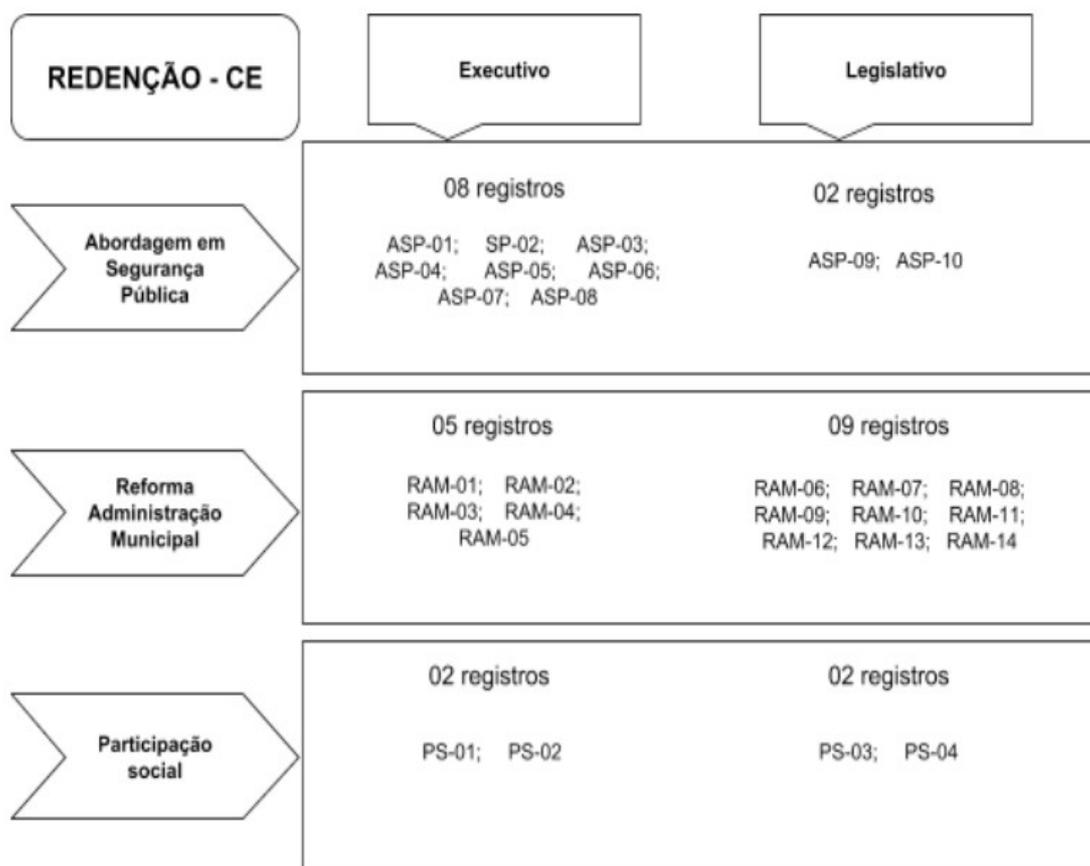
O representante do legislativo foi contundente, afirmando que o investimento municipal em segurança somente seria viável se o município conseguisse honrar com suas obrigações fundamentais, a saber, educação e saúde. (executivo-redencao, RAM-06; RAM-07; RAM-08) Também afirmou que o município já cumpre uma agenda em

segurança pública com as ações do Conselho Tutelar que trabalha na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente. (legislativo-redencao, RAM-12; RAM-13)

Encerrando a análise de conteúdo, parto para as falas classificáveis na categoria “Participação Social”. Percebo que o representante do executivo pouco falou a respeito da mobilização social referente à segurança pública e afirma que, desde 2015 - ano que assume o cargo de procurador do município, não tivera sido acionado pela população para tratar do tema. Entretanto, não ignora que possa ter havido discussões públicas que tenham lhe escapado o conhecimento. (executivo-redencao, PS-01; PS-02)

O representante legislativo, por sua vez, aponta a realização de uma audiência pública sobre segurança realizada em 2011, a propósito já analisada na parte inicial desta seção. E como foi verificado nos registros da ata, apesar da sensibilidade do tema houve pouca participação da população. (legislativo-redencao, PS-03; PS-04)

Figura 29: Representação da frequência de falas por categoria analítica para entrevistas em Redenção (CE)<sup>22</sup>



Atentando ao quadro-resumo das contribuições teóricas e para a análise de conteúdo produzida sintetizada na figura 29, o diagnóstico que se tem da atuação

<sup>22</sup> A transcrição da entrevista devidamente codificadas está disponível nos apêndices.

municipal em segurança pública na cidade de Redenção é que:

- a abordagem dada à segurança pública é meramente tangencial, na qual a gestão municipal reconhece uma suposta exclusividade do governo estadual em matéria de segurança pública e participa apresentando demandas e solicitando ajuda;

- Por conseguinte, inexistem órgãos administrativos para combate à violência e à criminalidade. Embora se tenha afirmado que o Conselho Tutelar ajude na recuperação de jovens infratores, este órgão é um importante equipamento público num arranjo institucional de segurança pública, mas não deve ser associado ao objetivo de controle da violência e da criminalidade;

Encerro destacando a compreensão ambígua dos representantes municipais dada ao que seja política municipal de segurança pública em que deixam a entender que o investimento em políticas sociais (de saúde, cultura, lazer, educação) signifiquem combate a violência e a criminalidade no território. Essa noção ignora que o alvo dessas políticas sociais não é o combate à violência e à criminalidade, embora possam gerar externalidades que podem impactar indicadores de segurança.

## 5. Discussão dos resultados

A análise produzida sugere que os municípios possuem diferentes compreensões da atribuição do município em relação à segurança pública, o que também pode ser ilustrativo para compreensão do que se passa noutros municípios brasileiros. É pedagógico pensar que esta análise seja útil não somente para interessados em segurança pública, mas inclusive para pensar o rigor técnico-científico da formulação de políticas na gestão pública municipal.

Conforme analisado, mesmo quando num dos municípios se verificou políticas municipais em segurança, elas se alargavam bastante das recomendações em literatura nacional e internacional que examinou as boas práticas municipais em segurança pública. Este exemplo é sugestivo de um baixo nível de capacitação técnica em processos de formulação de políticas.

Por conseguinte, os resultados sugerem que toda ação em política municipal de segurança desenvolvida em Acarape, se dá apenas por empirismo e subjetivismo das autoridades responsáveis. É bom que se diga que a empiria e a subjetividade possuem um valor inestimável na construção criativa de estratégias de soluções, todavia elas são insuficientes *per si* para fundamentar o exercício complexo de formulação de políticas

públicas, fazendo-se necessário estudos diagnósticos detalhados sem os quais qualquer política pode ser reduzida a resultados de curto e curtíssimo prazos.

Quanto aos resultados da cidade de Redenção, a aparente ambiguidade como é tratada a política municipal de segurança já sugere pouca domínio teórico no tema e revela a tradição do município que é de não agir nessa seara, a não ser da forma que a sua tradição política lhe orienta que é pressionando politicamente o governo estadual por melhorias de aparato policial e promoção de militares.

Também é importante que se perceba que ambos os municípios têm uma capacidade de governança (DROR, 1999) seriamente comprometida pela infiltração de várias gangues do crime organizado em seu território, particularmente Redenção onde há disputa territorial de três gangues, como já discutido no capítulo um. E uma intervenção municipal em segurança pública nesta cidade requererá muita vontade política e ainda maior capacitação técnica para inovar institucionalmente. Atualmente, esses dois parecem em falta, tendo em vista que se mantém as alegações que é dever do governo estadual agir em segurança pública e a confusão conceitual feita pelas autoridades entrevistadas.

Apesar da tímida demonstração de participação desses municípios na agenda da segurança pública, acredito que os gestores públicos dessas cidades participarão mais propositiva e qualificadamente na segurança pública à medida que esta e outras pesquisas diagnósticas apresentarem pistas de como o município pode assumir o risco político na agenda da segurança pública.

## **6. Considerações**

Este capítulo encerra a triangulação de dados pretendida para compreensão do estado da segurança pública nos municípios cearenses (Acarape e Redenção). A principal limitação que pode ser levantada para este capítulo está relacionada a dificuldade de efetivação da política de transparência dos dados públicos nas cidades o que implicou em grande desafio na fase de levantamento de dados.

Contudo, acredito que os desafios metodológicos não impediram de atender ao objetivo do capítulo que foi o de identificar os arranjos institucionais relativos ao campo da segurança pública. Verificou-se que em ambos municípios não possuem arranjos institucionais em segurança pública e que intervêm de forma ainda modesta e largamente influenciada pelo empirismo e subjetivismo das autoridades municipais.

Evidente que essa postura tímida da gestão municipal frente ao tema da segurança pública tem fortes razões históricas, as quais tratei na seção 3 deste capítulo em que apresento o monopólio ideológico das autoridades militares na Assembléia Nacional Constituinte que cerceou o debate e impediu que fosse instituída uma reforma em segurança pública em que o município tivesse maior importância no combate a violência e à criminalidade.

Embora a partir de 2009 venha se assentando nas narrativas a importância da participação dos municípios na segurança pública, há muito o que se discutir em termos de como será essa participação, pois reproduzir a nível municipal os vícios de instituições estaduais não parece ser o melhor investimento público. Assim, este capítulo lançou condições para entender a importância de uma intervenção qualificada da gestão municipal no campo da segurança pública conservando o capital político do gestor municipal.

## **VI - O RESUMO DA ARTE: considerações finais**

Este estudo exploratório foi produzido segundo a concepção de que o município, como ente federativo responsável pela gestão das cidades, possui um papel estratégico na produção de informações que sirvam à gestão da segurança no seu território.

Como vimos ao longo dos capítulos, todos os recursos tecnológicos utilizados nas análises são gratuitos (Google Earth Pro, QGIS, R, RStudio), o que minimiza os efeitos da recorrente narrativa evasiva de se justificar a omissão do município por causa da falta de recursos. Também vimos que são procedimentos simples e confiáveis segundo demonstrado nas fundamentações teóricas.

Embora se tenha buscado ser diagnóstico e propositivo, essa pesquisa não toca em algumas centralidades da pesquisa em políticas de segurança como por exemplo o “financiamento dessas política públicas” e a “economia do crime”. Enfatizar esses aspectos no território estudado é uma atribuição de futuras investigações.

Insisto que a complexidade do tema Segurança Pública exige pesquisas com desenhos metodológicos ousados, por isso recomendo que as pesquisas, seja qual for a sua perspectiva (sociológica, organizacional ou outra qualquer), se deem por triangulação de coleta e de análise o que pode garantir resultados ainda mais consistentes.

Finalizo dizendo que as cidades de Acarape e Redenção podem ser consideradas como um laboratório de estudos profícuos em segurança pública por sua característica única de sediar uma universidade de integração internacional, voltada para afirmação histórica da herança cultural do povo negro, o que provavelmente implica em tensões multiculturais que precisam ser melhor compreendidas e percebidas suas potenciais relações com as manifestações de violência, especialmente aquelas de ódio, como o racismo e xenofobia.

## VII - REFERÊNCIAS

ABRANTES, Carla Susana Alem; ALVES, Gerson dos Santos; AMONA, Dingana Paulo Faia; BEIA, Natividade Maria; FRANCISCO, André António; GOMES, Cristiane Freire; GOMES, Peti Mama; LEMOS, Kaio; SILVA, Anne Caroline Santos; SILVA, Antonio Gislailson Delfino da; SILVA, Mona Lisa da; SILVA, Domingas da; TÉ, Antonio Abipinté; TÉ, Didier; UCHOA, Antonio Carlos Vieira de Freitas; UNA, Suraya Crato. **UM TEXTO ACADÊMICO PARA UMA AÇÃO POLÍTICA: A Unilab e os episódios de violência em Redenção e Acarape**. Acarape (CE): Unilab, 2017. Acesso em 22 Maio 2017.

ADORNO, S. **Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate**. In: CEM. Travessia: revista do imigrante. São Paulo. Ano V, nº 13, mai/agosto 1992, p. 18-26

ADORNO, S. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 84-135, jul.-dez. 2002. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a05.pdf>. Acesso em:1.dez.2009.

ADORNO, Sérgio. **Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 129-153, out. 1999 (editado em fev. 2000)

ALLAIRE, JJ ; WICKHAM, Hadley; USHEY, Kevin; RITCHIE, Gary. **rstudioapi: Safely**. Acesso em RStudio API. R package version 0.7. <https://CRAN.R-project.org/package=rstudioapi>. 2017

AQUINO, Jakson. **DataEntry: Make it Easier to Enter Questionnaire Data**. R package version 0.9-3. <https://CRAN.R-project.org/package=DataEntry>. 2017

BACKES, Ana Luiza (org.). **Audiências públicas na assembléia nacional constituinte: a sociedade na tribuna**. Brasília: Edições Câmara, 2009, p. 263 – 282

BALESTRERI, R. **Políticas Públicas de Segurança no Brasil: A Construção de um Modelo Inteligente.** Disponível em: <<http://www.conseg.sp.gov.br/DownloadMidia.ashx?ID=40>> Acesso em: 15 ago. 2017

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Os custos do crime e da violência: novas evidências e constatações na América Latina e Caribe.** New York (EUA): Banco interamericano de desenvolvimento - BID, 2017

BANCO MUNDIAL (BM). **Prevenção comunitária do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina: um guia de recursos para municípios.** São Paulo: Banco Mundial; 2003

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, João Paulo Pereira; PAIVA, L. F. ; RODRIGUES, J. S. ; LEONARDO, C. S.; SILVA, D. B. . **'Pacificação' nas Periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza.** Revista de Psicologia da UFC, v. 9, p. 115-126, 2018.

BATELLA, W.; DINIZ, A. M. A.; TEIXEIRA, A. P.. **Explorando os determinantes da geografia do crime nas cidades médias mineiras.** Revista de Biologia e Ciências da Terra, v. 8, p. 21-31, n. 2008

BEATO, F. C. **Determinantes da Criminalidade em Minas Gerais.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 13, n. 37, p. 74-89, jun. 1998. Disponível em : [http://www.crisp.ufmg.br/art\\_det\\_crim\\_mg.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/art_det_crim_mg.pdf). Acesso em : 1.dez.2009

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al . **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã.** São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 1, p. 119-131, Mar. 2004 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 Jan. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000100015>.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz et al . **A transição de uma polícia de controle para**

**uma polícia cidadã.** São Paulo Perspec., São Paulo , v. 18, n. 1, p. 119-131, Mar. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 22 Abril 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000100015>.

BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades dos campos.** Exposição feita na École Normale Supérieure, em novembro de 1976, para um grupo de filólogos e historiadores da literatura. Extraído de: Bourdieu, Pierre. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 89-94. 1983. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/88886722/Algumas-Propriedades-Dos-Campos-Pierre-Bourdieu> Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

BRASIL. República Federativa. **Indicadores: orientações básicas aplicadas à gestão pública.** Brasília (DF): Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: <[http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores\\_orientacoes\\_basicas\\_aplicadas\\_a\\_gestao\\_publica.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf)> Acesso em 23 de dez. De 2017

CAFRUNE, M. E. **O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos.** Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, 4(1), 185-206. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/325/169>

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros : crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo : USP, 2000. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3403383/mod\\_resource/content/1/Teresa%20Caldeira%20-%20Cidade%20de%20Muros%20%28Parte%20III%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3403383/mod_resource/content/1/Teresa%20Caldeira%20-%20Cidade%20de%20Muros%20%28Parte%20III%29.pdf) Acessado em 13 jan. 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO (CMR). Ata da audiência pública da câmara municipal de redenção (Ce). 2011. Rua Marechal Deodoro, nº. 05, CEP 62790-000, Fone (85) 3332-1310

CARDIA, N.; ADORNO; S. & POLETO, F. **Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 43-73. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a04v1747.pdf>. Acesso em : 1.dez.2009.

CARVALHO, Vilobaldo e SILVA, Maria de Fátima. **“Política de Segurança Pública no Brasil: Avanços, Limites e Desafios”**. Revista Katálysis, vol. 14, nº 01, pp. 59-67. 2011

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. & CARVALHO, A. X. de. 2005. **O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro(RJ): IPEA, n. 1144, p. 1-30. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1144.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1144.pdf)> Acesso em : 13.jan.2018.

CERVI, E. U. **Métodos quantitativos aplicados às ciências sociais**. Curitiba. 2012 Disponível em: <[https://blogempublico.files.wordpress.com/2013/02/2009\\_cap\\_metquantitativo\\_uepg.pdf](https://blogempublico.files.wordpress.com/2013/02/2009_cap_metquantitativo_uepg.pdf)> Acesso em: 13 out. 2017

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE). Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias; Documento Final**. Brasília, DF: MEC, 2010

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (CONSEG). Brasília, DF. Relatório final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Brasília, DF: MJ, 2009

COSTA, IF., e BALESTRERI, R. B. (Orgs.) **Segurança pública no Brasil: um campo de desafios**. Salvador: EDUFBA, 2010, 143 p. ISBN 978-85-232-1232-2.

DANCEY, C. P.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. Tradução Lorí Viali. Porto Alegre: Artmed, 2006

DANTAS, R. L.; ANDRADE, V. L.. **Militares e Segurança Pública: Uma História da Constituinte de 1987-1988**. 2014, (Apresentação de Trabalho/Congresso)

DENZIN, N. K. **The research act: A theoretical orientation to sociological methods** (2nd ed.). New York: McGraw-Hill, 1978

DINIZ, A. M. A. & BATELLA, W. B. **Abordagens espaciais no estudo da criminalidade violenta nas cidades médias mineiras.** In: Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, Uberlândia. Anais, Uberlândia, p. 1-13, 2006.

DROR, Yehezkel. **A capacidade para governar:** informe ao clube de roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: Fundap, 1999

DUARTE, R. **“Interviews in qualitative research”.** Revista Educar, n.24, p. 213-225. 2004 Disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewFile/2216/1859>. Acesso em 13 de out. 2017

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Tradução: Paulo Neves. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007

FERREIRA, H.; MARCIAL, E.; ALENCAR, J. **Resultados preliminares do projeto “A segurança pública no Brasil: uma visão prospectiva.** Rio de Janeiro (RJ): IPEA, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6790>> Acesso em: 20 set. 2017

FERREIRA, L. H. C. **Avaliando Resultados de Ações de Segurança Pública.** Revista Brasileira de Ciências Policiais. Brasília, v. 6, n. 1, p. 117-140, jan/jun 2015.

FGV. **Relatório ICJBrasil: 1º semestre 2017.** Rio de Janeiro (RJ): FGV Direito SP, 2017 Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19034>> Acesso em 01 jan de 2018

FONTOURA, Natalia O.; RIVERO, Patricia S.; RODRIGUES, Rute I. **Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas.** Rio de Janeiro (RJ): IPEA, v. 3, p. 135-196, n. 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Construção de uma nova narrativa democrática para a segurança pública: relatório.** São Paulo, jun. 2016. Disponível em: [http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP\\_Construcao\\_nova\\_narrativa\\_democratica\\_seguran%C3%A7a%20\\_2016.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/FBSP_Construcao_nova_narrativa_democratica_seguran%C3%A7a%20_2016.pdf) Acesso em: 13 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Índice de segurança pública.** São Paulo (SP): FBSP, DATAFOLHA, 2017. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/11/FBSP\\_Indice\\_FBSP\\_Datafolha\\_Efetividade\\_Seguranca\\_Publica\\_2017\\_Apresentacao.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/11/FBSP_Indice_FBSP_Datafolha_Efetividade_Seguranca_Publica_2017_Apresentacao.pdf)> Acesso em 24 de set, 2017

FREITAS, A. J. L. de; SALES, T. B. **Alguns territórios em Sobral: o imaginário da violência e do medo (2014-2016).** XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Disponível em: <[www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0237-1.pdf](http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0237-1.pdf)> Acessado às 22h30

\_\_\_\_\_. **Do pensamento à realidade: a construção dos territórios da violência em Sobral.** XI Encontro Regional Nordeste de História Oral. Ficção e Poder: Oralidade, imagem e escrita. Disponível em: <[www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0237-1.pdf](http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0237-1.pdf)> Acessado às 22h15

\_\_\_\_\_. **TERRITÓRIOS DA VIOLÊNCIA EM SOBRAL: a especulação imobiliária e o consumo na construção do espaço urbano.** Anais do III Seminário Regional Comércio, Consumo e Cultura nas Cidades. ISSN: 2318-048X. Disponível em: <<http://srccc.com.br>> Acessado às 22h00

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GOMES, C. A. C. **Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema.** Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 7, n. 11, p. 57-67, jan. 2005.

GOMES, Ricardo Corrêa; LEAL, Ana Carolina dos Santos; ASSIS, Vitória Ambrósio. **Indicadores para Avaliar o Desempenho de Prefeituras Municipais.** Tecnologias de Administração e Contabilidade - TAC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, pp. 1-15, 2013.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C.. **Capacidades estatais e**

**democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas.** in: Capacidades Estatais e Democracia Arranjos Institucionais de Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2014.

GONÇALVES, Ligia Maria Daher. **Política de segurança pública no Brasil na pós-transição democrática: deslocamento em um modelo resistente.** 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-16082011-105157. Acesso em: 2018-03-20.

GONÇALVES, A. F.. **O Conceito de Governança.** In: XIV Congresso Nacional CONPEDI, 2005, Fortaleza. XIV Conpedi 2005. 2005

HARVEY, D. **“O direito à cidade”.** Lutas Sociais nº 29. São Paulo, jul./dez. 2012. p. 73-89.

HOFFMAN-CÂMARA, Rosana. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 6, p. 166-, n. 2013.

HOOD, CHRISTOPHER. **A public management for all seasons?.** 1991 In: SILVESTRE, H. C. S. Gestão Pública: modelos de prestação no serviço público. Lisboa (PT): escolar editora, 2010

HUGUES, P. J. A. **Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo : referências para a formulação de políticas públicas.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 93-102, out.-dez. 2004. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n4/a11v18n4.pdf>. Acesso em : 13.jan.2018

IGARAPÉ. **A percepção de crianças e adolescentes sobre a segurança e a violência: a aplicação do índice de segurança da criança em uma escola.** Rio de Janeiro (RJ): Igarapé, 2017. Disponível em <[https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/06/AE-26\\_CSI-SP\\_02-06.pdf](https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/06/AE-26_CSI-SP_02-06.pdf)> Acesso em 01 jan de 2018

ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL. Rio de Janeiro (RJ): IBOPE, 2015. Disponível

em: <[www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics\\_brasil.pdf](http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf)> Acesso em: 20 abril 2017

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). **Índice de desenvolvimento municipal (IDM): Ceará, 2016.** Governo do Estado do Ceará: IPECE, 2016. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/indice-de-desenvolvimento-municipal>> Acesso em 23 de set. 2017

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (IPEA). **A função social da propriedade e o direito à cidade: teoria e prática atual.** Texto para discussão 2282. Brasília (DF): IPEA, 2017. Disponível em:<[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7651/1/td\\_2282.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7651/1/td_2282.pdf)> Acesso em: 11 de nov. 2017

\_\_\_\_\_. **Sistemas de indicadores de percepção social – SIPS: Segurança pública.** Brasília (DF): IPEA, 2012

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2001.

JORGE, M. A.; MENESES, N. S. **Elaboração de índices municipais de desenvolvimento socioeconômico no Brasil.** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos.** São Paulo: Editora 34, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5ª ed. São Paulo Atlas, 2003

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo (SP): Centauro, 2001.

LIMA NETO, Joaquim Soares; VIEIRA, Thiago Augusto. **A estratégia de prevenção do crime através do desenho urbano.** Ordem Pública e Defesa Social, Florianópolis: ACORS, v.3, n.1, p. 55-77, 2014.

LIMA, M. C.; XIMENES, R.; SOUZA, E.; LUNA, C. & ALBUQUERQUE, M. F. 2005. **Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 176-182, abr. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n2/24039.pdf>> Acesso em : 1.dez.2009.

LIMA, P. V. P. S.; SOUSA, J. S.; ARAUJO SOBRINHO, A. M.; FAUSTINO, J. C. S.; CASIMIRO FILHO, F.. **Gestão municipal da segurança pública: responsabilidade dos municípios no combate à violência**. Revista de Políticas Públicas, v. 18, p. 399-414, 2014.

LIMA, R. S. de. 2000. **Conflitos sociais e criminalidade urbana: uma análise dos homicídios cometidos no município de São Paulo**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo

LIMA, W. G.. **Política pública: discussão de conceitos**. Interface (Porto Nacional), v. 1, p. 49-54, n. 2012.

LIRA, Pablo Silva. **Geografia do crime e arquitetura do medo [recurso eletrônico] : uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas**. 2. ed. - Rio de Janeiro (RJ): Letra Capital : Observatório das Metrôpoles, 2017

LOPES, J. T.; NOGUEIRA, R. S. **Mapeamento de risco de furtos e roubos na zona urbana do município de Redenção-Ce**. In: III Semana Universitária, 2016, Redenção. Anais da Semana Universitária. 2016

LOPES, Julimar Trajano. **Tecnologia social como estratégia para o desenvolvimento local: uma análise do projeto Rosal da Liberdade**. Monografia do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. UNILAB: Redenção, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/473/1/Julimar%20Trajano%20Lopes.pdf>> Acesso em: 1.dez.2017

MADEIRA, Lígia Mori; RODRIGUES, Alexandre Ben. **Novas bases para as políticas**

**públicas de segurança no Brasil a partir das práticas do governo federal no período 2003-2011.** Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 49, n. 1, p. 3-22, Feb. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122015000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122015000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 14 Maio 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-76121702>.

MARICATO, E. 2000. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 21-33, out.-dez. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf>. Acesso em : 1.dez.2009.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Ensaio sobre Segurança Cidadã.** São Paulo: Quartier Latin/FAPESP, 2011

\_\_\_\_\_. **Os municípios e a segurança pública.** In: Ensaio sobre segurança cidadã. São Paulo: Quartier Latin; Fapesp, 2011.

\_\_\_\_\_. **Políticas municipais de segurança cidadã: problemas e soluções.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006 (Cadernos Análises e Propostas).

NASCIMENTO, D. C.; FENELON, J. S. ; NASCIMENTO, M. I. T. ; SOUZA, P. P. ; COSTA, J. C.; MENEZES, E. O. ; ROCHA, G. A. **A violência urbana e sua influência na arquitetura das residências de classe média: O caso de Juazeiro do Norte/CE.** In: VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ENANPPAS, 2012, Belém - PA. Anais do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - Recurso Eletrônico. Belém - PA: NAEA, 2012.

PAZINATO, Eduardo; KERBER, Aline; DAL SANTO, Rafael. **Observatório de Segurança Pública de Canoas: contribuições à gestão pública municipal da segurança.** Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso), v. 13, p. 77-92, 2013.

PETTIGREW, A. **Longitudinal field research on change: Theory and practice.** Paper presented at the National Science Foundation Conference on Longitudinal Research Methods in Organizations, Austin. 1988. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Andrew\\_Pettigrew/publication/224952200\\_Longitudinal\\_Field\\_Res](https://www.researchgate.net/profile/Andrew_Pettigrew/publication/224952200_Longitudinal_Field_Res)

[earch on Change Theory and Practice/links/54dc82aa0cf2a7769d965d7c.pdf](http://earch.on Change Theory and Practice/links/54dc82aa0cf2a7769d965d7c.pdf) Acesso em 23 de agos. de 2017

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>> Acesso em 23 de jan de 2018

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2010. Projeto de lei nº. 472/2009, de 30 de setembro de 2009. Gestão José Acélio Paulino de Freitas. Prefeitura Municipal de Acarape (CE), Rua José Moreira, s/n, Centro, Acarape, Ceará, CEP 62785-000, Fone: (85) 3373-1276

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2011. Projeto de lei nº. 490/2010, de 30 de setembro de 2010. Gestão José Acélio Paulino de Freitas. Prefeitura Municipal de Acarape (CE), Rua José Moreira, s/n, Centro, Acarape, Ceará, CEP 62785-000, Fone: (85) 3373-1276

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2012. Projeto de lei nº. 12/2011, de 30 de setembro de 2011. Gestão José Acélio Paulino de Freitas. Prefeitura Municipal de Acarape (CE), Rua José Moreira, s/n, Centro, Acarape, Ceará, CEP 62785-000, Fone: (85) 3373-1276

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA 2013. Projeto de lei nº. 448/2012, de 14 de novembro de 2012. Gestão José Acélio Paulino de Freitas. Prefeitura Municipal de Acarape (CE), Rua José Moreira, s/n, Centro, Acarape, Ceará, CEP 62785-000, Fone: (85) 3373-1276

ORÇAMENTO PROGRAMA CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO DE 2016. Prefeitura Municipal de Acarape (CE), Rua José Moreira, s/n, Centro, Acarape, Ceará, CEP 62785-000, Fone: (85) 3373-1276

QUEIROZ, I. S. **Espacialidades do medo em Fortaleza.** Revista da Casa da Geografia de Sobral, Sobral, v. 2/3, p. 33-43, 2001.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee G. C. **Segurança Pública: um desafio para os municípios brasileiros.** Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, v. 1, n. 1, p. 102-119

SANTAGADA, Salvatore. **Indicadores Sociais: uma primeira abordagem histórica.** In: Pensamento Plural, Pelotas n. 01, p. 113–142, julho-dezembro de 2007. . Acesso em 15/10/2017.

SANTOS, S. **Homicídios em Porto Alegre, 1996: análise ecológica de sua distribuição e contexto socioespacial.** Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1999.

SCALON, C. **Justiça como igualdade? A percepção da elite e o povo brasileiro.** Sociologias, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p.126-149, jun./dez. 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222007000200007>.

SCANDAR, Wadih João ; JANNUZZI, P. de M.; SILVA, P.L.N. **Sistema de Indicadores ou Indicadores sintéticos: do que precisam os gestores públicos.** Bahia Análise & Dados, v. 1, p. 1191-1201, 2008.

SCANDAR, Wadih João. **Síntese que organiza o olhar: uma proposta para construção e representação de indicadores de desenvolvimento sustentável e sua aplicação para os municípios fluminenses.** Dissertação. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Ciências estatísticas, 2006

Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). **GUIA PARA A PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS.** Brasília: Ministério da Justiça, 2005. Disponível em: <Fonte: [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/guiapreven\\_\\_o2005.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/guiapreven__o2005.pdf)> Acesso em 05 de junho de 2017

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional de vitimização: Sumário executivo SENASP.** São Paulo (SP); DATAFOLHA, CRISP, 2013. Disponível em: <Fonte: [http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario\\_SENASP\\_final.pdf](http://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Sumario_SENASP_final.pdf)> Acesso em 12 08 2017

SEN, A. 2000. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo : Companhia das Letras.

SENTO-SÉ, J. T. (coord.). **Prevenção da violência : o papel das cidades.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Gabriela Galiza e GURGEL, Yara Maria Pereira. **A polícia na Constituição Federal de 1988: apontamentos sobre a manutenção de um órgão militarizado de policiamento e a sua incompatibilidade com a ordem democrática vigente no Brasil.** Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 10, p. 144-158, n. 2016.

SILVA, K. A. **Tipologia dos homicídios consumados e tentados : uma análise sociológica das denúncias oferecidas pelo Ministério Público de Minas Gerais. Comarca de Belo Horizonte – 2003 a 2005.** Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

SILVA, Pedro L. B.; BIASOTO JUNIOR, Geraldo ; GIOVANNI, Geraldo Di ; DACHS, José Norberto . **O Índice DNA Brasil.** Ciência e Cultura (SBPC), v. 58, n.2, p. 4-5, 2006. Disponível em:<<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v58n2/a02v58n2.pdf>> Acesso em 12 de 02 de 2018

SOARES, Luis Eduardo. **Segurança municipal no Brasil: sugestões para uma agenda mínima** In: Sento-Sé, J. T. Prevenção da violência: o papel das cidades. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **Novas políticas de segurança pública** In: Revista Estudos avançados vol.17 n47. São Paulo 2003, Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100005&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000100005&script=sci_arttext)>

\_\_\_\_\_. **Segurança Pública: Presente e Futuro.** Estudos Avançados, v. 20, p. 91-106, 2006.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas.** Atualidades jurídicas, Brasília, n. 1, mar./abr. 2008, p. 47–48. Disponível em: <<http://goo.gl/sNtWa4>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

SOUZA, R. S. R. **Quem comanda a segurança pública no Brasil?: atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública.** Belo Horizonte (MG), Letramento, 2015.

SPANIOL, Marlene Inês. **Políticas municipais de prevenção à violência no Brasil: desafios e experiências no campo da segurança pública.** Porto Alegre: PUCRS, 2016

SULIANO, D. C.; OLIVEIRA, J. L.. **Avaliação do Programa Ronda do Quarteirão na Região Metropolitana de Fortaleza (Ceará).** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 7, p. 52-67, 2013.

TAVARES, M.. **Estatística aplicada à administração.** Universidade Aberta do Brasil: Brasília, 2007.

VASCONCELOS, F. T. R.. **A municipalização da segurança pública em Maracanaú – CE.** Monografia apresentada ao Departamento de Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais. Fortaleza (Ceará): UFC, 2007

VASCONCELOS, F. T. R. **A municipalização da segurança pública em Maracanaú-Ce: desafios em um contexto histórico de violência e fragilidade do poder público.** O PÚBLICO E O PRIVADO (UECE), v. 25, p. 167-186, 2015.

VERGARA, S. C. **Tipos de pesquisa em administração.** FGV. Cadernos EBAP nº 52. junho de 1990. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/12861> Acesso em: 25 de agosto de 2017

XAVIER, Laécio Noronha. **Novas Doutrinas e Política de Segurança Pública.** In: XXI Encontro Nacional do CONPEDI, 2012, Uberlândia. Anais do XXI Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Publica Direito, 2012. v. 1. p. 7259 – 7289

WELLE, B.; LIU, Q.; LI, W.; ADRIAZOLA-STEIL, C.; KING, R.; SARMIENTO, C.; OBELHEIRO, M.. **O desenho das cidades seguras.** 2015. Disponível em: <<http://wribrasil.org.br/sites/default/files/O-Desenho-de-Cidades-Seguras.pdf>> Acesso em 14 de jan 2018

WIEVIORKA, M. **O novo paradigma da violência.** Tempo Social, São Paulo, v. 9, n.

1, p.5-41. 1997. Disponível em :  
<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol09n1/o%20novo.pdf>. Acesso em :  
13.jan..2018.

ZALUAR, A. 1999. **Um debate disperso : violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, jul.-set. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n3/v13n3a01.pdf>. Acesso em 1.dez.2009.

ZAMBENEDETTI, L.; BREDI, F.; LAZAROTTO, C. **Uma análise teórica sobre a relação entre comportamento organizacional, cultura organizacional, inovação e resistência à mudança nas organizações**. PERSPECTIVA, Erechim. v. 40, n.150, p. 15-26, junho/2016

## **VIII - APÊNDICES**

### **CAPÍTULO 1**

Link para acesso aos dados analisados neste capítulo:

<<http://bit.ly/2jTAmgK>>

### **CAPÍTULO 2**

Link de acesso ao instrumento de coleta, base de dados e scripts usados neste capítulo:

<<http://bit.ly/2GfYGSE>>

### **CAPÍTULO 3**

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA (Executivo)**

### **Apresentação:**

Sou nome, graduando, em curso e universidade, Whatsapp, [email](#), e responsável com meus orientadores, a prof. Drª. nome e o prof. Dr. nome, por esta pesquisa que discute o “estado da segurança pública nas cidades de Redenção e Acarape”.

### **Identificação do entrevistado:**

Nome, Cargo, Telefone, E-mail

### **1. Abordagem em Segurança Pública<sup>1</sup>**

1.1 - O que você entende por segurança pública? 1.1.1 - Nessa sua concepção, como o estado deve agir para garantir esse direito?  
1.2 Você acredita que o município deva participar da gestão da segurança pública? 1.2.1 - Se sim, como deve ser essa atuação?

### **2. Reforma na Administração Municipal**

2.1 - O plano de gestão apresentado pelo candidato eleito e atual prefeito continha proposta para segurança pública. Qual é a agenda de políticas de segurança já produzidas e quais previstas?

2.2 - Você conhece o histórico orçamentário do município de Redenção/Acarape de 2010 a 2016?  
2.2.1 - Houve alguma dotação orçamentária na LOA para a segurança pública nesse período?

2.3 - Considerando o período estudado (2010-2016), o município de Redenção/Acarape criou alguma institucionalidade para tratar da segurança pública? 2.3.1 - Institucionalidade como lei, órgão colegiado, órgão da administração pública como secretaria entre outras?

### **3. Participação Social**

3.1 - No período estudado há algum registro de mobilização social através de grupos organizados reivindicando da gestão municipal alguma solução para problemas locais de segurança pública?

<sup>1</sup> Esse eixo não está posto no roteiro para o legislativo porque este Poder não é, essencialmente, um Poder Programador, ou seja, que formula programas de políticas públicas. Entretanto, a noção de segurança pública é identificável nas respostas às questões dos eixos Reforma na administração municipal e Participação social.

## **ROTEIRO DE ENTREVISTA (Legislativo)**

### **Apresentação:**

Sou nome, graduando, em curso e universidade, Whatsapp, [email](#), e responsável com meus orientadores, a prof. Drª. nome e o prof. Dr. nome, por esta pesquisa que discute o “estado da segurança pública nas cidades de Redenção e Acarape”.

### **Identificação do entrevistado:**

Nome, Cargo, Telefone, E-mail

### **1. Reforma na Administração municipal**

1.1 - Dos programas de governo das últimas duas gestões executivas (2009-2012 / 2013-2016), o que se tem de proposta de política de segurança pública? (Exemplo de documento a ser referenciado: programas de governo)

1.2 - Quanto ao Orçamento Público, quanto foi destinado à segurança pública em cada uma das gestões executivas? (Exemplo de documento a ser referenciado: orçamento público)

1.3 - Que iniciativas essa casa tomou em matéria de segurança pública? (Exemplo de documento a ser referenciado: leis, projetos de leis, relatórios de audiência pública, atas de reuniões de comissões, outros.)

### **2. Participação Social**

2.1 - Que tipo de apoio institucional o parlamento tem dado para a sociedade participar da discussão do tema da segurança pública? (Exemplo de documento a ser referenciado: projeto de lei de iniciativa popular, audiência pública, outros)

## **TRANSCRIÇÕES REVISTAS E CODIFICADAS**

## EXECUTIVO - ACARAPE

Q – 1.1

E- **[ASP-01] Na minha visão, a segurança pública é o reflexo perfeito do desenvolvimento de uma sociedade para o bem ou para o mal.** Por exemplo, a sociedade com o passar dos anos ela vai mudando, desenvolvendo o seu caráter. No que diz respeito aos nossos tempos as pessoas estão perdendo o respeito pelos pais, etc..a família está perdendo o controle. A segurança pública, ela é um reflexo disso. **[ASP-02] A segurança pública reflete não só a situação social, mas ela reflete também a situação familiar.** Então, você pode ver que a maioria dos casos de pessoas envolvidas no crime, são pessoas que têm histórico, são pessoas que não tinham regras, a família era desestruturada, os pais não tinham controle, não respeitavam nem pai nem mãe. Então a maioria das pessoas eram assim. **[ASP-03] Às vezes, a gente atribui somente a não ter oportunidade de emprego, não ter estudo.** Mas eu costumo ter contato com criminosos que o cara diz assim “Rapaz, pode me dar o tanto de emprego que quiser macho. Eu não obedeco a ninguém, não tenho horário para sair não tenho horário para chegar nem nada. Ganho melhor que o cara que trabalha. Para quê que eu vou querer trabalhar?” O cara diz desse jeito, mah. Então, **[ASP-04] a gente vê aí que não é só uma questão de oportunidade, às vezes é uma questão de educação, de cultura e de escolha.** Por exemplo, ontem eu estava com um que me disse que ganha R\$ 700,00 por dia, o trabalhador ganha isso num mês. **[ASP-05] Então é assim, uma pessoa dessa não tem intenção nenhuma de ter uma oportunidade de emprego. A verdade é que ele desde criança já foi criada naquele sistema sem regras, sem domínios da sociedade, então a segurança pública ...ela é o reflexo disso. Da desestrutura familiar e não só da falta de oportunidade social.** Aí o município, ele tenta atuar na segurança pública também, por quê? A constituição diz que é dever do Estado. Mas o estado é muito amplo, então assim geograficamente, demograficamente e socialmente falando o estado (governo estadual) é um imensidão para ele sozinho conseguir dominar a segurança pública. A gente tira por aqui por Acarape, nós temos um pelotão de polícia militar que tem em média de 20 a 24 homens e eles não conseguem fazer a segurança de Acarape. Eles têm uma viatura para fazer a segurança, enquanto que a Guarda Municipal consegue dar uma segurança melhor do que eles. **[ASP-06] Quando a Guarda foi pra rua causou até um certo ciúme entre a PM e a Guarda porque quando a Guarda foi pra rua reduziu 87% os roubos e os assaltos que tinha na região central, reduziu mesmo de verdade. A gente tinha 3 por dia, a gente veio a ter 1 a cada 3 meses ou 2 quando a Guarda assumiu a região central.** Mas por quê? Porque eu tenho demográfica e geograficamente uma extensão menor para eu poder trabalhar com a mesma quantidade de homens que ele (governo estadual) tem. Então eu posso fazer essas segurança. Então, o município tem de participar por isso, porque ele tem uma capacidade mais definida de auxiliar na segurança e reduzir a criminalidade. **[ASP-07] Então, também com projetos sociais e políticas públicas porque o município está mais diretamente em contato com as pessoas e a sociedade que o**

**Estado (governo estadual). [ASP-08] A Guarda municipal já existe há mais de 10 anos, só que o trabalho dela na rua com ação preventiva ela começou no período de 2015, ela começou a atuar com mais intensidade na rua. Em 2014, a gente estava se articulando, mas em 2015 ela realmente assumiu esse papel de força auxiliar da segurança pública. [correção para essa fala pois a lei de criação da Guarda Municipal só sai em junho de 2015]**

Q - 1.2

E - A questão da segurança pública é muito complexa porque nem tudo que o gestor pretende fazer ele consegue. Algumas coisas ele consegue impedimento do próprio estado. Mas com relação ao plano de ação para segurança pública... **[ASP-09] a gente tem o quê...foi compromisso de campanha do nosso prefeito a gente trabalhar mais os jovens, voltar para a questão da juventude com ações sociais e para isso já trabalhando na segurança pública. O nosso prefeito investiu mais no esporte. Abriu e ampliou mais o esporte para a juventude. Nós também [ASP-10] reativamos o projeto que a gente tinha com os jovens semelhante aos escoteiros chamado guarda juvenil onde a gente treina os jovens na disciplina, no esporte, então a gente dá todo um treinamento, a gente chama o jovem para perto da gente, ensina sobre lei e legislação. Então aí ele já vai aprendendo sobre lei e hierarquia. A gente já começa o trabalho do plano de ação em segurança pública já aí. Trabalhando o jovem para ele não ser futuramente um criminoso, um adolescente infrator. [ASP-11] Com relação à segurança em si, a atuação da guarda, por exemplo, o prefeito adquiriu uma nova viatura para guarda com uma melhor condição de patrulhar na área rural, com melhor condição de se locomover com maior rapidez. Nós [ASP-12] renovamos os equipamentos da GM, ela se restringia muito a região central por causa do efetivo. A gente já começou a ampliar a GM para ela abranger a zona rural, as localidades. Hoje nós vemos uma atuação da GM mais concentrada no Pau Branco, Tamanduá, Poço escuro, onde as pessoas estavam sofrendo assalto. O plano de gestão a gente fez e estamos implantando pouco a pouco porque nem tudo a gente consegue fazer de uma vez a gente fica de mãos atadas porque a gente tem verbas cortadas do governo federal teve toda questão da crise e o município de Acarape teve de segurar e agir com cautela nesse momento.**

Q – 2.1 a 2.2

E – **[RAM-01] No momento, infelizmente, com essa questão da crise e as prefeituras tendo as verbas reduzidas, todo o nosso plano de segurança está sendo mantido pela prefeitura, então nós não estamos recebendo verbas externas do governo federal que realmente a gente devia receber, mas não estamos ainda por isso o prefeito mantém e a gente quer ampliar mas às vezes a gente sente uma certa restrição mas com certeza a gente já está se programando para ampliar esse trabalho mais. Mas [RAM-02] por enquanto a manutenção, as verbas são todas do Fundo municipal.**

Q – 2.3

E - [Dos equipamentos públicos municipais de gestão de segurança] **[RAM-03] nós temos a GM na rua, e ela além de auxiliar na segurança pública, ela também serve como nossos termômetros, nossos olhos, para avaliar onde a gente precisa aplicar mais a segurança onde a gente precisa melhorar e quais as áreas em Acarape que está ocorrendo maior índice de criminalidade, então a gente tem todo esse aparato. [RAM-04] A gente usa também informações da polícia militar e da polícia civil que recebem ocorrências através de ligações, dos BO's. A gente como tem essa parceria GM-PM-PC, a gente usa essas informações para gente poder formar uma política uma sistemática de trabalho que venha a ajudar a população. Um exemplo, a pouco tempo atrás a gente tinha em Acarape um número assustador de casos de Maria da Penha, então o que mais preocupava aqui em Acarape, em termos de segurança pública, já não era assalto ou roubo a comércio e mercadinho. A GM estava presente e isso reduziu, no entanto, havia um número assustador de chamados por conta da Maria da Penha, de agressão contra mulher no lar e graças a deus essa metodologia vem mudando, a polícia vem fazendo o seu trabalho a GM vem auxiliando. Foram feitos muitos procedimentos, as mulheres foram orientadas a denunciar, a não se submeter a esse tipo de situação. Antigamente era muito, muito comum a gente receber a denúncia e chegar na delegacia a mulher voltava atrás porque é o marido que sustenta é o arrimo de família aí ela continuava submissa a essa situação. [RAM-05] Hoje em dia essa visão foi mudando, os homens já estão temendo um pouco mais agir dessa forma e nós notamos pelas ocorrências da GM e da PM que houve uma redução significativa, acredito que 80% desses chamados. Então a gente usa exatamente essas informações para formar uma estratégia de trabalho. [Aqui a gente tem a GM, conselho comunitário a gente não tem.] A gente criou uma estrutura que ela não se restringe a secretaria, não se restringe ao espaço físico, a gente tem uma pessoa definida para formulação de escala, uma pessoa definida para definição do campo de atuação da equipe, sistemática de trabalho (qual vai ser a postura em cada evento), e a gente utiliza para poder definir esses trabalhos, uma escola de treinamento que fica no Icaraí, já chegando no Cumbucu. Então, a gente usa essa escola de treinamento para definir toda a atuação da Gm. E aí a gente já tem dentro da própria GM, pessoas que assumem funções diferenciadas não se restringindo ao espaço físico, como lhe falei, que são funções de coordenar um grupo específico dentro da guarda, função de escalante, pessoas que é responsável pela presença dos guardas no serviço (pelo horário de entrada e de saída). Então para cada um desses trabalhos, a gente tem pessoas específicas como a gente tem aquela pessoa que assume a responsabilidade, então a gente consegue descentralizar o trabalho de dentro da estrutura secretaria. Até porque nossa intenção hoje é que o prédio secretaria, ele deixe de ser o prédio secretaria. [RAM-06] A gente já estamos no plano da reforma dele, e ele se torne o prédio sede da guarda municipal. Por que? Porque a secretaria pode ser um gabinete apenas. Ela não precisa ser todo um prédio. Mas a GM,**

**sim. Tem a preferência de ter toda uma estrutura um prédio pra ela, até porque a GM dispõe de equipamentos e aí a gente já tem a nossa visão voltada pra isso, pra que aquele prédio deixe de ser o prédio da secretaria e passe a ser a sede exclusiva da GM.** Q5.1. Icarai está numa região litorânea, uma cidade já fora de Fortaleza, onde tem uma escola de treinamento que forma policiais, vigilantes, guardas municipais. Ela formou algumas guardas inclusive a do Eusébio, e ela é uma escola credenciada pela Polícia Federal. Por que a gente vai até o Icarai? Porque a formação da guarda por lei tem que se dá numa instituição credenciada pela polícia federal ou então ela não tem valor. Apesar de você poder contratar pessoas capacitadas que deem o mesmo conhecimento no que diz respeito a certificação não tem valor, tem que ser uma instituição credenciada. Aí lá existe uma instituição credenciada, a gente fez uma parceria e aí é muito mais fácil e o custo muito menor pra gente fazer treinamento e formação de guarda lá, inclusive recentemente a gente fez uma formação de inspetor patrimonial da guarda lá. Fomos formados com toda a grade curricular que exige a secretaria nacional de segurança pública para GM. E o certificado tem valor para Polícia Federal e para o exercício da atividade de guarda municipal. O nome da instituição é a MMA. A gente não teria estrutura suficiente para essa formação, até porque na formação ela inclui além das aulas teóricas, as aulas de técnicas policiais, abordagens, abordagens de veículos, técnicas de imobilização e prática de tiro. **[RAM-07] (A gente tentou fazer a parceria com a academia de polícia do estado), mas com a secretaria de segurança do estado o custo saia muito maior para gente. O que a gente queria era essa parceria, até porque o que a gente pensava antes da gente ir atrás era que o estado era muito mais barato para o município e na verdade não.** Por exemplo, o curso de formação para 30 pessoas na academia da secretaria de segurança pública vai sair em torno de 93 mil reais, e um curso de formação na Mma que tem a mesma certificação e a mesma matéria a gente faz um curso desse no valor de 10 mil reais. Aí de 93 pra 10 mil, e eles justificam lá que pagam os professores e que cada professor ganha num sei quantos mil reais e tem toda a questão da logística, munições que gastam, manutenção de armas, bom...eles tem a alegativa deles para justificar o preço, eu não consegui entender foi a mesma matéria, mesma munição, professor com mesma qualificação e ter uma diferença tão grande. Então a gente optou por fazer o treinamento na MMA e na verdade eu não vi diferença em relação a qualidade do ensino.

Q – 2.3

E - Eu analiso e também o chefe. **[RAM-08] Hoje, a GM está dividida assim: DOE, responsável pelo patrulhamento na região centro-urbana; nós temos o GTR: que é o grupo rural, é a patrulha rural; nós temos o GPE: que é o grupo de proteção e eventos, então esse está destinado a proteção de eventos.** Cada grupo desse, ele tem um coordenador específico. E esse coordenador juntamente comigo analisa esses relatórios e a gente vai ver a diferença e o resultado do trabalho naquela área. Então a gente faz uma análise participativa, e a gente vê se está tendo resultado ou não. Se a gente precisa investir mais no trabalho naquilo e de que forma.

(AQUI EU PEÇO OS REGISTROS DOCUMENTAIS) Eu acredito que sim tanto pelo resultado como pela satisfação da população, eu acredito que se o prefeito tivesse mais recursos ele investia mais ainda porque justifica e vale à pena. Vale à pena quando o cidadão pode caminhar com mais segurança, pode levar seu filho para a praça. Por exemplo, quando eu cheguei aqui, minha primeira visão de Acarape, no meu primeiro dia de trabalho ainda no poder judiciário, no juizado da infância, eu vi dois adolescentes às 21h fumando maconha e usando outros entorpecentes na praça livremente na praça da matriz na frente de todo mundo. As primeiras prisões que a gente fez foi aí na praça da matriz entre as 19h e 21h, de adolescentes. Nós prendemos um que era conhecido como “Lapa” aqui na época, ele tinha 33 trouxinhas de cocaína vendendo assim aos olhos de todo mundo. A população às vezes nem percebe porque não tem o conhecimento da segurança pública, não tem aquela malícia. E às vezes não percebe o que o cara está fazendo, mas a gente que já é acostumado na segurança de longe a gente já percebe. Então a minha visão inicial de Acarape foi essa daí.

Q – 3.1

E – Estudo, pesquisa e leitura com relação à segurança, então eu já tenho uma noção sobre o direcionamento deste trabalho. Mas aqui em Acarape, o que a gente fez? Quando eu cheguei aqui trabalhando com o juizado da infância, a primeira coisa que eu fiz foi ir pra dentro das escolas. Eu me envolvi com as escolas, com o conselho tutelar, a gente criou palestras nas escolas contra as drogas e a favor da educação. Então assim, 2 vezes por semana a gente estava nas escolas de Acarape dando palestra e isso me aproximou dos jovens e essa aproximação fez com que a gente tivesse essas ideias e trabalhasse nesse sentido, aproximação com os jovens com os pais, a gente participou de muitas reuniões de pais e mestres, e aí conversando e no meio das palestras não só falando tem gente que dá palestra e só o palestrante fala, mas nas nossas palestras a gente também ouvia. Então eu parava para ouvir e responder perguntas e aí essa interação fez com que a gente criasse essa metodologia de trabalho. A gente viu a necessidade de não só investir em patrulhamento, não só na prevenção ou repressão mas também no social, principalmente no jovem porque nós percebemos que o alvo principal em Acarape é o jovem. Então de cada crime que acontecia aqui, se houvesse 10 crimes 8 sem dúvida era praticado por adolescente. Então a gente já pensou, já lançou a estratégia de trabalhar com o adolescente no lado social também. **[PS-01] Não dá pra fazer segurança pública sem interagir com a sociedade, na verdade é ela que sabe o real problema da segurança pública porque é ela que está vivendo. É aquela questão que o brasileiro costuma dizer que somente sabe onde o sapato aperta é quem está calçando, então quem sabe o que precisa na favela e o que causa violência na favela é quem está na favela. [PS-02] Registros documentais a gente só tem portarias e alguns relatórios, que são os relatórios de trabalho dos guardas que eles fazem no plantão tanto de reclamações, ocorrências, sugestões e informações que as pessoas dão.** Então a gente usa esses relatórios já pra começar a trabalhar onde quando e como fazer o trabalho. **[RAM-09] O resultado é**

verificado através da avaliação dos relatórios da guarda, então a gente avalia as ocorrências, por exemplo, se agora no início de setembro eu estou avaliando todas as ocorrências relatórios das guardas de agosto e eu vi que a GM tem muito chamado de furto e roubo nas escolas na região do São Benedito, a gente vai fazer estratégia para que a GM façam mais patrulhamento, se faça mais presente. E quando é no final de setembro e começo de outubro, a gente tá analisando de novo os relatórios. Então a gente vê que diminuiu aquele número de arrombamentos, a guarda não teve chamados para aquela situação. Então analisando a gente vê que produziu resultado daquele trabalho dessa mesma forma a gente usa com os trabalhos da guarda. É por isso que eu consegui te dizer que a gente tinha um índice alarmante de violência contra a mulher em Acarape e agora a gente não tem mais. E como eu sei disso? Pelos chamados, as ocorrências da guarda, os procedimentos policiais que foram feitos. Então a gente fazia muito. E hoje em dia a GM municipal recebe quase nenhuma chamada para ir. Então a gente já viu que teve resultado aquelas conversas, orientações, a gente explicar sobre o procedimento policial. E também a própria ação da guarda de fazer a condução pra delegacia, às vezes de solicitar apoio da PM, então produziu resultados que hoje é a redução desses chamados porque não acontece com frequência o crime.

#### LEGISLATIVO - ACARAPE

Q - 1

E - Como eu já lhe falei **[RAM-10] foi implantada um guarda municipal na gestão antiga do prefeito Acélio, que não vigorou e foi extinta, só que foi extinta assim no papel. E hoje nós ainda temos as pessoas concursadas e a função delas é essa guarda municipal. A gestão atual do governo Franklin tinha como proposta de governo criar uma guarda municipal que tinha por finalidade fazer a segurança pública do município junto às comunidades mais distantes da sede do município. Esse projeto vem sendo aperfeiçoado a cada dia que se passa.** Foi formada uma guarda municipal aqui onde a maioria das pessoas é agente público da segurança, como é o exemplo do secretário Elano que é agente público como os outros membros que fazem parte dessa guarda. Você pode me perguntar: Mas no município não tinha pessoas qualificadas? Só que o prefeito teve a preocupação de não direcionar as pessoas do nosso município para enfrentar a criminalidade, ele teve a prudência de resguardar a segurança dos indivíduos de nossa comunidade. Projeto deu certo? Vem dando certo. Graças a Deus a gente vem atendendo as demandas que são corriqueiras do dia a dia referente à segurança pública. MD1.1 EU: QUAL FOI O ANO DE CRIAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL DA GESTÃO FRANKLIN? Janeiro de 2013. **[RAM-11] Nós começamos com uma coisa bem simbólica 2 a 4 homens de moto depois nós conseguimos um veículo e agora Graças a Deus nós conseguimos um veículo melhor.** Então com o passar do tempo a gente vê que só teve melhorias com a implantação dessa

Guarda, [ASP-14] sabemos que a nossa guarda não tem o poder de polícia. Mas a sociedade está mais tranquila apesar de não ter zerado o índice de criminalidade, eu acho muito difícil conseguir porque nem o governo do Estado com toda a estrutura que tem consegue. Mas sem sombra de dúvidas foi um projeto que trouxe muito benefício para nossa sociedade.

Q – 1.2

E - Pegar documentos com a secretaria. PPA, LOA. A Lei de criação da Guarda Municipal pode ser conseguida com Keynes do Gabinete do Executivo se não for conseguida junto a secretaria (Valdelha).

Q – 1.3

E - O Parlamento ele começou a caminhar realmente mais aberto ao povo agora na minha gestão como presidente. [PS-03] **Nós tivemos uma audiência sobre segurança em que foi convidada a sociedade e, agora em 2017 pelo índice de criminalidade que estava tendo na região, a gente expôs isso ao prefeito, a câmara foi em parceira com o prefeito ao representante do governo do Estado na segurança aqui na nossa cidade que é o Major Ferreira.** A gente tivemos uma reunião com ele, esteve presente eu como presidente da casa, o prefeito e um vereador. Nós fizemos uma pauta de demandas que a polícia militar tinha. Essa pauta ficou o major Ferreira de levar até o governador do Estado e trazer o protocolo para que a gente como legislativo e executivo cobrasse dos nossos representantes no governo do estado, os deputados estaduais e assim foi feito. Nós tivemos também depois desse evento lá no quartel, uma audiência pública aqui na casa do povo. Eu acho que está com 2 meses. Em que foram convidadas todas aquelas pessoas que faziam/fazem segurança pública na nossa região. Foi convidado o Major que mandou um sargento como representante da batalhão polícia militar no maciço do Baturité, teve representante da sociedade civil, teve representante do sindicato dos trabalhadores e parlamentares. [PS-04] **Nessa audiência pública, algumas problemáticas foram expostas e que a gente já sabia porque já tínhamos nos reunido com o Major Ferreira, como dificuldade de viatura, de soldado (efetivo), dificuldade de infra-estrutura, defasagem do armamento. Em contrapartida o nosso secretário veio representando o prefeito e falou sobre esse novo carro que o prefeito ia contratar, ia trazer para ajudar na guarda que era uma Hyllux. Deixou a disposição do Major Ferreira a guarda municipal para trabalhar em parceria para coagir o crime num trabalho em parceria com a polícia. Tivemos requerimento de alguns vereadores pedindo mais segurança, inclusive teve vereador que pediu o monitoramento de alguns pontos estratégicos do município,** que também já está sendo implantada pelo prefeito se você passar em frente à delegacia onde funciona o posto da guarda já tem uma câmera bem grande que foca os 360°. O prefeito está começando a fazer também o monitoramento junto aos prédios públicos, o hospital já tem monitoramento eletrônico acompanhado pelo prefeito, secretário de

saúde e secretário de segurança. Está sendo instalado também na assistência social onde tem muito fluxo de pessoas e com o tempo o prefeito se comprometeu de instalar em alguns pontos estratégicos como na praça, [enfim], naqueles pontos que são mais vulneráveis à criminalidade.

MD.3.1 - EU: INTERVENÇÃO: VOCÊ ME FALOU DE AÇÕES DESTA ÚLTIMA GESTÃO 2015-2018, E A DE ANTES VOCÊ TEM ALGUMA LEMBRANÇA DE AÇÃO PARA ALÉM DA GUARDA MUNICIPAL? Rapaz eu não tenho lembrança senão no momento em que foi criado essa guarda municipal é quando o governo do Estado mandou o projeto que tem que ser passado pela Câmara Municipal também o projeto para criação da Guarda Cidadã, que era uma parceria do governo do estado junto com o município. No momento eu posso até estar faltando com a verdade ou omitindo, mas eu não estou lembrando se houve um debate caloroso como uma assembleia pública só pra fazer debate sobre isso. Eu consigo dizer com mais propriedade recente do que me lembro.

MD.3.2 - EU: JÁ QUE VOCÊ FALOU DE TANTAS AÇÕES COMO GUARDA MUNICIPAL EM 2008\*/20010\*, GUARDA CIDADÃ, GUARDA MUNICIPAL NO GOVERNO FRANKLIN. JÁ FOI SOLICITADA A VALDELIA OS DOCUMENTOS QUE ATESTAM A CRIAÇÃO DESSAS INSTITUIÇÕES, VOCÊ TAMBÉM FALOU NESSA TERCEIRA QUESTÃO DE UM PROTOCOLO, NÉ. QUE FOI FRUTO DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE REUNIU PARLAMENTO, SEGURANÇA ESTADUAL...ESSE PROTOCOLO VOCÊ TEM GUARDADO AQUI? O protocolo eu não tenho registrado aqui , mas eu posso tentar conseguir porque é assim não foi uma audiência pública foi uma reunião interna a gente se reuniu o major ferreira, junto com a câmara e o prefeito e o secretário, a gente debateu alguns pontos que poderiam ser melhorados. Então ficou na responsabilidade do major dele oficializar junto ao governo do Estado, e esse ofício quando protocolado pelo major lá na secretaria de segurança do estado e ele (documento) retornaria para o prefeito ou para a câmara para que a gente pudesse fazer a contrapartida. Cobrar dos nossos deputados, nossos representantes que foram votados no município para que possa melhorar essa segurança. Aqui na Câmara eu não tenho, mas eu posso contactar o major e pedir uma cópia do ofício que foi protocolado.

MD.3.3 - EU: INTERVENÇÃO: VOCÊ FALOU AGORA A POUCO QUE HOUVE A INSTALAÇÃO DE MONITORAMENTO, HOUVE ALGUM DIÁLOGO COM A CÂMARA OU FOI INICIATIVA UNILATERAL DO EXECUTIVO. TEM ALGUM REGISTRO AQUI DA CÂMARA? Não. Teve um vereador que entrou com um requerimento e esse requerimento foi aprovado por todos na câmara. Eu posso ver com a Valda e lhe entregar uma cópia. Mas antes de ser colocado esse monitoramento o prefeito já está dando comentários de que tava pensando em por o monitoramento no município. Eu posso conseguir pra você uma cópia deste requerimento daqui a pouco.

Q – 2.1

E - Aqui essa quarta questão é bem clássica porque quando se fala sociedade e parlamento a

gente entende que são duas coisas para trabalhar interligado. Mas eu tenho uma certa dificuldade e já estou no meu terceiro mandato e no quarto mandato se incluo meu mandato como conselheiro tutelar, então aqui a gente ainda tem uma dificuldade uma barreira que empata muito a vinda da sociedade pra cá pra casa deles. Eu como eu lhe falei, casa está sendo aberta ao povo agora na minha gestão. Aqui eu abro pra discussão e não admito as pessoas virem falar de brigas pessoais ou partidárias, mas todo problema que a sociedade tá se sentindo ameaçada ou que não está tendo um serviço bem prestado. Ela (sociedade) tem todo direito de expor para gente que somos os seus representantes [pra gente] levar o problema até o prefeito. Se você me perguntar se existe uma demanda da sociedade junto ao parlamento hoje documentada eu vou dizer que não tem. Tem no boca-a-boca, mas o que é o boca –a-boca que eu lhe digo popularmente? É aquele zumzumzum centro da cidade [tipo] “os vereadores vão fazer o que para melhorarem a situação da segurança pública?”, “Eles se sentem seguro?”, “Os vereadores se sentem o rei da cocada preta!”. Mas documentalmente eu não consigo lhe dizer se tem algum documento formado pela sociedade e enviado para nós aqui protocolando aqui alguma coisa no tema da segurança pública. O que a gente escuta muito é o povo cobrando nas ruas (xumxumxum), ligando pra rádio mas eles ainda não se acham no direito de virem cobrar aqui e se reunir a sociedade civil o terceiro setor. Não sei porque a gestão passada não dava abertura ou também pode ser pela falta de informação da sociedade, mas aqui eu não consigo dizer ou mostrar um documento que venha do 3 setor sobre segurança pública. Meu pensamento é assim a sociedade ainda não se acostumou a buscar entender o seu direito, todo religioso dorme com a bíblia ou independente de religião ele tem todo conhecimento daquele livro e a sociedade em geral ainda não usa da constituição como fonte de conhecimento, quais são os direitos quais são os deveres. Agora eu não sei se é aquele tabu de não procurar saber dos direitos ou se é porque eles acham que a responsabilidade é só dos vereador, só do executivo só do legislativo, governo estadual, governo federal, isso aí também seria uma boa pergunta para um TCC. MD 4.1 - EU: INTERVENÇÃO: VOCÊ FALOU AÍ DO CONSELHO TUTELAR, EM MESMO ELE TEM SE MANIFESTADO? O Conselho tutelar hoje tem uma grande na sociedade. É um trabalho sigiloso, é um trabalho de investigação, é um trabalho que é direcionado para as crianças e os adolescentes. Nós sabemos que a maior parte dos crimes parte dos adolescentes que são usados por pessoas que acham que as crianças não podem ser presas. Por várias vezes os conselheiros já me procuraram, inclusive o conselheiro Jardel já me procurou para divulgar algumas ações deles. E ficou de vir aqui na Câmara, mas não veio...ficou marcado pra ontem terça feira, mas não veio não sei o por quê.

## **EXECUTIVO - REDENÇÃO**

Q - 1

E - A segurança pública é o que a gente vislumbra da população, né. Tudo aquilo que a gente busca fomentar a segurança do município. A **[ASP-01] conservação das praças dos prédios públicos, isso tudo está em volta da segurança pública. Mas nós temos que ter atenção a segurança pública com os índices de violência que a gente observa..Redenção nem tanto mas a gente vê que está aumentando...**mas tem situações que são macros...são maiores. O município não tem a gerência, então é assim a segurança pública é esse trato com a população mas a gente tem que ter essa diferenciação das esferas de competência, né. Competência municipal, estadual e até mesmo a federal. **[ASP-02] Então é assim, a segurança pública é a segurança para população que envolve uma série de fatores que vão além de um policiamento na rua. Eu acho assim, além da segurança pública, um aspecto muito importante e relevante é com relação ao bem-estar social e a oferta de condições para os jovens com políticas públicas efetivas, principalmente voltadas para educação e esporte fomentando o desenvolvimento de atletas,** ações nesse sentido porque a segurança pública digamos assim é um mal que atinge todo mundo, e muitos jovens acabam indo para o viés da violência por não terem a oportunidade no local que ele mora no seu município. **[ASP-03] Acho sim que o município deva atuar na gestão da segurança pública e o prefeito Davi é muito atuante nessa área,** inclusive a gente já participou esse ano de reuniões com o policiamento do interior, os responsáveis pelo policiamento aqui para tentar prevenir e combater alguns casos de violência que a gente vem percebendo que vem aumentando. A gente participou aim, exato. O nosso policiamento não é muito grande porque somos um município pequeno então o efetivo não é muito grande, **[ASP-04] então na reunião com a cúpula de segurança do estado, a gente já participou o Davi já participou, já levou todas essas questões essas preocupações, inclusive já conseguiu até uma máquina, uma viatura já foi providenciada esse ano.** Já fomentando e trazendo melhores condições para diminuir os índices de violência do município. **[ASP-06] Acho que a atuação nossa é com políticas públicas efetivas que assim vão desde a faculdade, incentivando os jovens a prática de esporte,** educação, de olimpíadas, ações culturais bem como nas escolas. Pegando o jovem que está lá no ensino médio, valorizando a questão dos estudos do incentivo aos esportes. Citando um exemplo, a gente tem um campeonato de futebol muito atuante, as localidades aqui todas elas participam e isso é muito bom porque incentiva o jovem a prática de esportes. **[ASP-05] Então, tudo o que a gente conseguir trazer de esporte de cultura e de ações nesse sentido pra mim é relevante para diminuir essa questão do índice de violência.** E favorecer a segurança do município, a atuação dele. Até porque tem esferas que o município não tem essa competência de estar atuando, mas **[ASP-07] eu vejo que o trabalho do município é nesse sentido de dar valorização a essas políticas públicas.**

Q – 2.1

E - É exatamente o que eu tinha ressaltado na questão anterior. É a nossa preocupação social, porque como está lá segurança e cidadania o prefeito Davi acredita muito nisso que um anda de

mãos dadas com o outro nessas ações, essas políticas públicas andam de mãos dadas. Porque assim, **[ASP-08] a atuação na questão da segurança é isso, o trabalho voltado para o jovem desde a escola, incentivando a cultura e o esporte e o que a gente fez o que o prefeito vem fazendo é justamente isso.** Ele tem projetos sociais, ele é muito atuante em relação a trazer programas para os jovens e ofertar uma oferta maior de serviços para que o jovem seja inserido nessa situação. Ele participa de programa e ações para eles. O PPA ainda não está aprovado na Câmara porque está ainda nas comissões temáticas de discussão, mas inclusive tem na visão/ação macro já estão lá propostas.

Q – 2.2

E - Assim, eu não conheço a fundo o histórico orçamentário do município, mas o que eu posso utilizar como parâmetro é o de 2016. **[RAM-01] Não existe um programa vinculado a nenhuma unidade orçamentária com programas específicos para segurança pública. Não existe, não tem.** É sim, é uma preocupação do Davi, ele já concedeu varia entrevistas até mesmo em jornais de alcance estadual e ele sempre enfatiza isso, ele sabe da preocupação do município, **[RAM-02] ele corre atrás de melhorias para o policiamento local,** mas ele vislumbra muito a questão social a questão de políticas públicas voltadas para o jovem pra justamente diminuir essa marginalidade que existe. A gente observa de perto essa preocupação dele. [...] Não tanto assim, **[RAM-03] ele age com preocupação com a segurança do município, ele age em tudo pra tentar diminuir essa situação reforçando a polícia militar e a polícia civil porque todos são órgãos estaduais, então ele não tem muita gerência. Mas ele tem um diálogo muito próximo, por exemplo com o chefe de policiamento daqui. Ele tem um diálogo muito próximo. [...] E aliado a aproximação com o chefe de policiamento daqui tem esse diálogo com o Estado também, ele tem essa facilidade.** [...] Ele tem um [...] fica mais fácil a comunicação com o policiamento do interior, o chefe de operações [...] e também tem essa consciência de que há políticas públicas para serem implementadas porque o jovem marginalizado acaba entrando no mundo do crime. E nós aqui somos a referência porque temos uma universidade aqui, nós somos uma cidade universitária. A maioria dos que moram aqui são estudantes e esse jovens estão buscando o que? Oportunidades. São muitos jovens aqui e eles procuram oportunidades. E a educação é uma oportunidade. Você, por exemplo, é do interior da Paraíba mas veio pra cá para procurar oportunidades. É isso que é importante, você ter oportunidade você acaba se afastando de qualquer outra coisa errada que por ventura você pode ser apresentado se você não tiver sua oportunidade. E sabe por isso eu relevo essa importância que o prefeito dá para questões sociais. Que ele tem essa preocupação de resolver o problema em si, mas aliado a isso ele tem o problema de resolver o problema social. [...]

Q – 2.3

E - Não, pelo que eu observei na lei orçamentária anual do ano passado a deste ano, que a gente vê o período de 2010 a 2016, mas a lei orçamentária deste ano de 2017 ela foi proposta pela gestão anterior e pelo que a gente analisa que é o que a gente tá trabalhando esse ano, **[RAM-04] não existe nenhuma secretaria ou coordenação ou mesmo uma unidade orçamentária assim que trate especificamente de políticas públicas (segurança)**. E assim, eu até ressalto, eu trabalhei em alguns municípios no acompanhamento que a gente dá, na assessoria, mas alguns municípios do porte de redenção não tem secretarias de segurança pública, mas o que a gente pode observar, talvez até no município que você entrevistou Acarape que existe a GM que eles tem, então assim quando existe a GM instituída muitas vezes elas são guardas patrimonialistas que é só pra preservar praças, órgãos públicos. Existe uma dotação, um programa específico, e eu acho que por não ser o caos de Redenção não existe no orçamento essa previsão.

Q – 3.1

E – **[PS-02] Acho que pode ter ocorrido discussões, mas eu não sei se esse projeto chegou a ser aprovado ou não.** Eu desconheço alguma lei do município de instituição de guarda municipal aqui existe uma guarda mas é vinculada ao DETRAN, é a Demutran. **[RAM-05] Aqui existe o Demutran que é o Departamento Municipal de Trânsito, ele é um parceiro do Detran acerca das políticas de gerenciamento de transportes, né, de fiscalização de transporte.** Esse Demutran auxilia na fiscalização de transporte, na aplicação de multas, no fluxo do trânsito aqui do município. Então ele assim tem muito esse viés preventivo, preventivo do gerenciamento do trânsito. E resguardando essa violência do trânsito, então esse é o trabalho do Demutran, então aqui tem existe. [...] E – **[PS-01] Não. A gente ainda não recebeu. [...] O ministério público aqui é muito atuante, mas em relação à segurança pública nunca fomos chamados a atuar.**

## LEGISLATIVO - REDENCAO

Q - 1

E – **[RAM-06] Nós não temos, assim como todos os outros municípios, proposta concreta de segurança pública. Por quê? Porque segurança pública é um tema a ser tratado pelo Estado (governo estadual) e o governo municipal não pode fazer um gasto sem ser permitido.** No caso incluir a segurança pública em sua pauta de compromisso tendo outros compromissos obrigatórios por lei como a questão da educação a questão da saúde que são dois problemas crônicos e que tem seus recursos engessados e obrigatórios. Então, ele (município) não pode deixar de descumprir saúde e educação para tentar resolver problema de segurança sem ter dinheiro para gastar com segurança pública.

Q – 1.2

E – **[RAM-07] Na verdade, a gente não pode destinar dinheiro a segurança pública porque**

como eu já falei a segurança pública é uma obrigação do estado e o município, na verdade, não pode investir, até veja você Julimar, na última gestão 2013-2016 o município terminou 2016 com salários atrasados de educação, de saúde, e como é que se justifica a gente ter salário atrasado quando os recursos destinados ao pagamento do profissional do magistério e os profissionais de saúde são engessados, tem o seu dinheiro garantido. Aí a gente se faz essa pergunta. Aí veja bem. Então, além de ele (prefeito) não ter honrado os compromissos obrigatórios, diante da questão que eu já falei na questão anterior, não se pode investir e **[RAM-08] o município até poderia investir em segurança pública se tivesse dinheiro sobrando em caixa, o que não é o caso de Redenção/CE.** Nós temos uma folha de pagamento muito grande, o município de Redenção é um município bem antigo, foi fundado em 1868. Quer dizer nós temos bastante tempo de história. E aí veja bem, a folha de pagamento de Redenção (ininteligível) aí é outra questão, fica um pouco complicado investir em segurança pública. EU: **[RAM-09] Houve uma ação do governo estadual aqui em Redenção no campo da segurança cidadã, você pode falar qual foi a contrapartida do município? Nós tivemos o Pró-cidadania,** uma ação do governo do estado para ajudar na questão da segurança pública. E Redenção também teve Pró-cidadania. Ocorre que aqui em Redenção o programa acabou por que? Por um erro de interpretação. Tinha um recurso, veio um recurso para pagar o pessoal que estava servindo no programa e chegou o fim do ano e sobrou recurso. A assessoria jurídica entendeu que com aquela sobra já se poderia pagar os meses do ano seguinte, então esse dinheiro foi usado para pagar janeiro, fevereiro...quando o município foi chamado pra fazer a renovação do convênio, (governo estadual) exigiu que fosse devolvido o restante do recurso. Aí como é que iriam devolver se já tinham pago 20 agentes (10 estaduais e 10 municipais) era uma parceria entre estado e município. E como o município não tinha na época o dinheiro para devolver, porque já tinha pago, aí o convênio não foi renovado. E o convênio acabou aqui em Redenção/CE. A **[PS-03] Câmara municipal tem tomado uma iniciativa que inclusive foi uma iniciativa de minha autoria. Nós fizemos aqui uma audiência pública sobre segurança pública. E foi muito boa essa audiência. Houve uma participação muito grande, vieram aqui representantes da PM, da PC, certo, do governo do Estado, da secretaria de segurança, veio o comandante do policiamento do interior, certo, e aqui realmente a sociedade veio.** Por que? Porque é um tema relevante, é um tema que desperta o interesse em todo mundo, se você falar de segurança pública hoje Julimar, onde você falar, você causa interesse das pessoas porque hoje eu acho que nós temos três grandes assuntos a serem debatidos que são Educação, Saúde e Segurança. Graças a Deus que o governo do Estado está fazendo aí um trabalho né, a secretaria de educação e o governo hoje o governo atual adotou como política de marca de seu governo, a Educação. Hoje, você vê aí que das 100 melhores escolas públicas do Brasil, 77 são do Ceará. Graças a Deus que a educação aqui...mas em termos de Brasil, a educação não vai bem não. Então, nós temos três grandes assuntos que são a Educação, Saúde e a questão da Segurança. O problema mais crônico que eu acho é o problema da segurança. Você todo santo dia abre o jornal, você vê violência. O

programa que você colocar é Rota 22, 190, Barra Pesada, aí tem o programa lá de São Paulo o Cidade Alerta que agora já tem o Cidade Alerta do Ceará. Você vê as piores atrocidades. Então não é uma questão de cidade, não é uma questão de Estado. É uma questão de Brasil. A segurança pública hoje é realmente um problema muito sério e tem que ser enfrentado, ser batido de frente pelo governo. Enquanto os governos não tomarem iniciativa, eu não sei como é que nós vamos viver daqui pra frente. Por que você vê o caso que você citou quando a gente estava conversando aqui previamente, a polícia prendeu um traficante e em represália ameaçaram assaltar tudo aqui. Você viu, foi preciso a tropa de choque, foi preciso a cavalaria vir, a polícia deu uma resposta a altura naquele momento. Mas fica a questão em outros momento como é que vocês vão agir? Você vê a questão do distrito de Antônio Diogo há alguns meses atrás quase toda semana morria um ou dois. Deu uma parada mas continua. Mês passado em pleno dia de coroação, que estava acontecendo a coroação em Antonio Diogo, no mesmo horário que estava acontecendo a coroação houve um assassinato lá. Então a segurança realmente precisa de um enfrentamento. EU: O senhor tem a Ata da audiência pública? Outra coisa importante de tantas que o senhor falou foi o Programa Pró-Cidadania, eu gostaria de ver o PPA, LOA para ver a contrapartida dada pelo município nesse convênio com o Estado. **[RAM-10] Eu acho que foi na gestão de 2009-2012, e parece que foi no finzinho de 2012 que ele foi encerrado e se eu não me engano foi em 2011 que o Pro-cidadania foi lançado.** Quanto à ata da audiência pública eu vou pedir uma cópia na secretaria da casa. Eu acho que na LOA não está esse programa não porque ele foi feito por crédito suplementar porque era um programa(política) que não estava previsto no programa de governo (PPA da gestão municipal). **[RAM-11] Essa foi uma ideia do governo CID e ele abraçou todos os municípios e aqui no estado do Ceará, mais precisamente no Maciço do Baturité, se não me trai a memória nós só temos o Pro-cidadania de Aracoiaba,** lá o programa não foi encerrado e lá passaram dois meses sem pagar e o pessoal reclamando, só que a assessoria de lá considerou que esperassem para ver o quê que eles (governo estadual) ia dizer. E aí quando foi solicitada a devolução da conta estava lá aí assim que foi renovado o convênio eee é só questão burocrática mesmo, pegou o dinheiro entrou no cofre e aí devolve de novo depositou na conta do município. E aí puderam pagar os meses atrasados já estavam com quase 3 meses, certo. Se não me trai a memória eu acho que só o Pró-cidadania de Aracoiaba está funcionando.

Q – 1.3

E - A **[ASP-09] gente fez uma ou outra fala. Outras ações que a gente tomou como iniciativa parlamentar em relação à segurança é que eu tenho pedido aqui a promoção de soldados, de sargento, do efetivo da Polícia Militar que dá literalmente a vida pela segurança pública porque você sabe que o policial não é policial só quando ele está de serviço só quando ele está com a farda. Ele é policial 24h por dia mesmo estando de folga.** E quando esses policiais fizeram ações que resultaram na prisão de delinquentes, seja de qualquer natureza envolvimento

com tráfico ou assassinato seja qualquer tipo de crime e a gente tem pedido aqui tem enviado ofício pedindo a promoção, inclusive eu fiz, porque é uma ação e está certo que ele está sendo pago pra fazer isso, mas você sabe que em todas as profissões nós temos os bons profissionais e os maus profissionais, isso é inerente do ser humano. Você está na universidade e tem o bom professor e o mau professor, tem o bom médico e o mau médico, tem o bom policial e o mau policial. É inerente, é próprio do ser humano e é isso que faz a diferença. **[ASP-10] Nós temos pedido a promoção de pessoas que realmente fazem ações que resultam em tirar os delinquentes de circulação do convívio com o povo. Então a gente tem feito isso.**

Q – 2.1

E – **[PS-04] Em relação à segurança pública o povo mesmo só veio no dia da audiência pública mesmo. [RAM-12] O conselho tutelar age muito em relação à família, na proteção do adolescente que está fazendo algum tipo de de de de delinquência. Estão dando trabalho na escola, estão desrespeitando professor, estão criando algum atrito entre os colegas na escola.** A escola envia aquele jovem para o conselho tutelar e o conselho tutelar chama a família para tentar reverter o quadro. **[RAM-13] Não revertendo, o conselho encaminha ao promotor. E muitas vezes a gente tem visto que essas ações do conselho tutelar resolvem, outras não.** Nós tivemos agora a pouco, essa semana passada o assassinato de um jovem de Antônio Diogo (distrito de redenção), que vivia dando trabalho à escola, ao conselho tutelar. O conselho tutelar atuou veio com ele, foi à promotoria e infelizmente continuou trilhando o caminho que não devia e o fato é que acabou sendo assassinado na semana passada. Há casos que o conselho tutelar funciona e consegue trazer o jovem para o seio da sua família há outros que não consegue. **[RAM-14] Olha outra ação que foi discutida aqui foi a criação da Guarda Municipal, não houve reunião foi só a gente falando aqui mesmo. Inclusive, eu vou fazer a proposição ao prefeito com um requerimento nesse sentido.** Eu tenho algumas coisas anotadas ali e eu olhando lá em casa quando eu peguei aquela pauta (roteiro de entrevista que EU o dei) que eu levei aí eu vi o questionamento sobre guarda municipal e aí eu anotei pra fazer um requerimento para criação da guarda municipal aqui em redenção. É uma outra ação que a gente vai fazer.